



Ana Paula Ferreira dos Santos Oliveira

**Segurança Alimentar e Nutricional e Serviço Social:
diálogo a partir da experiência de assistentes
sociais em organizações socioassistenciais do
Estado do Rio de Janeiro**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Serviço
Social pelo Programa de Pós-graduação em
Serviço Social, do Departamento de Serviço
Social da PUC- Rio.

Orientadora: Prof.^a Nilza Rogéria de Andrade Nunes

Rio de Janeiro
Abril de 2025



Ana Paula Ferreira dos Santos Oliveira

**Segurança Alimentar e Nutricional e Serviço Social:
diálogo a partir da experiência de assistentes
sociais em organizações socioassistenciais do
Estado do Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-
Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora
abaixo:

Profa. Nilza Rogéria Andrade Nunes

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC

Rio

Profa. Geovana Silva

Departamento de Serviço Social – PUC Rio

Profa. Maristela Dal Moro

UFRJ

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2025

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho, é proibida sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Ana Paula Ferreira dos Santos Oliveira

Graduou-se em Serviço Social na Faculdade Flama (União Brasileira de Cultura e Educação) em 2011. Kursou pós-graduação em Política Social e Gestão do SUAS, nível de especialização na Faculdade Flama. Atuou como coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS no município de Duque de Caxias e no Centro Comunitário da Eletrobrás Furnas em Belford Roxo. Atualmente atua como assistente social no Sesc Rio de Janeiro, no programa Sesc Mesa Brasil. É integrante do Núcleo de Estudos em Saúde e Gênero (NEGAS).

Ficha Catalográfica

Oliveira, Ana Paula Ferreira dos Santos

Segurança Alimentar e Nutricional e Serviço Social: diálogo a partir da experiência de assistentes sociais em organizações socioassistenciais do Estado do Rio de Janeiro/Ana Paula Ferreira dos Santos Oliveira; orientadora: Nilza Rogéria Andrade Nunes. - 2025

125 f.: il. color.; 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2025.

Inclui bibliografia.

1. Segurança alimentar - Teses; 2. Serviço Social. 3. Organizações socioassistenciais. 4. Ações educativas. 5. Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro. I. Nunes, Nilza Rogéria de Andrade. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

Agradecimentos

À minha família, marido e filha, por estarem ao meu lado, pacientemente nessa jornada de estudo e ampliação de conhecimento.

À minha mãe e pai, por me incentivarem e apoiarem em todo o meu processo de formação para a vida.

Aos meus colegas de turma do mestrado, pessoas incríveis que tive o prazer de compartilhar momentos de aprendizado, de trocas, desafios e alegrias.

À minha amiga Cristine Ravizzini, que antes mesmo que eu acreditasse que era possível, me impulsionava a ingressar no mestrado.

Aos meus pares: Giselle Dantas, Patrícia Verusca e Viviane Fingolo, que não me deixarem desistir, mesmo com uma pessoa a menos na equipe no horário das aulas.

À Professora Maria Cristina Salomão, por me incentivar a prosseguir no processo de formação continuada.

À Cida Pessoa, que é uma gestora singular, confiou em meu potencial e competência me concedendo liberação da jornada de trabalho para que eu pudesse dedicar-me a esta formação.

À minha coordenadora Luana Camillo, que me encorajou e acreditou em minha aptidão para o desenvolvimento deste estudo.

As coordenadoras Karim e Michelle, por me apoiarem e incentivarem continuamente, e a todos os meus colegas de trabalho.

À professora Nilza Rogéria, por ser uma orientadora e profissional inspiradora, que me impulsionou e direcionou em todas as etapas deste estudo, sobretudo nos momentos desafiadores, que precisamos alterar a rota da pesquisa para que pudéssemos avançar.

As professoras Geovana Silva e Maristela Dal Moro, que contribuíram amplamente na banca de qualificação e aceitaram o convite de integrar a banca de defesa. Reforço a essencialidade de suas contribuições profissionais para que a pesquisa pudesse ser desenhada e concluída.

A PUC Rio, que possibilitou o ingresso no mestrado com bolsa integral, por toda a estrutura que a Universidade oferece e pelo corpo docente de excelência.

À Coordenação do Curso de Pós-graduação em Serviço Social, pelo apoio no desenvolvimento deste estudo.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Resumo

Oliveira, Ana Paula Ferreira dos Santos; Nunes, Nilza Rogéria de Andrade. **Segurança Alimentar e Nutricional e Serviço Social: diálogo a partir da experiência de assistentes sociais em organizações socioassistenciais do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2025, 125p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este estudo tem como objetivo analisar de que maneira as ações educativas promovidas pelo programa Sesc Mesa Brasil – Rio de Janeiro fortalecem a atuação das assistentes sociais em instituições socioassistenciais participantes deste programa, especialmente no que se refere à promoção da segurança alimentar e nutricional para o público atendido. A pesquisa, de abordagem qualitativa e quantitativa, utilizou a triangulação de métodos, combinando a produção de dados, teorias e amostras para fundamentação dos resultados. Para a coleta de informações, aplicou-se um formulário online via Google Forms, respondido por 49 assistentes sociais. O estudo apresenta os fundamentos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e analisa a contribuição das ações educativas para o trabalho das assistentes sociais, considerando a multiplicidade dos conteúdos apresentados, a participação nos espaços de diálogo e incentivo na participação das políticas públicas em SAN. A interpretação dos dados foi realizada por meio do método de análise de conteúdo. Os resultados indicam um aumento significativo na participação das assistentes sociais em conferências e pré-conferências de SAN após sua inserção nas ações educativas do programa. Além disso, todos os respondentes reconhecem que os conteúdos ministrados contribuem diretamente para qualificar sua prática profissional. O estudo aponta desafios a serem superados, como a necessidade de ampliar o protagonismo da segurança alimentar e nutricional dentro do exercício profissional dos assistentes sociais para fortalecer uma atuação que promova avanços concretos na efetivação do direito à alimentação adequada e saudável.

Palavras-chave

Segurança alimentar; Serviço Social; Organizações socioassistenciais; Ações educativas; Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro.

Abstract

Oliveira, Ana Paula Ferreira dos Santos. Nunes, Nilza Rogéria de Andrade. **Food and Nutritional Security and Social Work: a dialogue based on the experience of social workers in social assistance organizations in the state of Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2025, 125p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study aims to analyze how educational activities promoted by the Sesc Mesa Brasil – Rio de Janeiro program strengthen the work of social workers in social welfare institutions participating in this program, especially with regard to promoting food and nutritional security for the target audience. The research, which used a qualitative approach, used triangulation of methods, combining data production, theories and samples to substantiate the results. To collect information, an online form was applied via Google Forms, which was completed by 49 social workers. The study presents the foundations of the National Policy for Food and Nutrition Security (SAN) and analyzes the contribution of educational activities to the work of social workers, considering the multiplicity of content presented, participation in spaces for dialogue and encouragement of participation in public policies on SAN. Data interpretation was performed using the content analysis method. The results indicate a significant increase in the participation of social workers in SAN conferences and pre-conferences after their inclusion in the program's educational activities. Furthermore, all respondents recognize that the content taught directly contributes to qualifying their professional practice. The study highlights challenges to be overcome, such as the need to increase the protagonism of food and nutritional security within the professional practice of social workers to strengthen actions that promote concrete advances in the realization of the right to adequate and healthy food.

Keywords

Food security; Social service; Social assistance organizations; Educational actions; Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro.

Sumário

1 . Introdução	12
2 . A fome uma expressão da questão social, que persiste e resiste	24
2.1 Questão Social, fome, suas implicações e determinações.....	30
2.2 Brasil: território das desigualdades, traços perversos do surgimento e avanço do capitalismo	35
3 . Fome Zero e a formulação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.....	44
3.1 Segurança Alimentar e Nutricional enquanto direito humano essencial: um resgate do SISAN.....	49
3.2 Os equipamentos da PNSAN e a relevância deles	53
3.3 Os Programas do SISAN	58
4 . Assistentes Sociais em diálogo com a SAN.....	66
4.1 Bancos de Alimentos, Ações Educativas e Campo empírico	74
4.2 Procedimentos Metodológicos	80
4.3 Análise dos dados empíricos	82
4.3.1 Perfil dos participantes.....	82
4.3.2 Práticas profissionais no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional.....	89
4.3.3 Assistentes Sociais e a participação nos espaços de controle social.....	102
5 . Considerações finais.....	109
6. Referências	114
7. Apêndices.....	121
7.1. Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	121
7.2. Apêndice 2 – Questionário (formulário virtual).....	123

Lista de quadros

Quadro 1 - Comparativo de produção acadêmica por eixos temáticos	18
Quadro 2 - Estrutura do Programa Fome Zero	47
Quadro 3 - Equipamentos do SISAN	53
Quadro 4 - Programas do SISAN	59
Quadro 5 - Distribuição Geográfica das Unidades do Sesc Mesa Brasil por estados e número de unidades	78
Quadro 6 - Perfil das instituições em que atuam as assistentes sociais respondentes com percentual.....	90
Quadro 7 - Conhecimento sobre SAN, antes das ações educativas.....	96
Quadro 8 - Considera que houve ampliação do conhecimento sobre SAN, após a participação nas ações educativas	97
Quadro 9 - Replicou conteúdo das Ações Educativas do Serviço Social na Instituição.....	98
Quadro 10 - Realizou projetos que conectem SAN e Serviço Social na instituição	99
Quadro 11 - Projetos realizados ou articulados por assistentes sociais que conectem SAN e Serviço Social	99
Quadro 12 - Considera que as ações educativas desenvolvidas pela equipe de Serviço Social do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro estimulam sua inserção nos espaços de controle social?	107
Quadro 13 - Produz artigos sobre SAN?	108

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Faixa Etária das assistentes sociais.....	83
Gráfico 2 - Gênero das participantes da pesquisa	84
Gráfico 3 - Autoidentificação racial das participantes da pesquisa	84
Gráfico 4 - Tempo de formação profissional das participantes da pesquisa.....	85
Gráfico 5 - Regiões das instituições em que atuam as profissionais	86
Gráfico 6 - Municípios das instituições em que atuam as profissionais	86
Gráfico 7 - Formação complementar das profissionais	87
Gráfico 8 - Cargo exercido na instituição	88
Gráfico 9 - Tempo de atuação nas organizações	90
Gráfico 10 - Participa assiduamente das Ações Educativas	92
Gráfico 11 - Participação em alguma das edições dos seminários do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro que discutiu o tema fome	93
Gráfico 12 - Participação em alguma das edições do minicurso do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro que discutiu o tema fome	95
Gráfico 13 - Participação na Conferência e Pré-Conferências em SAN	103
Gráfico 14 - Se respondeu sim, a questão anterior, responda se sua participação na Conferência e nas Pré-conferências é anterior a participação nas ações educativas ou posterior	104
Gráfico 15 - Participação em Conselhos de Direitos.....	105
Gráfico 16 - Participava de algum Conselho antes das Ações Educativas?	106

Lista de figuras

Figura 1 - Prevalência de segurança alimentar e insegurança alimentar leve, moderada e grave nos domicílios particulares permanentes – 2004/2023 – Brasil.....	29
--	----

1

Introdução

O presente estudo, apresentado em forma de dissertação, objetiva compreender como as ações educativas, desenvolvidas pelas assistentes sociais inseridas no programa Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro, contribuem para o fortalecimento do trabalho de outras assistentes sociais que atuam nas organizações socioassistenciais participantes do programa, no que tange a realização da segurança alimentar e nutricional ao público usuário. Assim, buscamos identificar se essas ações contribuem com o trabalho profissional desenvolvido pelas assistentes sociais atuantes nas instituições cadastradas, principalmente em temas que se referem ao diálogo com a segurança alimentar e nutricional.

Para tratarmos o tema, é necessário compreender como se deu a minha inserção enquanto pesquisadora nesse universo. Formada em 2010, atuei em alguns espaços sócio-ocupacionais, entre eles: uma ouvidoria de universidade; na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do município de Duque de Caxias e; na Eletrobrás Furnas, onde realizei um trabalho de desenvolvimento territorial em Belford Roxo, território periférico da Baixada Fluminense. Essas oportunidades foram extremamente relevantes para a minha experiência profissional.

Em 2013, iniciei minha trajetória profissional no Sesc – Serviço Social do Comércio do Rio de Janeiro. Nesse processo, conheci um campo de atuação profissional desafiador, devido à proposta de atuar em uma unidade que desenvolve um programa de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o que se mostrava como uma experiência inovadora para a minha formação, tendo em vista que, na academia, não havia discutido, em nenhuma disciplina, a inserção da/o assistente social em diálogo com a SAN.

Foi necessário buscar formação complementar em alguns cursos que discutiam o direito humano à alimentação Adequada – DHAA, ler bibliografias, estudar as legislações e decretos relacionados ao tema, ou seja, uma aproximação necessária, para que assim pudesse desenvolver as atribuições desejadas ao cargo de assistente social no programa, dentre as quais estão: elaboração de edital de inscrição; análise documental para ingresso; cadastro; monitoramento e visitas técnicas as instituições socioassistenciais cadastradas; elaboração e articulação de ações educativas temáticas; organização de seminários, minicursos; acompanhamento contínuo das organizações cadastradas e

voluntários envolvidos nas atividades diárias da unidade; escrever artigos nas áreas de atuação do programa; desenvolver pesquisas; elaborar instrumentos de acompanhamento; definir indicadores sociais; fomentar atividades de geração de renda para as organizações socioassistenciais e; elaborar projetos e acompanhá-los.

Enquanto assistente social atuante no programa, emerge a inquietude de refletir acerca das questões que compõe a Segurança Alimentar e Nutricional, para além dos aspectos nutricionais, antes como um conjunto complexo que envolve fatores econômicos, culturais, sociais, entre outros marcadores relevantes para a discussão.

Diante desses desafios, iniciei uma caminhada de leituras e conhecimentos empíricos, que desenvolvi através da inserção no campo de atuação profissional, pois aprofundar meu olhar sobre a inserção do profissional de Serviço Social, em uma unidade que atua com a Segurança Alimentar e Nutricional, mostrava-se essencial para compreender as estratégias, as ações e as possíveis intervenções diante dessa expressão da questão social.

Ser assistente social, integrante desse processo por mais de dez anos, certamente motivou o interesse por esse tema de pesquisa, com intuito de contribuir para a reflexão crítica acerca do fazer profissional dos assistentes sociais, que atuam em diálogo direto com a SAN.

A partir da atuação cotidiana no combate à fome e ao desperdício de alimentos, defender o acesso e a garantia do direito à alimentação adequada para todas as pessoas é reafirmar o compromisso ético, em consonância com o projeto ético-político da categoria profissional. Assim, lanço-me a compreender como as ações educativas, realizadas pelo programa Sesc Mesa Brasil, no Rio de Janeiro, contribuem com o trabalho profissional das/os assistentes sociais atuantes nas instituições socioassistenciais, atendidas por este programa.

A fome é uma antiga expressão da questão social, que ainda segue intensa e resistente ao longo da história do Brasil. Portanto, não podemos desconsiderar os processos da formação sócio-histórica do país ao abordarmos o tema, pois nossa formação ocorreu tendo por base a escravização e, desde a colonização, estabeleceu um lugar para senhores e escravos.

Essas marcas foram deixadas como herança para a sociedade brasileira e ainda comprometem as relações sociais estabelecidas até os dias atuais. O lugar de pertencimento da classe trabalhadora, preta e parda, ainda segue determinado, junto às desigualdades sociais, à pobreza e à extrema pobreza.

Passadas mais de sete décadas desde a publicação da obra 'Geografia da fome: o dilema brasileiro pão e aço' (1946), de Josué de Castro, que denuncia a naturalização da tragédia da fome no país e suas origens econômicas e sociais, a fome se apresenta nas Unidades de Saúde, confundida com doença. 'Todas as semanas, atendo mais ou menos cinco pacientes dizendo que estão doentes, mas, quando examinamos, notamos que, na verdade, não é doença, é fome', relato da médica Natália, que atua em uma unidade de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) no Distrito Federal (DF) (El País, 2021, In Nogueira, *et al.* 2022, p. 508).

Assim, constatamos a triste realidade da fome, apresentada na fala de uma profissional da saúde, que atende no Sistema Único de Saúde no Distrito Federal, capital do Brasil, o que demonstra como a insegurança alimentar ainda está presente no cotidiano da população brasileira, nos mais diversos territórios. O capitalismo lança teias, e assim, atribui valor a coisas (objetos) e coisifica as pessoas (seres humanos). Assim, pode-se concluir que o mercado está acima das necessidades humanas [...] (Azevedo, 2022, p. 495).

A insegurança alimentar que vivemos na atualidade é uma realidade comum ao capitalismo, necessária à manutenção do sistema. Apesar de ser abordada por diversas categorias profissionais, ainda é um desafio a ser mais explorado sob a ótica do Serviço Social, um tema que, conforme Teixeira (2015), desde os primórdios desafia a humanidade quanto a uma possível resolução (p. 24).

A fome é uma realidade contraditória, em um país como Brasil, exportador de alimentos em larga escala. Em pesquisa recente em jornais, as autoras Weiss, Nunes e Marques (2023) constataram diversos aspectos estruturantes que perpassam a questão da insegurança alimentar, dentre eles:

De um lado se deixa de comer para garantir acesso a itens básicos de sobrevivência como água, gás, energia elétrica e moradia, e do outro, verifica-se a migração para áreas sem saneamento, em moradias precárias, sem recursos mínimos, para que se tenha algo a colocar no prato (p. 182).

A partir dessa compreensão, identifica-se a realidade cruel entre escolhas deletérias, que a população afetada pela insegurança alimentar se vê obrigada a fazer.

De forma predominante a visão sobre a fome nas reportagens é citada pelos fatores relacionados às condições individuais, tais como moradia, alimentação, escolaridade, renda e emprego. Isto demonstra a necessidade de se ampliar o debate acerca da fome, enquanto a expressão maior de um acúmulo de fatores associados à violação dos direitos humanos e cujo Estado tem fundamental papel no combate. Em referência especial ao DHAA, é preciso debater a fome não apenas sob a ótica de acesso aos alimentos, mas a um conjunto de fatores capazes de assegurar o bem viver das pessoas (Weiss, Nunes e Marques, 2023, p. 184).

A verificação das referidas autoras, a partir de uma pesquisa em jornais, aponta para uma visão da fome pautada em questões individuais, porém, faz-se

necessário compreendê-la não apenas como uma consequência de fatores individuais. Primordialmente, a fome deve ser tratada como uma expressão da questão social manifesta, em um cenário de desigualdades sociais produzidas por um mundo capitalista.

A partir das questões apresentadas, compreendemos a importância do envolvimento da categoria profissional do Serviço Social em discussões e produções sobre a questão da segurança alimentar e nutricional, ao considerarmos que as sociedades se modificam e complexificam. Em uma sociedade capitalista, que coloca a pobreza como um problema generalizado e não a expõe como o que é de fato, a questão de produção contínua de riqueza não socializada produz o agravamento da fome (Mota e Lara, 2022).

Tendo em vista que a/o profissional de Serviço Social e a prática em diálogo com a SAN é o ponto central desta elaboração, precisamos compreender que apesar de ser, reconhecidamente, um profissional liberal e possuir relativa autonomia, em determinados espaços sócio-ocupacionais, a/o assistente social enfrentará limites institucionais para a intervenção profissional. Isso porque medeia às relações entre o público atendido e os interesses do empregador.

Problematizar a questão da atuação profissional do Serviço Social na SAN se faz necessário, para que possamos refletir o papel dessa categoria diante da fome. Ela se insere como consequência de um projeto de sociedade, demarcado por contexto sócio-histórico brasileiro, que segue um modelo de produção capitalista mundial; um modelo cada vez mais desigual, que opera através da concentração de riquezas e exclui as classes sociais (Brandão, 2005). Para a autora, apesar do século XXI apresentar inúmeros avanços tecnológicos, científicos e sociológicos, a superação de problemas tão antigos, tal como a fome, não foi alcançada.

A análise do reconhecimento do trabalho profissional do Serviço Social, perante à SAN, permite-nos contribuir para o avanço do debate deste tema, com a perspectiva de olhar para a insegurança alimentar e nutricional, não apenas em relação aos aspectos biológicos, nutricionais ou econômicos, como também considerando as relações sociais, a vida comunitária, a cultura e os aspectos que envolvem a vida em sociedade dos mais diversos grupos.

A Segurança Alimentar e Nutricional é uma política pública, cujo objetivo está descrito na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN - Lei 11.346/2006):

A Segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (LOSAN, 2006, p. 04).

A partir do pressuposto apresentado na LOSAN, a SAN é um direito amplo, que abrange práticas alimentares que sejam promotoras de saúde, respeitando a diversidade cultural, bem como, sejam: ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Face ao exposto, compreendemos que a atuação do Serviço Social, em diálogo com essa política se faz essencial, não apenas pela escassez de produção teórica referente ao tema, como também devido ao assistente social ser um profissional que atua na garantia dos direitos, tendo assim, o compromisso de intervir na questão social, sendo a fome questão central nesta elaboração.

Tomamos como ponto de partida a compreensão de que a alimentação é um direito humano, previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, essencial à sobrevivência, a saúde e, sobretudo, à manutenção da vida.

É imprescindível o envolvimento da categoria profissional do Serviço Social, sobretudo nos espaços que dialogam com essa temática, pois a SAN é uma política transversal e intersetorial, que não deve ser um espaço exclusivo de uma única categoria profissional.

Deve contar com a multidisciplinaridade como premissa fundamental para o alcance dos objetivos propostos, conforme os artigos 1º e 2º da LOSAN, que estabelecem definições, diretrizes, princípios, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Assim, a alimentação adequada, assegurada como um direito humano, deve ser garantida através de políticas, programas e projetos, formulados e implementados pelo poder público e com a participação da sociedade civil (LOSAN, 2006).

No Brasil, a fome é uma realidade para 15,5% da população, segundo o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) para Alimentação e Agricultura (FAO), elaborado em 2023. Esse percentual representa mais de 33 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave, fato este que está intimamente vinculado ao desmonte das políticas públicas no país que, ao longo dos anos, registrando maior incidência entre os anos de 2016 a 2022, foram esfaceladas, de forma a contribuir para essa realidade de precarização social como condição prevalecente. Com o avanço do ultraneoliberalismo, presume-se quem deve viver e quem deve morrer. Conforme apontam as autoras:

No Brasil, o avanço de um modelo ultraneoliberal determina quem morre e quem vive. Fatores como ausência de acesso à educação, a serviço de saúde, a emprego e trabalho dignos e a outros direitos humanos, refletem suas marcas predatórias na vida das pessoas, sendo a fome uma expressão deste cenário (Weiss; Nunes e Marques, 2023, p. 173).

Portanto, a doutrina econômica ultraneoliberal, que conduz as relações econômicas e afeta diretamente as relações sociais, é fator determinante nas marcas deixadas na população que depende do acesso às políticas públicas, essenciais para sobrevivência. O acirramento do ultraneoliberalismo é o grande responsável pela precarização da vida, sendo a fome uma severa consequência desse modelo econômico.

Sendo assim, o presente estudo busca compreender como se dá a atuação profissional das/os assistentes sociais junto à Segurança Alimentar e Nutricional, a partir das ações educativas desenvolvidas pelo Serviço Social do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro, frente às instituições socioassistenciais em que atuam.

Para tal, tomaremos como ponto de partida o cenário da fome no Brasil. Nesse sentido, nossas concepções tomam por referência a elaboração teórica do professor Josué de Castro, reconhecidamente como um clássico acerca da fome, no livro *Geografia da Fome*. Segundo Josué de Castro (2022), se comparada a outras calamidades ou epidemias existentes e debatidas, a fome é aquela que é menos debatida e conhecida em causas e efeitos, pois, segundo a análise dele, ela foi sempre considerada como um tema tabu, esse que, para ser quebrado, necessitou de duas guerras mundiais e uma revolução social – a russa, conforme descreve o autor:

Quanto à fome, foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma tremenda revolução social — a revolução russa — nas quais pereceram dezessete milhões de criaturas, dos quais doze milhões de fome, para que a civilização ocidental acordasse do seu cômodo sonho e se apercesse de que a fome é uma realidade demasiado gritante e extensa, para ser tapada com uma peneira aos olhos do mundo (Castro, 2022, p. 20).

Apesar de, nos últimos anos, o debate ter se ampliado, se compararmos a outros eixos temáticos, como, por exemplo, assistência social e violência, a fome ainda segue como um tema secundário. Diz-se isso, pois, ao realizarmos pesquisas nas bases de dados da Divisão de Bibliotecas e Documentação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – Rio), acerca de produções com os descritores fome, assistência social e violência, no período de

2010 a 2023, identificamos como ainda é restrita a discussão, conforme demonstra o quadro comparativo abaixo:

Quadro 1 - Comparativo de produção acadêmica por eixos temáticos

Descritores	Número de revistas	Dissertações e Teses	Livros	Recursos Eletrônicos	Notícias
Assistência Social	22.872	5.157	4.029	1.948	1.877
Violência	158.980	42.949	16.516	36.892	54.458
Fome	5.401	883	713	679	1.392

Fonte: A autora, 2025.

De acordo com o quadro acima, que apresenta um levantamento comparativo entre eixos temáticos, observa-se a relevância de trazer ao foco à discussão acerca da fome, na atualidade tratada como insegurança alimentar grave, tal como, uma expressão da questão social presente ao longo da construção sócio-histórica do Brasil que, até os dias atuais, ainda é pouco discutida.

Dessa forma, é importante pensar para além do Serviço Social, de modo que se possa depreendê-lo em múltiplas expressões históricas. Necessita-se extrapolar o particular e tomar, como parte do processo de análise, caminhos que compreendam um contextual mais amplo, no qual se tenha em lente o percurso da história social.

Para Iamamoto, é necessário “garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão ‘de dentro’ do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos” (2020, p. 20). Faz-se necessário compreender e olhar para além do Serviço Social, com o objetivo de apreendê-lo a partir das potencialidades, como precondição para que se possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando particularidades e descobrindo alternativas de ação (Iamamoto, 2020, p. 20).

Após a etapa inicial deste estudo, que consiste em realizar um resgate histórico acerca da fome, partiremos para o nosso próximo eixo de análise que consiste em apresentar, brevemente, o programa Mesa Brasil Sesc e a atuação

dele enquanto um programa de combate à fome e ao desperdício de alimentos e de Segurança Alimentar e Nutricional. Tem-se o programa Mesa Brasil Sesc como pano de fundo essencial para a discussão dessa temática, haja vista a ampla atuação dos profissionais inseridos no programa perante à SAN.

O Mesa Brasil Sesc surge baseando a atuação nos bancos de alimentos já existentes em São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, sendo São Paulo a iniciativa pioneira no modelo de colheita urbana¹ desde 1994. No Rio de Janeiro, a iniciativa está presente, desde os anos 2000, com a modalidade banco de alimentos. A sede está localizada em Madureira e, inicialmente, recebeu o nome de Banco Rio de Alimentos.

Em fevereiro de 2003, o programa Mesa Brasil Sesc é lançado como uma rede nacional de bancos de alimentos, integrando todos os projetos já existentes nos estados. Sendo assim, precisamos compreender o que são os bancos de alimentos e os motivos pelos quais se faz necessário evidenciá-los em nosso debate. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social², a definição de bancos de alimentos é:

Os Bancos de Alimentos são uma iniciativa de abastecimento e SAN, que visa combater a fome e a insegurança alimentar por meio da arrecadação de doações de gêneros alimentícios que seriam desperdiçados ao longo da cadeia produtiva. Esses equipamentos podem ser públicos – sob a gestão e responsabilidade dos entes subnacionais, isto é, estado, Distrito Federal e municípios – ou podem ser privados, sob a gestão de organizações da sociedade civil de interesse social, sem fins lucrativos (MDS, 2015, p. 5).

Os bancos de alimentos são equipamentos extremamente importantes dentre as iniciativas realizadas para o combate à fome, ao desperdício de alimentos e para promover a SAN para milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade e IAN³.

De acordo com a rede PENSSAN⁴ (2023), através da realização do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, no contexto da pandemia da COVID 19 no Brasil (II VIGISAN)⁵ eram aproximadamente 33,1 milhões de

¹ A Colheita urbana, uma modalidade de banco de alimentos, estabelece uma estrutura logística centrada exclusivamente na coleta, no transporte e na entrega imediata de alimentos adequados ao consumo humano às instituições beneficiadas, as quais atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social.

² MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome à época, atualmente recebe o nome de: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

³ Insegurança Alimentar e Nutricional - IAN.

⁴ Rede Brasileira em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - PENSSAN.

⁵ Aplicativo destinado a vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional – VIGISAN.

brasileiros, entre o final de 2021 e o início de 2022, vivendo em situação grave de insegurança alimentar; ou seja, vivendo a fome a ausência de alimentos.

Há outras transversalidades que demarcam a relevância para a discussão da temática, tendo em vista que os dados apresentados demonstram que os lares chefiados por mulheres, sendo essas, negras, são os mais afetados pelas condições de insegurança alimentar e nutricional de forma moderada e grave.

Como afirmou Carolina Maria de Jesus: “No dia 13 de maio de 1958, eu lutava contra a escravidão atual, a fome!”. Essa contundente frase endossa que “a fome no Brasil é atravessada pelo racismo constitutivo das relações sociais brasileiras que, por sua vez, também expropriou povos indígenas e tornou a terra uma mercadoria (CFESS Manifesta, 2023).

O reconhecimento da fome como o novo modelo de escravidão remete a reflexão do quanto o racismo esteve presente na formação sócio-histórica do Brasil e se perpetua continuamente, tendo em vista que o perfil de cor do público que vive em situação de insegurança alimentar e nutricional na atualidade é de pessoas pretas e pardas. Conforme Elizângela Nunes, assistente social e atual vice-presidenta do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará, “essa fome tem cara e tem cor” (CFESS Manifesta, 2023).

Ainda conta com outros marcadores relevantes pois, segundo a profissional, quem vivencia a fome no cotidiano é composto de mulheres negras e crianças, com baixa escolaridade e que, em maioria, compõe o perfil de usuários do Sistema Único de Saúde e da Assistência Social, o que remete a relevância do envolvimento do Serviço Social nesta pauta, por se tratar do público que é majoritariamente atendido nos espaços sócio-ocupacionais da categoria (CFESS Manifesta, 2023).

O Serviço Social está presente no universo das discussões acerca da segurança alimentar e nutricional, antes mesmo do lançamento do SISAN – Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. Desde os anos 2000, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) implementou um grupo de trabalho para produzir material analítico sobre o Programa Fome Zero (CFESS Manifesta, 2023).

Isso posto, consideramos essencial a presença da/o assistente social em diálogo com a SAN, pois, historicamente, tem realizado a articulação da discussão sobre a fome, com uma abordagem macrosocial, na qual a compreensão sobre as condições as quais os sujeitos sociais são postos, como, por exemplo, vulnerabilidade, extrema pobreza, desigualdades sociais, e tantos outros que não são naturais, sendo essas abordadas como consequências de escolhas políticas.

É a/o assistente social que acompanha o público da política de assistência social, que possui o perfil de cor, raça e gênero majoritário em situação de insegurança alimentar, conforme abordamos anteriormente.

Assim, compreendemos a importância do Serviço Social para o SISAN, bem como para o fortalecimento das ações e políticas em SAN, pois o diálogo da profissão com esse tema inicia a partir da compreensão de que a fome não é natural, e sim socialmente produzida. É neste cotidiano de atuação profissional que os assistentes sociais articulam e propõem estratégias intersetoriais e integradas, que considerem a discussão da situação de insegurança alimentar que afeta a população usuária (CFESS Manifesta, 2023).

Assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais são propositivos, críticos, reflexivos e estratégicos na articulação intersetorial. Para apresentar respostas à questão social, a atuação profissional na segurança alimentar deve ter como objetivo criar possibilidades de articulação entre os diversos segmentos das políticas públicas: saúde, educação, assistência, cultura, emprego e renda e a segurança alimentar, para propor alternativas de combate à fome e proporcionar soberania alimentar que consiste em “um conceito multidimensional e um direito dos povos que nasce em oposição ao modelo produtivo capitalista, pautado no agronegócio” (Guerra e Silva, 2021, p. 219).

Entendemos, assim, a soberania alimentar como um conceito que atravessa o direito de escolha dos povos diversos, quanto as formas de produzir, distribuir e consumir os alimentos. Esse conceito conflita em um território de capitalismo periférico e tardio, como o Brasil, pois os limites para a realização da soberania alimentar em um território capitalista são inúmeros, tendo em vista que o lucro sempre será a prioridade, em detrimento até mesmo da vida e do acesso aos direitos essenciais à subsistência.

Conforme mencionado anteriormente, nosso estudo se debruça sobre as contribuições das ações educativas, realizadas pelos profissionais de Serviço Social do banco de alimentos da Rede Sesc Mesa Brasil, do Rio de Janeiro. Os profissionais que pesquisamos são assistentes sociais atuantes nas instituições socioassistenciais cadastradas no programa e que participam regularmente das ações educativas propostas pelo Serviço Social do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que, as ações educativas são encontros mensais nos quais são discutidos, coletivamente, temas de relevância nacional e para o grupo, dentre eles a SAN.

A partir da breve apresentação do universo de nossa pesquisa, reforçamos que consideramos necessária a presença do profissional de Serviço Social nas

equipes multidisciplinares dos bancos de alimentos da rede Sesc Mesa Brasil, visto que essa participação é essencial para a compreensão da insegurança alimentar e nutricional como uma expressão da questão social, que possui marcadores históricos de gênero, raça e fatores econômicos. Esses marcadores que se perpetuam e que vão além de um debate biológico e nutricional.

Os bancos de alimentos não devem ser apenas unidades de entrega nutricional, sendo ambientes propícios à reflexão crítica acerca da fome e de quem ela atinge, sendo o profissional de Serviço Social o especialista nesta abordagem. Assim, pretendemos nesse estudo trabalhar as seguintes categorias de análises: fome, questão social, segurança alimentar e nutricional e Serviço Social.

Ao apresentar essa contextualização, é fundamental refletir acerca da prática profissional do Serviço Social em diálogo com a segurança alimentar e nutricional. Sendo assim, pretendemos elencar, a partir da percepção dos profissionais da categoria profissional que atuam nas organizações atendidas, de que modo a inserção nas ações educativas realizadas pela equipe de Serviço Social contribuem para o trabalho profissional e apresentam relevância acerca da SAN.

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma: o capítulo um apresenta a introdução, que é composta pela apresentação da profissional, dos objetivos da pesquisa e o contexto da atuação profissional do Serviço Social no que tange a Segurança Alimentar e Nutricional em organizações socioassistenciais.⁶ O capítulo dois apresenta o conceito de questão social, a fome como expressão da questão social, seus efeitos e suas raízes estruturais apoiadas em um país de capitalismo tardio e periférico. No capítulo três são apresentados alguns dos marcos principais da formulação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o reconhecimento da alimentação enquanto direito humano essencial, o programa Fome Zero, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a relevância de seus programas e equipamentos para a garantia do direito humano à alimentação adequada. O capítulo quatro apresenta a pesquisa desenvolvida, que utilizou como percurso metodológico a aplicação de entrevista, com questionário semiestruturado, através do google forms. Neste capítulo também realizamos a apresentação do campo empírico, os procedimentos metodológicos e a análise dos dados empíricos. A pesquisa realizada é de caráter qualitativo e quantitativo, considerando o universo amplo de participantes que integraram a pesquisa e a

⁶ Neste estudo optamos por utilizar o conceito de organizações socioassistenciais conforme referência bibliográfica: https://social.mg.gov.br/images/SUBAS/2025/PR_entidades.pdf

abordagem da análise de conteúdo e dados quantitativos apresentados nos gráficos e quadros ao longo do capítulo da pesquisa.

Ressaltamos que a aplicação do questionário, foi realizada após a aprovação do projeto de estudo que foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Rio. O formulário foi aplicado durante o mês de outubro, sendo respondido por 49 participantes, todas assistentes sociais atuantes em organizações socioassistenciais cadastradas no Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro e participantes nas ações educativas da equipe de Serviço Social. Realizamos também, continuamente a revisão da literatura existente sobre o tema, incluindo livros, artigos, legislações, textos acadêmicos, materiais das ações educativas, relatórios técnicos e análise de documentos, para fins de triangulação.

Concluída a realização do levantamento de dados, utilizamos o método de análise de conteúdo para realizar a análise dos dados empíricos obtidos. No último capítulo que demonstramos os resultados da pesquisa utilizamos a linguagem adequada ao gênero feminino, que é característica predominante na categoria profissional de Serviço Social, conforme pesquisa do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (2022).

Os principais resultados obtidos são: o perfil das assistentes sociais participantes e das organizações socioassistenciais onde atuam, a importância da dimensão educativa na prática profissional de assistentes sociais, o incentivo ao ingresso nos conselhos de direitos, nas conferências e à elaboração de artigos na área da Segurança Alimentar e Nutricional a partir da inserção dos profissionais em ações educativas, o total de profissionais participantes da pesquisa considera que os temas desenvolvidos nas ações educativas realizadas pelas assistentes sociais do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro favorecem o diálogo dos profissionais atuantes das organizações socioassistenciais com a SAN, bem como, contribuem significativamente para o seu exercício profissional. No entanto, observamos que ainda existe a necessidade de que os profissionais de Serviço Social reconheçam a relevância da SAN como um tema e uma garantia de direito, a ser abordado com o público usuário, com protagonismo pela categoria.

2

A fome uma expressão da questão social, que persiste e resiste

“Como esses animais, voltamos a insistir, também o homem é capaz de alterar a sua conduta, quando acossado pelos martírios e estragos da fome” (Castro, 2022, p. 248).

Em 1946, quando o professor Josué de Castro escreveu *Geografia da Fome*, ele já a descrevia como um “flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens”, isto é, os interesses de uma classe específica de homens, por assim dizer, interesses políticos, econômicos e de poder se sobrepõem contra outros “homens”. O cenário político brasileiro, nesse período, passava por grandes transformações.

A república estava dando os primeiros passos, sendo assim, para Castro a fome era uma consequência desse processo de conflitos e decisões políticas inerentes aquele tempo histórico. A fome não era uma escolha, nem mesmo um efeito dos fenômenos naturais ou falta de determinação de um grupo de pessoas para conseguir gerir recursos para acessar alimentos para si e para a família. Ela era produzida pelas desigualdades sociais as quais são submetidas uma parcela específica da população empobrecida, conforme Castro (2022):

Examinando a questão da fome no Nordeste brasileiro, que em sua juventude dizimava periodicamente grandes contingentes populacionais no sertão, ele mostrou que a vertente naturalista, segundo a qual esse fato se devia às contingências do clima, era uma explicação equivocada. Dizia-se, então, que a fome no Nordeste interior tinha como raiz a aridez climática. Assim, a culpa do desastre era da Natureza, isto é, de ninguém, e não da sociedade. Tomando a questão pela sua raiz, Josué de Castro mostrou que havia carências alimentares tanto no Nordeste seco quanto na chuvosa Zona da Mata (p. 37).

Ao realizar tal estudo, o professor Josué de Castro rompe com a prerrogativa de que a fome e as sequelas dela eram naturais, como a vertente naturalista afirmava. Ele identifica, através de pesquisas e análises que, em áreas que o clima era propício ao plantio e a produção de alimentos, a fome também incidia, pois a pobreza a qual estava submetida à população era o que a levava a não se alimentar.

Para Castro (2022), o baixo consumo de comida por parte da população era determinado pela pobreza generalizada para as pessoas comuns, muitas delas não tinham possibilidades nem recursos para transportar alimentos do local de produção, até o local de moradia, nem conseguiam migrar em busca do alimento.

Castro caracteriza essa fome como epidêmica. Sendo assim, compreendemos que, para o autor, a fome era como uma epidemia, não era específica a uma região isolada e afetava o mesmo perfil de pessoas, os quais eram pobres e sem recursos financeiros que os permitisse prover, acessar e até mesmo se locomover em busca do alimento.

Castro (2022) apresenta o conceito de fomes coletivas e nos leva a reflexão de como nosso imaginário, ao pensar sobre o tema, encaminha-nos ao Extremo Oriente à Índia, aos campos de concentração e muitos outros locais nefastos que nos apresentariam um retrato drástico da fome. Porém, como ressaltado anteriormente, a fome é uma questão social, muito mais generalizada, é universal, portanto, está presente em todos os territórios de formas distintas.

No Brasil, o estudo demonstra que a fome está relacionada às decisões políticas, que impulsionaram e permitiram a prática de monocultura e do latifúndio como forma de produção de alimentos e gestão de terras. Assim, havia a produção de um único tipo de alimento em amplas terras, as quais eram propriedades de um único dono ou família.

Nesta perspectiva, o autor divide o estudo pelas regiões Amazônica, Nordeste açucareiro, Sertão nordestino, Centro-Oeste e Extremo Sul. Castro elenca as principais características da fome em cada território, pensando, sobretudo, na questão nutricional, tendo em vista que ele era médico e especialista em nutrição, além de geógrafo e professor.

Percebemos, então, que a iminência da fome de forma generalizada é indissociável da vida cotidiana das pessoas empobrecidas, ao observarmos Ramos (1938), que descreve a situação da seca no sertão e os impactos da fome sobre o sertanejo e a família, a ponto deste pensar em abandonar o filho ao longo do caminho que percorria ao buscar a migração para a terra onde houvesse alimento. A desnutrição é uma característica presente no relato, que aparece como um efeito da fome, em que pessoas e animais estão expostos.

Corroborar também a reflexão de Leme (2021), ao estudar as metamorfoses da fome no Brasil. A autora apresenta uma reflexão sobre como todas as pessoas podem sofrer com a fome momentânea, como a necessidade de se alimentar, enviada por um comando cerebral.

Há pessoas que vivem este fenômeno como condição de vida contínua, as quais precisam escolher qual refeição irão realizar no dia, ou mesmo de que forma conseguirão algum alimento para ingerir. Segundo a Rede PENSSAN (2023), 33,1 milhões de brasileiros convivem com a fome, evidenciando a permanência como fenômeno estrutural.

O estudo qualitativo de Castro, lança balizes para uma ampla compreensão sobre o fenômeno da fome ao longo da história, pois não preocupava em gerar apenas dados numéricos referentes ao assunto, buscando dar substâncias singulares sobre o tema.

Ao observarmos o relato de Jesus (2020), identificamos a recorrência na escrita em um diário, popularizado posteriormente, sobre a ausência frequente do acesso aos alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para alimentar todas as pessoas da família, bem como por vezes percebemos que ela se diz indisposta, o que muitas vezes era atribuído a algum tipo de mal olhado. Porém, enquanto pesquisadora, na área da segurança alimentar e nutricional, refletimos que tais impactos na autora caracterizam a exposição à fome.

Em Ramos (1938) e Jesus (2020) identificamos alguns pontos em comum. Dentre os quais, um deles se tornou singular. Ao observar a obra do primeiro autor, vemos na descrição a exploração, o sofrimento e a miséria em que vivia o povo do sertão nordestino do Brasil, fazendo com que eles migrassem em busca de água e alimentos, para sobreviver.

No relato da autora, Jesus (2020) há a descrição do povo morador de uma favela, sofrendo males semelhantes aos do sertão, sendo eles pobreza, miséria, falta de alimentos e recursos para viabilizá-los. Vale ressaltar que a autora escreve o diário em 1955, na favela do Canindé, Zona Norte de São Paulo.

Nesse sentido, a singularidade entre os autores é na forma como observamos a reprodução da fome para esta população, o que evidencia a persistência das mesmas condições sociais em diferentes contextos históricos e geográficos. Conforme Cano (1975), entre os anos de 1887 e 1930, São Paulo recebeu aproximadamente 2,5 milhões de imigrantes, dentre estes, 280 mil eram das regiões do Nordeste e Minas Gerais.

Exemplo disso, trazemos a escritora Carolina Maria de Jesus, que nasceu em Sacramento, Minas Gerais. A autora do importante livro *Quarto de Despejo* pertenceu ao grupo de migrantes que veio em busca de uma realidade de vida melhor, porém se deparou com as mesmas intempéries no cotidiano. Isso nos leva a refletir o quanto o povo brasileiro é historicamente negligenciado, no que tange a garantia da segurança alimentar e nutricional do povo.

Assim, encontramos resposta nas análises de Castro (2022, p. 287), que remete que os alimentos produzidos no Brasil, nunca tiveram por objetivo alimentar o povo, mas sempre foram destinados à agricultura extensiva de produtos exportáveis, ao invés de uma agricultura de subsistência, com foco em saciar a fome do povo. Os governantes e o Estado, por sua vez, não

demonstravam interesse em impedir a interferência dos monopólios estrangeiros na economia do país, pois sempre foram aliados dos interesses da grande burguesia. Sendo assim, vimos o enriquecimento de pequenos grupos, sem alcançar o conjunto da população do território brasileiro.

Conforme encontramos em Santos (2023, p. 5): “Um componente essencial para entender o sistema alimentar atual é compreender que ele é fruto de uma época histórica socialmente determinada e, neste caso, a era do capital que determina o sistema de mercadoria.”.

Assim, compreendemos a fome como um produto gerado pelo capitalismo, ou seja, os alimentos são mercadorias e só tem acesso quem pode pagar por eles. O que se observa é como os processos econômicos e políticos estão interligados à questão da fome. Ela não está isolada a estes, não deve ser tida como algo natural das relações humanas e tem fundamentos históricos constitutivos, que repercutem na manutenção dessa situação até os dias atuais. Em suma, compreendemos que escolhas políticas e econômicas, assumidas pelo governo de um país, refletirão diretamente nos aspectos nutricionais, sociais e biológicos que perpassam a alimentação da população.

O poder político central apenas demonstrou fraqueza, o que permitiu por um longo período que os interesses dos colonialistas fossem ampliados, sendo esse interesse econômico, no sentido da ampliação dos lucros, para pequena parcela de produtores agrícolas. Vale ressaltar que a fome está presente no Brasil desde o período colonial, sempre direcionada a um grupo específico de pessoas, enquanto a arrecadação dos processos econômicos não atingia a toda a população (Castro, 2022, p. 288).

A obra de Josué de Castro apresenta um caminho que perpassa várias etapas da transformação, em relação aos modos de produção e da economia do Brasil. Ao analisarmos o contexto histórico do pós-guerra, que é um das etapas que aparecem na obra, a palavra de ordem era a busca pelo desenvolvimento econômico para os países subdesenvolvidos, porém, de acordo com Santos (2021, p. 2), para Castro o desenvolvimento necessário estava em melhorar as condições de vida das pessoas que estavam em situação de fome e miséria.

A preocupação de Castro também é voltada para a alimentação de cada povo, com vistas à manutenção da cultura alimentar e a produção agrícola de itens variados, indo contra a monocultura habitual dos senhores donos de terras.

Como povo de tradição agrícola, de tipo de agricultura de sustentação, o negro reagia contra a monocultura de forma mais produtiva do que o índio. Desobedecendo às ordens do senhor e plantando às escondidas seu roçadinho de

mandioca, de batata doce, de feijão e de milho. Sujando aqui, acolá, o verde monótono dos canaviais com manchas diferentes de outras culturas. Benditas manchas salvadoras da monotonia alimentar da região. Que o negro nunca perdeu esse instinto policultor, esse amor a terra às plantações, apesar da brutalidade com que fora arrastado de sua terra, com todas as suas raízes culturais violentamente arrancadas [...] (Castro, 2022, p. 127).

Compreendemos aspectos essenciais para pensar a fome e a alimentação, ao olhar o Brasil não apenas como um território geográfico e sim apreendê-lo nos mais diversos aspectos. Ao considerar a formação sócio-histórica, que tem bases no processo de escravização dos povos originários e de povos negros trazidos a força, que compunham a mão de obra responsável pelo plantio e pela colheita dos alimentos. Entre formas de resistência, como o cultivo oculto de alimentos e a brutalidade do processo de escravização, tanto indígenas quanto negros tiveram a vida limitada, com a liberdade cerceada, sem acesso direito à terra ou alimentos. Um extermínio (Castro, 2022).

Dessa forma, ao analisar a temática da fome, evidencia-se a origem estrutural e histórica no Brasil, considerando o processo de colonização. Até os dias atuais impacta na realização da garantia dos direitos, sobretudo o direito humano à alimentação adequada e saudável, a qual todas as pessoas devem acessar de forma igualitária e sem prejuízo de outros direitos essenciais (CONSEA, 2006).

Ao invés de garantir esse direito, o Brasil, na mesma medida em que produz grandes quantias de alimentos, segue a produzir desigualdades que são ampliadas e agudizadas pela doutrina neoliberal e o capitalismo tardio e periférico, acarretando em uma população que passa fome, enquanto os alimentos produzidos se destinam à exportação.

O Brasil passou por diversas fases históricas, desde o suposto pré-descobrimento, que chamamos aqui de pré-invasão, que ocorreu até 1500, após houve a implantação da colônia, com base na invasão portuguesa (e posteriormente de outros países), de 1500 a 1822, a fase imperial, de 1822 a 1889 e a república, de 1889 até os dias atuais.

Desde o Brasil Colônia e até a República atual, podemos perceber que o Brasil se configurou como um país sem uma identidade econômica própria se manteve sempre à sombra dos países centrais, em uma relação classificada como subordinação ou dependência.

Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou

recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida (Marini, 1973, p. 8).

Portanto, compreendemos que o Brasil e os demais países da América Latina se relacionam com os países centrais, que possuem alto nível de desenvolvimento social e econômico, na divisão internacional do trabalho, como um país de capitalismo dependente, e assim sofrem interferências diretas em sua economia, relação esta que só pode ser superada, se suprimidas definitivamente as relações de produção que se desenvolvem a partir dela.

Compreender as desigualdades que são gestadas a partir do modelo de produção capitalista, sobretudo em países de capitalismo dependente, é essencial para aprofundar a discussão acerca da fome enquanto questão social permanente no território brasileiro, pois, apesar de toda abundância e riqueza alimentar de nossas terras, em 2023 havia no Brasil 27,6% dos domicílios em algum grau de insegurança alimentar e nutricional, sendo 4,1% que corresponde há 3,2 milhões de domicílios em situação de insegurança alimentar grave, ou seja, um o mais dos moradores do domicílio passam fome (PNAD, 2023). Conforme verificamos na figura abaixo:

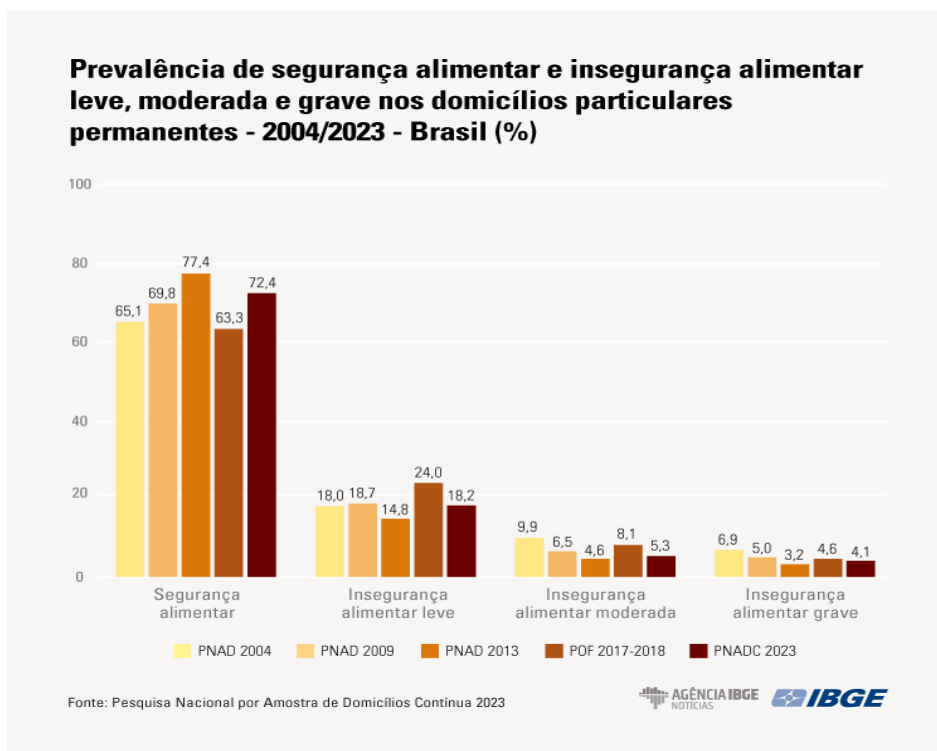


Figura 1 - Prevalência de segurança alimentar e insegurança alimentar leve, moderada e grave nos domicílios particulares permanentes – 2004/2023 – Brasil

Dessa forma, reforça-se que a fome permanece como questão social estrutural, vinculada às desigualdades históricas.

2.1

Questão Social, fome, suas implicações e determinações

Todas as indicações disponíveis sugerem que a expressão ‘questão social’ tem história recente: seu emprego data de cerca de cento e setenta anos. Parece que começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgada até a metade daquela centúria por críticos da sociedade e filantropos situados nos mais variados espaços do espectro político. A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo (Netto, 2001, p. 42).

Conforme Netto (2001), o uso da expressão questão social emerge na terceira década do século XIX, período no qual a Europa Ocidental conhecia os primeiros efeitos da onda industrializante, através do pauperismo, que pode ser reconhecido nesta época pelo número de trabalhadores excluídos do acesso ao trabalho, portanto, em absoluta pobreza. Assim, “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentavam a capacidade social de se produzir riquezas” (p. 42).

Portanto, para discutirmos a fome como questão social, faz-se necessário compreender onde estão as raízes, sendo assim, é partir da concepção das contradições do mundo capitalista e a relação capital e trabalho que buscaremos apreendê-la, de acordo com Netto (2001), que afirma:

Coloca-se a análise da ‘questão social’ sendo indissociável das configurações assumidas pela relação entre capital e trabalho, implicando considerar a contradição entre as forças produtivas e o desenvolvimento da sociabilidade humana, num movimento em que a reprodução da desigualdade social acompanha a reprodução ampliada da riqueza. Nesta ordem, remete ao modo peculiar de produção e exploração que desde o XIX revelava ser ‘[...] radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava’ (p.43).

A partir desta concepção, compreendemos que não há como separar questão social do processo que se configura a partir da relação capital e trabalho, entendendo também que ela pode ser apreendida tal como um conjunto das desigualdades geradas pela sociedade capitalista no estágio maduro, cuja raiz está na forma de produção social coletiva, com a apropriação privada dos frutos deste trabalho, que é monopolizada por um pequeno grupo societário (Iamamoto, 2020, p. 34).

Assim, ao abordar a questão social, adota-se a perspectiva crítica do Serviço Social brasileiro, que caminha no sentido da compreensão de uma determinação que é gerada pelas contradições inerentes à relação capital e trabalho, responsável pela produção das desigualdades sociais em formas mais ampliadas, como a pobreza generalizada para grande parte da população, a fome, pessoas em situação de rua, vulnerabilidade social e extrema pobreza. Enquanto a riqueza é ampliada para um pequeno grupo detentor dos meios de produção.

Retomando o percurso da formação sócio-histórica brasileira, Ianni (1989) destaca que:

É claro que durante a vigência do regime de trabalho escravo havia uma questão social. O escravo era expropriado no produto do seu trabalho e na sua pessoa. Sequer podia dispor de si. Era propriedade do outro, do senhor, que podia dispor dele como quisesse: declará-lo livre ou açoitá-lo até a morte. A contrapartida, na perspectiva do escravo, era o suicídio, a tocaia contra o senhor, membros da família deste e capatazes, rebelião na senzala, fuga, formação do quilombo, saque, expropriação. Não havia dúvidas sobre a situação relativa de um e outro, escravo e senhor, negro e branco. Não se abria qualquer possibilidade de negociação. A questão social estava posta de modo aberto, transparente (1989).

Apesar de, nesse período, não haver o processo de expropriação por meio da relação capital e trabalho, para o autor havia algo ainda mais intenso e desumano, ou seja, uma apropriação da vida, que levava a expropriação da existência de alguns corpos. Assim, inaugurava-se na fase escravista uma mazela social que era como sentença de morte para pessoas negras, escravizadas, que para tentar sobreviver resistiam como podiam, com as estratégias que possuíam.

Este caráter da formação sócio-histórica brasileira não pode ser desconsiderado ao analisarmos os aspectos da questão social no Brasil, pois não podemos desconsiderar a existência do racismo estrutural, que foi inaugurado desde a colonização e que segue enraizado na sociedade brasileira.

Portanto, faz-se necessário compreender que a questão social brasileira conta com aspectos próprios, que a diferenciam de outros países. Sendo assim, caberá considerá-los ao se pensar a realidade social do Brasil e as marcas próprias deixadas por esses aspectos na população. Sobre isso, Yazbek (2018) ressalta que:

[...] a questão social brasileira, questão que nos contraditórios tempos presentes assume novas configurações e expressões que condensam múltiplas disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, mobilidades espaciais, formações regionais e disputas ambientais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Desse modo é fundamental não esquecer que o caráter predatório das relações coloniais e do escravismo deixou, sem dúvida suas marcas na história do país e implantou bases importantes

na construção da lógica que vem presidindo a expansão do capitalismo dependente na periferia em tempos mais recentes, bem como as características próprias da questão social brasileira (p. 183).

Assim compreendemos que a questão social brasileira, não pode ser discutida sem considerar todos os aspectos que a perpassam. As questões de gênero, étnico-raciais, mobilidade, características regionais e disputas por terras, por exemplo, somadas ao contexto histórico do país são essenciais para uma análise e contextualização de suas causas e efeitos. Esses aspectos confluem na fundação de um capitalismo dependente e periférico que, vivenciado na atualidade, promove devastação, estimulado pela ideologia neoliberal.

Ao retornarmos à questão social, ainda que alguns autores defendam a existência dela desde a fase escravista, a legitimidade e o reconhecimento dela no Brasil só ocorrem tardiamente, nas primeiras décadas do século XX, a partir do desenvolvimento do capitalismo moderno somado ao processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira (Silva, 2013, p. 261). Dessa maneira:

[...] a questão social, latente ou explícita, sempre esteve no centro das lutas sociais travadas no interior da sociedade brasileira. Decerto, na maioria das vezes, essas lutas tiveram um caráter elitista, mas sempre buscando a participação das massas: lutas pela terra, migrações internas, servidão, extermínio indígena, movimento negro, liberdade sindical, protestos sociais dos trabalhadores emergentes da industrialização tardia, etc. [...] em nossos termos, a questão social traduz-se nas lutas sociais, partidárias ou sindicais que os segmentos ou classes sociais vêm travando ao longo da formação socioeconômica capitalista do Brasil. Na maioria das vezes, o Estado, a igreja e o mercado utilizam-se dessas lutas para harmonizar os conflitos e as contradições decorrentes das relações sociais de produção, retardando seu reconhecimento e legitimidade e dispensando-lhe um tratamento que tem visado apenas garantir os interesses dos estamentos ou das classes dominantes (Silva, 2013, p. 262 - 263).

Para a autora, a questão social é a representação das lutas travadas neste cenário inicial da formação socioeconômica capitalista do Brasil, tendo sido tratada como refém do Estado, da Igreja e do mercado, que viam nessas lutas estratégias para trazer harmonia e calar os conflitos engendrados pela relação de produção. Deste modo, a postergar o reconhecimento da questão social, fazia com que fossem mantidos os interesses das classes dominantes.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (Carvalho; Iamamoto, 2006, p. 77).

Neste sentido, a questão social tal como já definida é reconhecida a partir do processo de surgimento, manutenção e acirramento do capitalismo e das forças produtivas proletárias em contradição à burguesia. Entretanto, as formas de enfrentamento à questão social, ao longo da história, devem ser transformadas, as quais exigirão posicionamento do Estado através de políticas públicas, que visem ultrapassar as formas caritativas e de repressão, as quais foram utilizadas inicialmente como possíveis caminhos para lidar com a questão social e as expressões dela no cotidiano.

Na década de 30, com o avanço da urbanização e da industrialização, além do reconhecimento legítimo da questão social, fará com que ela ganhe novas características e proposições de enfrentamento. É neste contexto que surgem as raízes da origem do Serviço Social, que inicialmente esteve estritamente ligado à Igreja Católica, a caridade e ao apostolado. Isso se deu através da atuação das damas de caridade, moças da alta sociedade que tinham um papel de relevância neste momento:

Bem, o que fazia então uma dama de caridade ou “assistente social” na segunda metade do século XIX? Procurava em primeiro lugar conhecer as verdadeiras necessidades de cada um. Usar economicamente as esmolas disponíveis, visitar as casas dos pobres e necessitados, estudar conscienciosamente os pedidos de ajuda e conseguir trabalho para os “desocupados”, para prevenir os problemas derivados da pobreza (Estevão, 2005, p. 12).

O Serviço Social surgiu vinculado à caridade religiosa, com forte influência da doutrina católica. Com o tempo, passou a incorporar uma visão mais política e crítica da questão social. Entretanto, vale ressaltar, que essa era uma prática comum à época, pois, nos primórdios da atuação na área de assistência, não havia a realização de uma reflexão crítica, ou seja, a responsabilidade pela boa ação e caridade era da Igreja Católica e protestante, e o Estado tinha por propósito manter a “paz política” e permitir que a burguesia recém-chegada ao poder pudesse continuar nele (Estevão, 2005, p.10).

A questão social se torna objeto de trabalho das/os assistentes sociais, porém, será tratada a partir de diferentes interpretações e concepções em períodos distintos da história. Conforme mencionamos anteriormente, nos anos 30, ela será minorada, através da prática caridosa, religiosa e de assistência dos ricos aos pobres e de repressão pelo Estado, ou seja, considerada como caso de polícia.

Em 1936, surge a primeira escola de Serviço Social do Brasil, em São Paulo, vinculada à Pontifícia Universidade Católica, o que intensifica a perspectiva de afastar a questão social da ideia de caridade e repressão, aproximando-se de uma questão política, porém, ainda em uma concepção muito embrionária. Não há grandes avanços quanto à percepção crítica na atuação profissional (Estevão, 2005, p. 48).

A partir dos anos 40 e 50, a questão social passa a ser considerada como caso de política, apesar de uma atuação ainda paternalista e assistencial, com o início de um movimento de expansão do Serviço Social, com a emergência de formação e afastamento do laicato. Esse processo se intensifica com o movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina, a partir da década de 1960.

Netto (2005) apresenta historicamente e conceitua os movimentos que ocorrem a partir dos anos 60 a 80. Em 1960, as formas de apreensão da questão social passam por uma transformação, com um tímido movimento de renovação no interior da profissão no final dos anos 60, a perspectiva modernizadora.

Através do CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviço Social foram estimuladas e propagadas discussões e teorizações, de grande relevância à época. O CBCISS organizou os seminários de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista, que foram essenciais para repensar a atuação das/os assistentes sociais, frente à questão social.

Em 1970, há o movimento reconhecido como reatualização do conservadorismo, momento histórico no qual houve uma aproximação inicial do Serviço Social brasileiro com o marxismo, através do seminário de Teresópolis, em que se apontava a necessidade de uma prática comprometida com as transformações societárias, tendo o olhar crítico, reflexivo e uma formação profissional sólida para lidar com a questão social.

Já na primeira metade dos anos 80, ocorre uma série de transformações da profissão com base no movimento chamado de intenção de ruptura, pautado a partir da discussão promovida pelo Seminário de Alto da Boa Vista, com participação de assistentes sociais de diversos estados, do CBCISS e de partidos e sindicatos políticos. Este encontro foi muito relevante, pois propunha pensar a questão social considerando-a em múltiplas dimensões, partindo da relevância de uma prática intersetorial e propositiva, bem como o destaque da participação dos profissionais na proposição de políticas públicas inclusivas. Este momento histórico também foi marcado pelo incentivo à participação popular nas proposições de políticas.

O objetivo dessa breve contextualização foi compreender como se construíram as bases estruturais que objetivaram trazer respostas à questão social que, ao longo da história, sobretudo no período de avanço do capitalismo e neoliberalismo, passa a ser vinculada ao reconhecimento da classe trabalhadora e de sua condição de exploração e expropriação, em que o trabalho produzido na coletividade tem o resultado apropriado de forma privada. As desigualdades sociais, oriundas do modelo de produção capitalista, desdobram-se em diversas expressões. A fome é uma delas.

De acordo com Chaves e Arcoverde (2021), as desigualdades sociais crescentes são uma condição estrutural do capitalismo, pois seguem a lógica da acumulação de capital, com a primazia da propriedade privada, como também na concentração de riquezas, socialmente produzidas pelos trabalhadores e apropriadas pela classe dominante, o que corrobora para que a maior parcela da população viva em situações indignas, sem sequer possui condições de reproduzir a própria força de trabalho. “[...] A existência, a reprodução e a ampliação dessas condições necessárias a produção e, sobretudo, à reprodução social se materializam em problemáticas que explicitam a questão social manifesta ou latente” (Chaves; Arcoverde, 2021).

Assim, expõem a face perversa do capitalismo, que segue a se reproduzir em meio às crises cíclicas, inerentes à lógica da lei geral de acumulação, que expressam que a pobreza cresce na mesma proporção que o crescimento da riqueza (p. 179).

Porém, cabe ressaltar que a riqueza cresce exponencialmente para um grupo restrito de pessoas e a pobreza “afeta a todas as dimensões da vida” (p.179) de grande parcela da população, que se encontra empobrecida e exposta às inúmeras situações de violação de direitos.

Sendo assim, refletiremos a seguir sobre os impactos do capitalismo e do neoliberalismo na perpetuação das desigualdades sociais no Brasil, implicações e determinações na vida em sociedade.

2.2

Brasil: território das desigualdades, traços perversos do surgimento e avanço do capitalismo

“A desigualdade social no Brasil expõe as fraturas da sociedade brasileira” (Nunes e Sousa, 2020, p. 99).

Ao refletirmos sobre as desigualdades, é necessário compreender as raízes estruturais. A teoria marxista permite entender como a sociedade capitalista contemporânea, por meio da lógica de reprodução do capital, perpetua uma estrutura de classes que sustenta as desigualdades e a exploração do trabalho.

Desde os primórdios do capitalismo no Brasil, observamos que a economia nacional foi estruturada para gerar excedentes direcionados aos países centrais, caracterizando um capitalismo periférico e tardio, cujos efeitos permanecem até os dias atuais.

[...] a economia brasileira teria sido constituída para produzir excedente para os países centrais, e dessa forma contribuiria de maneira relevante para o desenvolvimento dos mesmos. Este processo de apropriação de grande parte do excedente aqui produzido seria um dos pilares estruturais da economia brasileira e de sua inserção na economia mundial, que transcenderia a fase colonial, que estaria inserida no processo de acumulação primitiva, e perpassaria toda a nossa história até os dias atuais (Corsi, 2022, p. 234).

A forma como se estrutura a economia brasileira demonstra o local de subalternidade no qual o país está posto. Esta relação de país subdesenvolvido, que está à mercê dos países centrais, provoca de forma ineliminável a ampliação das desigualdades sociais em nosso território. Com o crescimento e adensamento do capital, intensificam-se a exploração e a busca por lucro. Essa dinâmica, por sua vez, acentua ainda mais as desigualdades sociais, conforme:

[...] o capital é uma forma de propriedade privada que não pode deixar de se expandir. Diferente da propriedade feudal, ou da propriedade de escravos, que poderia permanecer por séculos sem alterações significativas, o capital é uma forma de riqueza que apenas pode existir se servir para fazer negócios cada vez mais lucrativos (Lessa, 1999, p.30).

Sendo assim, proporcionalmente ao crescimento e ao avanço do capitalismo com grandes taxas de lucratividade, há o crescimento exponencial da desigualdade, em mais variadas formas, com pessoas em estado de pobreza e extrema pobreza, em processo de completa vulnerabilização, sem acesso à renda e à alimentação, sem perspectiva de obter o essencial para a própria subsistência.

O capitalismo, ao valorizar mercadorias e reduzir pessoas a objetos, prioriza o mercado em detrimento das necessidades humanas. Assim, pode-se concluir que o mercado está acima das necessidades humanas [...] (Azevedo, 2022, p. 495). Sobre o assunto, Iamamoto (2006) discorre que:

[...] as relações sociais, de acordo com as quais os indivíduos produzem, as relações sociais de produção alteram-se, transformam-se com a modificação e o

desenvolvimento dos meios materiais de produção, das forças produtivas. Em sua totalidade as relações de produção formam o que se chama relações sociais: a sociedade e, particularmente, uma sociedade num determinado estágio de desenvolvimento histórico, uma sociedade com um caráter distintivo particular [...] O Capital também é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, relação de produção da sociedade burguesa (p. 30).

Nesse processo de reprodução das relações sociais e do capital, destaca-se uma interdependência. Burguesia e proletariado surgem dessa dinâmica, apesar de antagônicas, coexistem, de maneira que o citado antagonismo se apresenta de forma imediata. Assim, se o capital é uma relação social, o trabalho assalariado precisará existir, pois um recria o outro, na mesma medida que um nega o outro (Iamamoto, 2006, p. 30).

A partir das reflexões apresentadas até aqui, identificamos que as desigualdades sociais são consequências do modelo de produção capitalista. Esse modelo é regido por interesses econômicos, em que o lucro e a exploração são essenciais, independente dos resultados deletérios que isso possa gerar na vida da população, sobretudo da “classe que vive do trabalho” (Antunes, 1999, p.101), assim, as desigualdades passam a ser naturalizadas como condição inerente ao funcionamento do sistema capitalista.

O sistema capitalista possui fases, as quais pretendemos resgatar brevemente, com objetivo de identificar a interlocução direta com a produção das desigualdades sociais: capitalismo comercial, capitalismo industrial e capitalismo financeiro ou monopolista. Na atualidade, algumas vertentes já defendem a existência de uma nova fase do capitalismo: o capitalismo informacional. No entanto, essa elaboração se limitará às três fases anteriormente citadas. A primeira delas, o capitalismo comercial, também conhecido como mercantilismo, caracterizou-se pela predominância do comércio de mercadorias e da mão de obra escravizada, não é consenso teórico que nesta fase do mercantilismo houvesse, “um capitalismo comercial”, no entanto, de acordo com Prado, (1994) essa fase se caracteriza como capitalismo e marcou o enriquecimento das elites coloniais, às custas da exploração brutal de povos escravizados.

A segunda fase, o capitalismo industrial⁷, ocorreu de forma tardia no Brasil. O país, considerado periférico no sistema mundial, iniciou a industrialização com

⁷ O trabalho assalariado é também a etapa do capitalismo, na qual as desigualdades começam a se tornar mais evidentes. O que me parece um tanto quanto óbvio, já que as atrocidades perpetradas sobre a população indígena e negra não eram sequer consideradas desigualdades. A exclusão, a violência, a crueldade e toda forma de desigualdade estavam presentes desde a primeira fase do capitalismo no Brasil, de forma acentuada, porém não eram reconhecidas, pelo simples fato de que elas se davam sobre pessoas que eram tratadas como seres não racionais, sem alma e inferiores aos brancos colonizadores. Sendo assim, é com o surgimento da classe operária e o sentimento de

atraso em relação aos países centrais. A terceira fase, o capitalismo financeiro ou monopolista, é marcada pela hegemonia das instituições financeiras e das grandes corporações. Os lucros passam a estar cada vez mais vinculados aos investimentos, à especulação e ao controle de setores estratégicos da economia. Também nesta fase se observa o fortalecimento das *commodities* voltadas para exportação, contribuindo para a manutenção das desigualdades.

Há que se refletir que a fase do capitalismo monopolista foi a grande responsável pelo agravamento das contradições e das desigualdades sociais, as quais se intensificaram. Na medida em que o capitalismo produz abundantemente, as desigualdades são gestadas como produto principal:

A desigualdade, em contexto de escassez, é vista pelos liberais como necessária ao crescimento e ao desenvolvimento das forças produtivas. Contrariamente, em sociedades de abundância, onde a produção é suficiente para abastecer toda a população, como é a sociedade capitalista na era dos monopólios, a desigualdade social é produto do próprio desenvolvimento das forças produtivas, e não o resultado do seu insuficiente desenvolvimento, nem a condição para o mesmo. Aqui a desigualdade é consequência do processo que, mesmo em abundância de mercadorias, articula acumulação e empobrecimento (Montaño, 2012, p. 279).

Dessa forma, compreendemos que as desigualdades sociais atuais são resultantes diretas da lógica do capital monopolista, que concentra lucros em poucos grupos e distribui pobreza de forma generalizada. Independente da abundância que produz, a desigualdade não é sanada por ela, ao invés disso só se amplia, um padrão do capitalismo.

Boschetti (2017, p. 54) corrobora essa análise, ao afirmar que vivemos uma crise estrutural do capital. Essa crise amplia e aprofunda a questão social e traz à tona a barbárie que arrasa, sem medir consequências, a classe trabalhadora, o que impacta diretamente na procura pelo Serviço Social. A supressão dos direitos que a população está exposta na atualidade e todo o contexto de pauperização, que se ampliou em tempos de reacionarismo e do conservadorismo no Brasil, são questões que reforçam a pertinência do Projeto Ético-Político profissional.

Dados do Relatório da Riqueza Global (2023) indicam que 48,4%, quase metade da riqueza do Brasil, está concentrada nas mãos de apenas 1% da população. Enquanto isso, os 99% da população divide desproporcionalmente os outros 51,6%. Vale ressaltar que há outros marcadores que incidem nas relações da distribuição de riqueza, tais como gênero e raça, que demarcam a segregação

coletividade, as novas formas de produção e os rebatimentos das forças produtivas, que a exclusão e a desigualdade social sobressaem.

racial e de gênero das relações no Brasil desde a colônia, como dito anteriormente.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), a pobreza e a extrema pobreza recuaram em comparação ao ano de 2021. Segundo a pesquisa, o percentual de pessoas que estavam em situação de pobreza em 2021 era de 36,7%, sendo reduzido para 31,6%; quanto a extrema pobreza, houve queda de 9,0% para 5,9% em 2022. Em 2023, o país seguiu a tendência e houve redução da pobreza para a taxa de 27,5%, na maioria dos estados brasileiros.

O percentual de 2021 se traduz em 67,8 milhões de pessoas em situação de pobreza e 12,7 milhões na extrema pobreza, tendo recuado em 2022 para 10,2 milhões e 6,50 milhões de pessoas respectivamente (IBGE, 2022). Esse dado representa uma alteração significativa no quantitativo de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. Também aponta para a existência de uma grande parcela da população ainda em condições precárias de existência.

A pobreza não se caracteriza apenas pelo viés da renda. Antes, está amplamente relacionada às múltiplas dimensões, sintetizado na ideia de pobreza multidimensional, conceito elaborado por Amartya Sen. Nesta abordagem, ao tratar sobre a pobreza, considera-se não apenas a renda como critério para mensurá-la e sim uma variedade de dimensões, tais como educação, saúde, emprego e condições de habitação como questões determinantes e transversais, para se abordar a questão da pobreza, tanto quanto a renda. A partir deste conceito emerge uma agenda de ações e políticas públicas no país, visando responder a multiplicidade de dimensões da pobreza (Fahel et al., 2016, p. 1).

Como tem sido ressaltado ao longo do texto, a população que ainda permanece em situação de pobreza e pobreza extrema é predominantemente composta por pessoas negras. Conforme os dados do IBGE (2022), 40% das pessoas em situação de pobreza eram negras, o que representava uma parcela duas vezes maior que a população branca em situação de pobreza, correspondente a 21%. Portanto, vemos mais uma vez o aspecto da raça expressamente demarcado na questão da pobreza, um legado histórico do nosso país, a partir das marcas deixadas pelo processo de escravização.

Em relação ao gênero, lares compostos por mulheres negras, sem a presença de uma figura parental masculina, com filhos abaixo da faixa de 14 anos, era onde a pobreza se concentrava: 72,2% dos domiciliados nesses lares eram pobres e 22,6% deles extremamente pobres.

Assim, destaca-se a relevância dos marcadores de raça e gênero, tanto quanto o de classe. É primordial que eles sejam considerados simultaneamente

nas abordagens e avaliações, para proposições interventivas frente à questão social.

Outro dado relevante apresentado pelo IBGE (2022) é o quanto os programas sociais de transferência de renda compõem a totalidade da renda das famílias em extrema pobreza. 67% das pessoas dependem exclusivamente dessa renda, enquanto 27,4% das pessoas em extrema pobreza contam apenas com a renda do trabalho. No caso dos domicílios pobres, os benefícios de programas sociais corresponderam a 20,5% dos rendimentos e a renda advinda do trabalho assalariado em 63,1%.

Vale ressaltar que o cenário do mundo do trabalho segue a lógica perversa do capital, ou seja, exclusão, exploração e desmonte das garantias de direitos, não sendo esse um fenômeno novo. A precarização do trabalho se situa no bojo das recentes transformações do capitalismo e “coaduna elementos econômicos, sociais, políticos e jurídicos que ratificam a exploração do trabalho e equalizam a questão do desemprego estrutural, muitas vezes mistificando-o” (Souza, 2021, p. 2).

O acesso ao trabalho é essencial para que as famílias obtenham a renda necessária para a subsistência. Na ausência do trabalho, os programas sociais de transferência de renda são fundamentais para pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, pois impactam diretamente na garantia de acesso aos direitos essenciais, sobretudo a alimentação. De acordo com o IBGE (2022), sem a existência e acesso aos programas sociais, o número de pessoas em situação de pobreza seria bem maior:

Os impactos da ausência hipotética dos programas sociais teriam elevado em 12% a proporção de pobres do país em 2022, que passaria de 31,6% para 35,4%. Já a extrema pobreza teria sido 80% maior em 2022, passando de 5,9% para 10,6% da população do país. Caso não existissem programas sociais, o índice de Gini que mede a desigualdade na distribuição de renda, teria sido 5,5% maior, passando dos atuais 0,518 para 0,548 (IBGE, 2022).

Segundo Lira (2024), diretor geral do Instituto Capixaba, as quedas no índice de pobreza que se seguem desde 2022 e prosseguiram em 2023, indicam que o desenvolvimento de trabalho contínuo e conjunto coadunam para a melhoria no ambiente econômico e social do país. O Brasil, no ano de 2023, registrou um crescimento considerável do PIB, além de alcançar recorde na geração de emprego.

De acordo com Lira (2024), há uma tendência na redução dos índices de pobreza e um cenário mais favorável ao crescimento econômico do Brasil, com

vistas à redução das taxas de desemprego e geração de renda, o que aponta para um alcance ainda maior das taxas de redução de pobreza e extrema pobreza em 2024, como também nos próximos anos.

Ao refletir sobre a tendência de redução da taxa de pobreza, é necessário considerar que aspectos estão diretamente ligados a essa melhoria. O plano Plurianual, do atual governo Lula, segue no sentido de combater a pobreza e a fome, visando a redução das desigualdades, interligando ações intersetoriais e com participação da sociedade civil, sendo uma importante medida que caminha no sentido desta redução.

A destinação de recursos à agricultura familiar, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁸, é uma dessas ações, com objetivo de comprar alimentos frescos e saudáveis, destinando-os a bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e também confeccionar cestas de alimentos com produtos *in natura*, para atender pessoas em processo de vulnerabilização e, assim, contribuir para a erradicação da fome e, conseqüentemente, diminuir os índices de desigualdade.

Vale ressaltar que o Governo Lula obteve êxito em retomar o Programa de Aquisição de Alimentos e o apoio à Companhia Nacional de Abastecimento⁹ (CONAB) que havia sido completamente esgotado na gestão antecessora, o governo Bolsonaro. Nesse período, mais de vinte e sete unidades de armazenagem de alimentos foram extintas e o incentivo ao pequeno agricultor e agricultura familiar foram quase nulos, tendo em vista que, os representantes da sociedade civil e os movimentos sociais, integrantes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, mesmo tendo sido extinto, não se desmobilizou, permaneceu articulado mesmo em face de uma gestão que anulou completamente sua existência, no entanto não foi capaz de calar a sua luta.

Essas medidas contribuíram para o crescimento do agronegócio, de modo a favorecer a pequena camada rica da população, ampliando o empobrecimento para a maior parte da população, cujas famílias de baixa renda tiveram o acesso à alimentação adequada limitado ou inexistente. Essa informação é confirmada nas informações do Inquérito VIGISAN (2021), que aponta que o Brasil registrava

⁸ Realiza a compra direta de alimentos de agricultores familiares, sem necessidade de licitação e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como à rede socioassistencial, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino. O PAA tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, gerando emprego, renda e desenvolvendo a economia local, e de promover o acesso aos alimentos, contribuindo para reduzir a insegurança alimentar e nutricional.

⁹ A Companhia Nacional de Abastecimento é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. No Governo Federal, é a responsável pela execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no âmbito federal.

a cruel marca de mais de 33 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

As iniciativas da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN) e as práticas intersetoriais desempenham papel fundamental na redução das desigualdades e na erradicação da fome, destacando-se que:

Ações mais amplas, concretas e intersetoriais devem compor o campo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), como a realização de programas e políticas dessa área, monitoramento das ações realizadas a partir, por exemplo, da agricultura familiar (compras institucionais e Programa de Aquisição de Alimentos), da convivência com o semiárido — acesso à água, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), da Segurança Alimentar e Nutricional junto ao Sistema Prisional e às instituições de longa permanência (Bovolenta, 2017, p. 512).

O governo Lula (2023-2026) demonstra tendência em seguir o caminho da intersectorialidade, fortalecendo políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, propondo novas medidas para erradicar a fome e as desigualdades.

É neste sentido que o atual Governo instituiu o Programa Cozinha Solidária, através da Lei nº 14.628/2023, regulamentado pelo Decreto nº 11.937/2024. Esta iniciativa une vários atores sociais, com o objetivo de fornecer refeições prontas, com prioridade às pessoas em situação de extrema pobreza, risco social e a população em situação de rua, em territórios com maior índice de insegurança alimentar e nutricional.

As Cozinhas Solidárias representam uma tecnologia social, operadas pela sociedade civil organizada. Antes de serem instituídas enquanto um programa de governo, elas já existiam e tiveram grande importância para a alimentação da população empobrecida e em situação de rua no período pandêmico pela COVID-19, sem nenhum apoio governamental.

Todas essas medidas se conectam diretamente a pelo menos dois dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável¹⁰ (ODS). O primeiro, ODS 2, está relacionado à erradicação da fome e o apoio à agricultura sustentável. O segundo, ODS 10, com a redução das desigualdades.

Através das proposições e ações tomadas como medidas do governo atual podemos identificar o que Lira (2024) afirma, a grande tendência de cada vez mais atingirmos níveis menores de desigualdades, e o caminho para isso tem sido construído coletivamente entre governo e sociedade civil. Certamente, esse

¹⁰ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil.

caminho tem sido construído no princípio da participação social, prevista na Constituição Federal de 1988.

3

Fome Zero e a formulação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional

Quando assumi a Presidência da República, em 2003, apresentei como missão de meu governo o acesso de todos os brasileiros a, no mínimo, três refeições diárias. Sabia que era tarefa difícil, não só porque as pesquisas indicavam que mais de 50 milhões de brasileiros passavam fome, mas também pela envergadura do projeto. Para mim, acabar com a fome significava incluir todos os brasileiros em um grande projeto de desenvolvimento para o País e liberar as pessoas para sonharem, terem direito a outros direitos (MDS, 2010, p. 11).

O programa Fome Zero¹¹ foi proposto pelo Governo Federal, marcando um avanço significativo para a construção de caminhos e estratégias para as políticas públicas na área da alimentação que mais tarde emergiriam. O programa nasceu em 2003, com objetivo principal de combater a fome e permitir que a população brasileira tivesse acesso digno à alimentação.

Essa foi uma iniciativa inovadora que mobilizou a sociedade, descentralizou o controle das tomadas de decisão através dos comitês gestores, permitiu a integração e a participação ativa tanto da sociedade, quanto do poder público em conjunto, incentivando a realização de mobilizações e a criação de iniciativas com o propósito de atuar no combate à fome e o desperdício de alimentos. Neste ínterim, surge o Mesa Brasil Sesc em 2003, como resposta ao convite da Presidência da República, à sociedade civil e suas organizações para engajar na luta pela garantia do direito à alimentação.

Dentre as iniciativas do Fome Zero, estava a criação do programa Bolsa Família, com objetivo de efetuar a transferência de renda às pessoas em situação de vulnerabilidade social. O cerne do programa Fome Zero reside na compreensão de que as políticas públicas precisam ser permanentes, contínuas e articuladas às outras políticas públicas já existentes. Ao ser lançado, o programa Fome Zero teve por propósito:

O Fome Zero é também o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o seu complementar, o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). E o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a criação dos Restaurantes Populares e as cozinhas comunitárias. Engloba, também, a construção de cisternas de captação de água da chuva nas regiões do semiárido. Do Fome Zero faz parte, ainda, a iniciativa de estabelecer as bases para uma legislação específica para o setor que preserve e permita ampliar

¹¹ O Programa Fome Zero foi criado pelo Instituto Cidades, em 2001, e lançado como programa de Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, com o objetivo de combater a fome por meio da criação da política de segurança alimentar e nutricional.

as conquistas. Essa é a importância da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), promulgada no ano do centenário de Josué de Castro e que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (MDS, 2010, p. 11).

Reconhece-se, portanto, a importância do programa para estruturação das políticas públicas que surgiram após a criação dele. A segurança alimentar e nutricional atingiu um novo nível nas discussões e formulações a partir do Fome Zero, um dos pilares centrais do governo de Lula que, desde o início da campanha, situou o combate à fome como uma prioridade. Nunca houve, até esta proposição, um programa com este nível de complexidade e comprometimento com objetivo de combater a fome. “O Fome Zero foi o responsável por retirar o Brasil do Mapa da Fome em 2014” (FAO, 2025).

Também encontramos uma perspectiva positiva nas mudanças políticas proporcionadas pelo Fome Zero, que visava promover a segurança alimentar e nutricional, a partir de mais de cinquenta programas articulados, que logo demonstraram que o caminho trilhado apontava para um horizonte de boas possibilidades, que surgem ao longo do desenvolvimento do programa, culminando em resultados que “[...] não tardam a aparecer, com a erradicação da fome em poucos anos”. (Belik, 2022, p. 165).

Porém, destaca-se que, “[...] avançando um pouco mais na história, com a desmobilização de recursos e o desmonte de programas a partir da crise política desencadeada em 2016, o Brasil volta ao Mapa da Fome na segunda metade da década” (Belik, 2022, p. 165).

Assim, destacamos como as decisões governamentais, os posicionamentos políticos e a forma de governar influenciam diretamente na implementação dos direitos, gerando efeito contrário e desmobilizando-os completamente, como evidenciado pela gestão pós-golpe de 2016, que fez o Brasil retornar ao Mapa da Fome.

O Fome Zero rompeu com o histórico de combate à fome e trouxe uma nova perspectiva, ao propor mudanças estruturais, continuadas e permanentes para promover a segurança alimentar e nutricional, inclusive ao propor a criação de uma política de SAN.

Segundo o relatório SOFI, 2022 o Brasil produziu comida suficiente para alimentar 1,6 bilhão de pessoas, o que extrapola em larga escala o número total de habitantes do país, sendo capaz assim, de alimentar sua população por completo, o que denota como estratégias para garantir que todos possam ter acesso a alimentos são essenciais, seja pelo acesso à renda para compra dos

alimentos ou mesmo com acesso direto a eles. A articulação dos movimentos sociais e de categorias profissionais que se articularam em espaços de decisão e luta, para a implementação do programa Fome Zero contribuiu de maneira eficaz para esse acesso através dessas duas propostas principais: a transferência de renda, através do programa Bolsa Família e o acesso aos alimentos, através do PAA, dos bancos de alimentos, das cozinhas comunitárias, restaurantes populares. O Fome Zero se tornou emblemático no que diz respeito a uma ação articulada, significativa e com resultados reais no tocante ao enfrentamento à fome.

Para Yazbek (2004), o projeto Fome Zero era consistente e bem estruturado em relação à segurança alimentar e nutricional, contribuindo para a efetivação do direito humano à alimentação adequada. O texto do projeto abordava tanto as necessidades emergenciais quanto as permanentes, com propostas de curto, médio e longo prazo, substancialmente relevante.

Apesar disso, existiam lacunas, sobretudo em relação aos “fundamentos estruturais da desigualdade social”, desconsiderando também outros programas sociais aos quais o Fome Zero poderia se somar. Também se constata que essa movimentação deveria se vincular organicamente à assistência, ao considerar que a referida trata da garantia dos mínimos sociais para a população, sendo a alimentação, sem dúvida, essencial, constando no bojo desse conjunto das necessidades básicas tratadas pela assistência social (Yasbek, 2004, p. 108).

A autora também reconhece que o Fome Zero destaca o debate da pobreza no Brasil, pois traz à tona a questão da fome e acaba por envolver diferentes entes da sociedade neste debate, como mídia, opinião pública, governantes, Estados, municípios, especialistas e outros, dando à fome e à pobreza um lugar de destaque, evidenciando-as como uma questão pública, alvo de ações políticas (Yasbek, 2004, p. 109).

O projeto Fome Zero teve um papel importante ao destacar essa tão antiga questão social, aos olhos de todos, proporcionando uma análise embasada, a partir de dados, sobre as causas reais da vivência da fome por uma parcela da população.

Também possuiu o papel de propor programas estratégicos que evidenciavam a responsabilidade do Estado, que precisa assumir o papel de garantir o “mercado de consumo de alimentos” para todos os que estão excluídos do mercado de trabalho ou não possuem renda suficiente para acessar os alimentos necessários para manutenção de si e da própria família (Fome Zero, 2010, p. 19).

Para atingir os objetivos propostos no Fome Zero, o programa se estruturou da seguinte forma:

Quadro 2 - Estrutura do Programa Fome Zero

Estrutura do Projeto Fome Zero		
Políticas Estruturais	Políticas Específicas	Políticas Locais
Políticas de geração de emprego e aumento da renda	O programa cupom de alimentação (PCA)	Programas municipais de segurança alimentar
Intensificação da Reforma Agrária	Ampliação e redirecionamento do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	Programas locais para as regiões metropolitanas: Restaurantes populares, bancos de alimentos, modernização dos equipamentos de abastecimento e novo relacionamento com redes de supermercados
Previdência social Universal	Doações de cestas básicas emergenciais	Propostas locais para áreas urbanas não metropolitanas (pequenas e médias cidades) – Bancos de alimentos, parceria com varejistas, modernização dos equipamentos de abastecimento, agricultura urbana
Bolsa Escola e renda mínima	Combate à desnutrição materno-infantil	Políticas para as áreas rurais, apoio a produção para autoconsumo
Incentivo à agricultura familiar	Manter estoques de segurança	
	Ampliação da merenda escolar	
	Garantia de segurança e qualidade dos alimentos	

Programas de educação alimentar e educação para o consumo

Fonte: A autora, 2025.

O projeto Fome Zero foi estruturado com o objetivo de preencher as lacunas existentes na garantia da segurança alimentar e nutricional, do campo à cidade. A aproximação com outras políticas públicas se faz presente ao longo de toda a elaboração.

A articulação de ações das políticas de saúde, assistência e educação com a alimentação e a SAN são prioridades que aparecem bem definidas no projeto. Além de pensar em como garantir renda e a complementação dela aos trabalhadores informais das cidades, ocupa-se também em priorizar o consumo dos alimentos oriundos dos trabalhadores do campo e da agricultura familiar, o que é essencial para a manutenção da produção e da subsistência das famílias no campo.

Também propõe a alimentação de baixo custo, através dos restaurantes populares para áreas metropolitanas e bancos de alimentos, tanto em áreas urbanas, quanto rurais, como mecanismos que possibilitem o acesso à alimentação.

A reforma agrária também é uma proposta importante, apontada como prioridade, para dirimir as desigualdades sociais através da distribuição de terras para plantio e moradia das populações vulneráveis, baseando-se em dados levantados com os assentamentos, que mostram uma melhoria na qualidade de vida das famílias assentadas residentes, de modo que as chances destas passarem fome são consideravelmente reduzidas (Fome Zero, 2010, p. 22).

Durante o período de execução do Fome Zero, as mudanças ocorridas nos aspectos alimentares e nas desigualdades sociais foram crescentemente alteradas:

Em decorrência do crescimento na renda per capita dos mais pobres, o País foi capaz de reduzir a pobreza, em particular a extrema pobreza, entre 2003 e 2008, de forma a que esta fosse reduzida à metade de seu valor de 2003, portanto, em cinco anos o Primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foi alcançado antes da meta estabelecida – que seria de 25 anos. Dezenove milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza desde 2003 até 2008 (FGV). E, mais de 24 milhões ultrapassaram a linha da pobreza. A pobreza foi superada por 24,1 milhões de pessoas entre 2003 e 2008 (de 77,8 milhões para 53,7 milhões). O percentual da

população pobre caiu de 42,7% para 28,8%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (Fome Zero, 2010, p. 89).

Identificamos que, em decorrência da execução do projeto, indicadores chave relacionados à pobreza e a extrema pobreza foram superados, muito antes do prazo de 25 anos para superar a meta estabelecida, atingida em apenas cinco anos. Pobreza e extrema pobreza foram reduzidas pela metade, o que representa mais de 24 milhões de pessoas que saíram da linha da pobreza. Houve uma queda significativa da população pobre de 42,7% para 28,8%, entre os anos de 2003 e 2008.

Em suma, o Fome Zero representou uma proposta assertiva na construção de uma política pública de Segurança Alimentar e Nutricional efetiva, com estratégias claras para erradicar a fome, ampliar o acesso aos alimentos, promover melhores condições nutricionais e a agricultura sustentável como método eficiente de acesso aos alimentos, com responsabilidade social e ambiental. Toda essa construção foi satisfatória não só pela proposição, como também pelos resultados que gerou, conforme abordamos anteriormente.

Assim, prosseguiremos para o próximo tópico desta análise, que busca conhecer a SAN como um direito humano essencial, através de um resgate do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que só foi possível de ser alcançado graças às articulações dos conselhos e do programa Fome Zero.

3.1

Segurança Alimentar e Nutricional enquanto direito humano essencial: um resgate do SISAN

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (SISAN, art. 2º, 2006).

A alimentação é um direito humano essencial, fundamental para a subsistência de todos os indivíduos. Com o objetivo de assegurar a alimentação a todas as pessoas, foi criado o SISAN, através da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que é o responsável por gerir a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

A legislação propõe diversos mecanismos para formular políticas públicas na área da alimentação. A integração entre poder público e sociedade civil permite que o SISAN se materialize por meio de iniciativas desenvolvidas. A Lei nº 11.346,

de 15 de setembro de 2006, é considerada um marco regulatório no país nas questões referentes à segurança alimentar e nutricional.

Além de formular e propor ações e programas que se relacionem à alimentação, é papel do SISAN monitorar, acompanhar e avaliar a segurança alimentar no país, de acordo com o artigo 10 da referida legislação.

Ao elaborar políticas e planos, os integrantes do sistema de segurança alimentar devem considerar o conceito de alimentação adequada de forma ampla, que compreenda as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais. Não se pode pensar no direito humano à alimentação adequada, sem considerar que cada população, nos respectivos territórios, possui práticas alimentares regionalizadas, com fortes traços culturais, que devem ser respeitados ao tratar o tema.

Conforme descrito no §2º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, é dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, garantindo os mecanismos para a exigibilidade. Cabe ao poder público atuar na vanguarda, promovendo políticas que garantam a alimentação enquanto direito de todos.

Em 2019, o 4º artigo da lei 11.346 foi alterado com a seguinte redação:

I - A ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição de alimentos, incluindo-se a água, bem como das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, da geração de emprego e da redistribuição da renda (Brasil, 2006).

Isso reforça a amplitude do conceito de segurança alimentar e nutricional do SISAN, que abrange a aquisição e o consumo de alimentos *in natura*, oriundos da agricultura familiar e dos pequenos produtores, com vistas à defesa da vida e a permanência dessas famílias no campo, com a premissa do respeito à cultura alimentar e regional. Além disso, estabelece critérios de processamento, industrialização, comercialização e acordos internacionais, relacionados à questão da segurança alimentar e nutricional.

Também abrange a questão do abastecimento e da distribuição, assim como propõe o consumo dos recursos hídricos de forma responsável e sustentável, ao indicar um processo de produção no qual se evite desperdícios. A geração de emprego e a redistribuição da renda, provenientes das etapas da produção de alimentos também estão abarcadas na conceituação que abrange a SAN. Além

de garantir alimentação a todos, a SAN se propõe também em estimular novas práticas de produção e consumo alimentar.

Para operacionalizar o SISAN, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) desempenha um papel importante como órgão consultivo, assessorando a Presidência da República nos assuntos relacionados à SAN. É composto por 1/3 de membros do governo e 2/3 da sociedade civil. Os integrantes do CONSEA que representam o governo devem estar vinculados às pastas que possuem relação direta com o tema da segurança alimentar e nutricional. Os entes da sociedade civil são selecionados de acordo com critérios previamente estabelecidos, em geral são representantes de organizações que atuam no combate à fome, estudiosos, pequenos agricultores, representantes e profissionais que atuam em prol da causa.

Em janeiro de 2019 o CONSEA foi extinto junto aos demais órgãos de caráter consultivo. Esta ação corrobora para reafirmar a posição de um governo que não acredita na essencialidade da participação popular e coletiva para as tomadas de decisão no tocante às políticas públicas, o que contraria o texto da Constituição Federal de 1988, que defende os conselhos gestores e a participação social.

A partir da Constituição Federal de 1988, os conselhos gestores passaram a ocupar um papel importante para as tomadas de decisão nas políticas públicas, com a participação da sociedade nas escolhas, proposições e condução das políticas públicas. O controle social democrático é fundamental para que a população tenha espaço para fala e decisão (Gomes, 2015, p. 894).

Assim, compreendemos a relevância da participação efetiva dos diversos entes da sociedade civil na composição dos conselhos e nos processos de tomada de decisão. Essa participação popular deve ser valorizada e incentivada, para que haja representação de toda a população, sobretudo de quem acompanha de perto e, por vezes, vivencia a insegurança alimentar no cotidiano.

Ao CONSEA, cabe convocar as conferências, considerando que a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional tem um papel essencial pois é a instância responsável por indicar ao CONSEA, de maneira objetiva, as prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional¹² (PLANSAN) e avaliar o SISAN, conforme artigo 11º da lei 11.346 (2006).

¹² Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: O Plano é um instrumento construído de forma participativa, que envolve diferentes setores e políticas públicas, tendo como objetivo o planejamento, a gestão e a execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Cabe também desenvolver e acompanhar as atividades que precedem a Conferência Nacional, ou seja, as conferências distrital, estaduais e municipais também estão no bojo de ações de responsabilidade do CONSEA. Estes espaços se configuram em locais abertos à ampla discussão, proposição e formulação, que são fundamentais para pensar em políticas, planos e programas que visem responder às questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

Ainda há muitas outras atribuições relacionadas ao CONSEA, no entanto, optamos por destacar apenas as principais. Reforçamos que todas as atribuições têm por objetivo final articular e promover as melhores iniciativas, ações e planos para a efetivação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

A regulamentação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional previu, dentre outras ações, o provimento da cesta básica com a prioridade da alimentação saudável, através da aquisição de alimentos da agricultura familiar¹³. Essa iniciativa visa contribuir com a renda dos pequenos agricultores e familiares. No atual governo do presidente Lula tem sido ampliada, através da proposição do plano Brasil Sem Fome, haja vista que o Brasil retornou ao mapa da fome em 2022¹⁴.

Para enfrentar essa situação, o Governo Federal propõe uma série de ações e programas no âmbito do Plano Brasil Sem Fome, com o objetivo de erradicar a fome no país até 2030, conforme o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, do atual governo do presidente Lula.

Entre as proposições mais inovadoras deste Plano estão Política Nacional de Abastecimento Alimentar, Protocolo Brasil Sem Fome, Programa de Alimentação do SUAS (PNA-SUAS), SAN nas Cidades, Monitoramento anual da

¹³ A agricultura familiar foi reconhecida como profissão no Brasil a partir da aprovação da lei nº 11.326/2006. A legislação definiu esses limites da exploração da atividade rural realizada em pequenas propriedades para permitir o acesso a programas governamentais de incentivo a essa prática agrícola — como linhas de crédito, assistência técnica e programa de aquisição de alimentos. Para ser caracterizada como agricultura familiar, a produção deve utilizar mão de obra de sua própria família nas atividades econômicas e a propriedade não pode ser maior que quatro módulos fiscais. A direção do empreendimento agropecuário deve ser realizada por membros da família.

¹⁴ Mapa da Fome: O Mapa da Fome é uma ferramenta que apresenta o número de pessoas que enfrentam a fome e a insegurança alimentar no mundo. O Mapa aponta os países em que existem populações que não têm acesso à alimentação, têm acesso inadequado ou insuficiente para uma vida saudável. O Mapa da Fome é publicado pela FAO anualmente no relatório “O estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo”, esse relatório apresenta a fome e a insegurança alimentar no mundo, por região e por país. Um país entra no Mapa da Fome quando mais de 2,5% de sua população enfrenta falta crônica de alimentos.

fome (EBIA/PNAD), Mapa da INSAN por município (CadÚnico) e Mapa dos Equipamentos de SAN (Munic. e Estad. / IBGE) – MAPASAN.

Essas iniciativas serão realizadas pelo Governo Federal e acompanhadas através do controle social, com a representação da sociedade civil e entes do governo, no espaço do CONSEA. Vale ressaltar que responsabilidade principal pelas ações de segurança alimentar e nutricional deve ser do Estado, que precisa garantir à população acesso ao direito humano à alimentação adequada e saudável. Assim, embora a responsabilidade principal seja do Estado, muitas iniciativas da sociedade civil são desenvolvidas com objetivo de promover alimentação às pessoas em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade social. Historicamente, existem ações de Centros Espíritas e Igrejas que atuam não como política pública, mas com foco na ajuda e na caridade.

Essa ação é identificada ao longo da obra da autora Carolina Maria de Jesus (2020). A evidência dessa ação está presente em trechos descritos pela autora, que escreve, a exemplo de 17 de junho de 1955, como a inquietação passou ao receber alguns quilos de alimentos do dono do Centro Espírita da Rua Vergueiro 103.

O relato de Jesus (2014) aponta para a realidade da ausência de acesso aos alimentos e recursos financeiros para adquiri-los, situação vivenciada pelas famílias da periferia, relatado pela autora ainda em 1955. Na atualidade, essa realidade ainda se mostra muito próxima das populações periféricas, especialmente aquelas que vivem em favelas, em condições precárias e de extrema pobreza.

As políticas públicas em SAN são essenciais para minimizar e, eventualmente, erradicar o risco de insegurança alimentar da população. Portanto, o SISAN e PNSAN contam com equipamentos e programas específicos, que contribuem para a efetivação da segurança alimentar e nutricional da população, como será apresentado nos próximos tópicos.

3.2

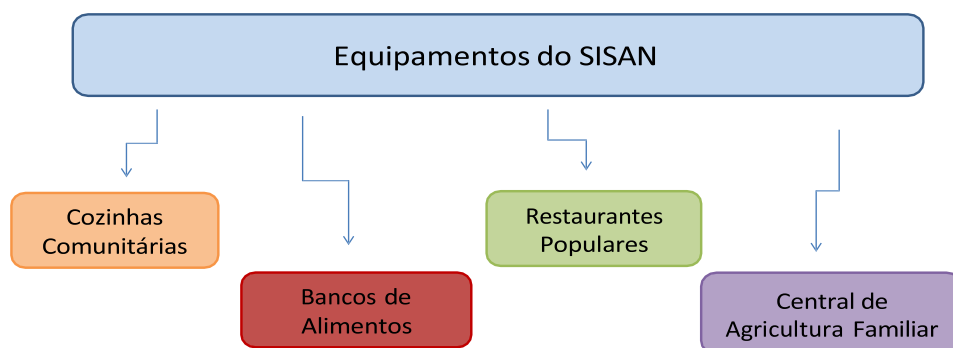
Os equipamentos da PNSAN e a relevância deles

Art. 7º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional da população far-se-á por meio do SISAN, integrado por um conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afetas à segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o Sistema, respeitada a legislação aplicável (Lei 11.346, 2006).

Diante do exposto, é cabível indicar que o direito humano à alimentação adequada se dará por meio do SISAN, em conjunto aos outros órgãos, organizações de todas as esferas do poder público e também da iniciativa privada, que desenvolvam ações diretamente ligadas à garantia da segurança alimentar e nutricional, que estejam em acordo com a legislação vigente que trata o tema.

De acordo com as figuras representadas anteriormente, há quatro equipamentos principais que integram o SISAN e contribuem para a execução da PNSAN, apoiados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome: cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, restaurantes populares e a central de agricultura familiar. Todos esses equipamentos possuem grande relevância na consecução do direito humano à alimentação adequada, portanto, cabe destacar o papel que cada um desses equipamentos mantém nessa estrutura. Neste sentido, parte-se das definições estabelecidas pelo MDS (2024), para sistematizar o papel de cada um dos equipamentos da PNSAN.

Quadro 3 - Equipamentos do SISAN



Fonte: A autora, 2025.

As cozinhas comunitárias são equipamentos estatais, que oferecem gratuitamente ou a baixo custo refeições saudáveis e balanceadas ao público atendido. Elas têm como prioridade pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, em geral encaminhadas pelos equipamentos públicos de assistência

social, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

As cozinhas comunitárias são localizadas prioritariamente em áreas periféricas, onde está a maior concentração de pessoas que necessitam deste serviço. Além de oferecer refeições, as cozinhas comunitárias também incentivam o público, por meio de ações educativas, a adotarem práticas alimentares mais saudáveis e conscientes.

Elas consideram a sustentabilidade e o aproveitamento integral dos alimentos como um pilar no preparo das refeições. Além disso, proporcionam um espaço de convívio comunitário, oportunizando ao público o acesso às ações que podem gerar renda e inclusão social produtiva.

Os produtos utilizados pelas cozinhas comunitárias são adquiridos da agricultura familiar, priorizando a agricultura tradicional e familiar. A relevância da atuação das cozinhas comunitárias está em conformidade com a descrição apresentado pelos autores:

Entidades e organismos internacionais apontam a necessidade de desenvolver ações em três áreas centrais: a) manter o fornecimento de alimentos para a população, incluindo adotar medidas para facilitar o escoamento de alimentos produzidos pelos pequenos produtores; b) apoiar os mais vulneráveis, assegurando acesso a formas de produção e a alimentos adequados e saudáveis; c) investir em sistemas alimentares sustentáveis e resilientes (Gurgel et al., 2020, p. 451).

Conforme citado, o fornecimento de alimentos à população ainda é uma estratégia necessária para garantir que a população mais vulnerabilizada tenha acesso à SAN, especialmente para a população vulnerável. Essas ações devem ter alinhamento à aquisição por meio da agricultura familiar, sendo estratégicas para a realização da política pública de segurança alimentar e nutricional.

O segundo equipamento da PNSAN são os bancos de alimentos, que podem ser públicos ou privados, atuando no combate à fome, às perdas e ao desperdício de alimentos. Os bancos recebem alimentos *in natura* e de outros gêneros alimentícios, provenientes de campanhas, ações e parcerias com as mais diversas instituições públicas e privadas.

Comércios, redes varejistas, PAA, pequenos produtores rurais e outros podem ser doadores, pois os bancos de alimentos cada vez mais se apresentam como estratégias essenciais em nossa sociedade. As parcerias desenvolvidas entre o público e o privado podem contribuir para que haja um atendimento mais assertivo e com possibilidades de ampliar e fortalecer o programa (Guedes et al. 2018, p. 119).

Na modalidade banco de alimentos, os itens arrecadados são recolhidos por uma equipe treinada, composta por motoristas e ajudantes, que se encarregam de pré-selecionar os alimentos nas lojas parceiras. Após a coleta, os alimentos arrecadados são encaminhados a um estoque ou central de arrecadação, para que os itens sejam pesados, conferidos e selecionados pela equipe de manipuladores de alimentos.

Os alimentos recebidos pelos bancos, por vezes, estão fora dos padrões de comercialização exigidos pelo mercado, mas são próprios ao consumo humano. Nesses equipamentos, os alimentos são manipulados e selecionados para serem distribuídos para organizações socioassistenciais previamente cadastradas, com objetivo de atendê-las de duas formas, como complementação de refeições nas organizações ou atendendo às famílias em processo de vulnerabilização e insegurança alimentar.

A complementação de refeições contribui para incentivar a autonomia das organizações, formando redes com múltiplos parceiros, fortalecendo o trabalho que já realiza com melhores condições alimentares e que sejam capazes de promover saúde ao público assistido. Além do atendimento com alimentos, assim como a cozinha solidária, realiza ações educativas temáticas e formativas, com intuito de contribuir para os aspectos ambiental, social e nutricional do público atendido, promovendo com integralidade o DHAA.

Os bancos de alimentos, como equipamentos da PNSAN, são essenciais para contribuir, sobretudo, com a diminuição do desperdício e perdas de alimentos, concedendo aos alimentos uma destinação adequada. Eles funcionam como pontes entre todas as organizações, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e organizações que atuam no enfrentamento à fome e à desnutrição.

Os restaurantes populares são equipamentos essenciais para a implementação da política de segurança alimentar e nutricional. Estes equipamentos são unidades públicas, responsáveis por oferecer, prioritariamente, às pessoas em situação de insegurança alimentar e em vulnerabilidade social, refeições prontas, saudáveis e de baixo custo, em um espaço confortável, que permita o acesso da população usuária, de forma digna, a uma refeição adequada.

Os restaurantes populares são espaços de acesso universal, ou seja, todo o conjunto populacional pode utilizar. Seguem alinhados ao propósito de fortalecer e respeitar a cultura alimentar, por isso ofertam preparações com características de cada região, costumes e hábitos daquela população.

Além disso, os restaurantes populares são responsáveis por proporcionar a sociabilidade de toda a comunidade usuária do serviço e incentivá-la às práticas

alimentares mais saudáveis e sustentáveis. Todo o serviço oferecido por esse equipamento conta com a participação de nutricionistas e segue as diretrizes do Guia Alimentar para População Brasileira¹⁵.

O guia alimentar mencionado é um instrumento que orienta as práticas alimentares saudáveis e tem por objetivo principal promover saúde à população, incentivando uma boa alimentação, com foco na prevenção às doenças crônicas, tais como diabetes, hipertensão e obesidade.

Salienta-se a relevância dos restaurantes populares, sobretudo na efetivação do direito humano à alimentação adequada, principalmente para as pessoas em situação de rua, que encontram nestes espaços a oportunidade de realizar refeições de qualidade, saudáveis e com custo acessível.

Esses equipamentos e outras medidas são caminhos essenciais para pensarmos a garantia da alimentação qualidade e em quantidades suficientes para todas as pessoas. Conforme entrevista com Bonomo (2023), há muitas ações que podem ser consideradas, no entanto, destaca-se como essencial o compromisso político e social para enfrentar a fome. Algumas destas ações incluem políticas públicas eficientes, encaminhadas pelo governo, com vistas a combater à fome, dentre as quais se destacam os programas de transferência de renda e os equipamentos públicos de SAN.

O quarto equipamento da PNSAN é a Central de Agricultura Familiar que, com estrutura e equipamentos adequados, dá suporte para a armazenagem e a distribuição de alimentos, prioritariamente adquiridos por meio da agricultura familiar. Ela favorece a comercialização, o abastecimento e o consumo de alimentos saudáveis. A singularidade deste equipamento, em relação aos outros, está no público alvo, já que as centrais têm por objetivo atender aos municípios que atuam com o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O uso das Centrais gera oportunidades de integração com outras políticas públicas, como a educação e a saúde. Essas políticas têm acesso à aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, armazenados nas centrais, produzindo e ofertando refeições em escolas e hospitais, destinadas em promover a alimentação saudável ao público atendido.

¹⁵ Guia Alimentar para população Brasileira: O Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado em 2006, apresentou as primeiras diretrizes alimentares oficiais para a nossa população. Diante das transformações sociais vivenciadas pela sociedade brasileira, que impactaram sobre suas condições de saúde e nutrição, fez-se necessária a apresentação de novas recomendações. A segunda edição do guia passou por um processo de consulta pública, que permitiu o seu amplo debate por diversos setores da sociedade e orientou a construção da versão final, aqui apresentada.

As centrais são equipamentos essenciais para o nosso debate. É fundamental que a sociedade compreenda a importância de utilizar os alimentos *in natura* nas refeições, não só como um potencial promotor de saúde, como também uma forma de priorizar a agricultura familiar e a produção de base agroecológica, conforme observamos no Guia Alimentar da População Brasileira (2014):

Sempre que possível, faça ao menos parte das suas compras de alimentos em mercados, feiras livres, feiras de produtores e outros locais, como ‘sacolões’ ou ‘varejões’, onde são comercializados alimentos *in natura* ou minimamente processados, incluindo os orgânicos e de base agroecológica. Outras boas alternativas, existentes em algumas cidades, são veículos que percorrem as ruas comercializando frutas, verduras e legumes adquiridos em centrais de abastecimento (p. 107).

Portanto, ao apresentarmos estes quatro equipamentos da PNSAN que compõe o Sisan e são apoiados pelo MDS, sublinha-se o quanto cada um deles se interliga e se complementa, com o objetivo de contribuir para a efetivação da garantia do direito à alimentação. É necessário que, enquanto agentes integrantes da sociedade civil organizada, busquemos nos comprometer com o monitoramento nos processos de tomada de decisões quanto às políticas públicas e os caminhos definidos por elas, para que haja o atendimento da necessidade real de toda a população.

3.3

Os Programas do Sisan

Em 2006 é aprovada e sancionada a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (Lsan, lei nº 11.346/2006), que cria o sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e assegura a alimentação adequada como um direito humano fundamental, atribuindo ao poder público o dever de adotar políticas e ações para garantir a Segurança Alimentar e nutricional da população (Brasil, 2011, p. 21).

Além dos equipamentos que compõem o Sisan, que apresentamos anteriormente, há também os programas da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, eles se desenvolvem em uma abordagem sistêmica que articula equipamentos e programas com objetivo de garantir o acesso à alimentação. Apresentaremos abaixo alguns dos principais programas da PNSAN, conforme se observa no quadro 4.

Para compreendermos a essencialidade de cada um desses programas, abordaremos brevemente o que cada um deles representa e as atribuições específicas. Assim, evidenciaremos a função que os programas desenvolvem na

composição desta política pública essencial para garantia do direito humano à alimentação adequada.

Quadro 4 - Programas do Sisan



Fonte: A autora, 2025.

Iniciaremos com a apresentação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que foi criado dentro das ações do extinto Fome Zero. O PAA incentiva a agricultura familiar, ao permitir que o governo compre os alimentos que são produzidos pelos pequenos produtores rurais, garantindo renda a eles e fortalecendo a economia local. Além disso, o programa promove o acesso à alimentação para pessoas em situação de vulnerabilidade social em organizações socioassistenciais, escolas, creches, instituições de longa permanência para pessoa idosa, dentre outras, que recebem os alimentos que são adquiridos pelo governo e doados a estas que, por sua vez, preparam e servem os alimentos para garantir que o público tenha acesso à alimentação saudável e balanceada.

O PAA foi instituído através da Lei nº 10.696/2003, no artigo 9º. Em 2021, o PAA sofreu grande impacto pois foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil. “No Governo Bolsonaro, o PAA foi praticamente extinto, porque o governo não destinava recursos para o programa”, afirma Paulo Mansan, dirigente estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 2023). Diante disto, no Governo Lula, em 2023, houve a necessidade de reinstituir o PAA, o que foi feito através da Lei nº 14.628 e regulamentado pelo Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.

O PAA ocupa um lugar de destaque dentre os programas que pertencem ao SISAN, devido à grande capilaridade e à característica de apoiar as duas vias principais do programa, sendo elas os produtores rurais e as populações que necessitam do alimento. Além disso, destaca-se por:

O PAA apoia a estruturação da cadeia produtiva da agricultura familiar no sentido de contribuir para a composição da cesta básica de alimentos saudáveis, cujas diretrizes contidas no Decreto nº 11.936/2024 e Portaria MDS nº 966/2024 vão orientar as diversas ações de governo voltadas para a garantia do direito humano à alimentação adequada, desde a produção, abastecimento, comercialização e consumo de alimentos, na perspectiva da promoção da alimentação adequada e saudável, da soberania e da segurança alimentar e nutricional, e no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (MDS, 2023).

O Programa de Aquisição de Alimentos é relevante para fortalecer toda a cadeia produtiva da agricultura familiar, garantindo que a população que necessita do acesso aos alimentos receba uma alimentação balanceada e nutritiva, com alimentos frescos, que se conectam ao propósito da garantia ao direito humano à alimentação adequada e saudável, através da nova cesta básica nacional, estruturada com alimentos frescos, *in natura* e oriundos do campo.

É importante considerar que, ao substituir o PAA por outro programa, houve uma descaracterização de uma política que foi construída coletivamente, com a participação de movimentos sociais, organizações não-governamentais e entes governamentais. A política e os programas de SAN foram desmontados pela Medida Provisória, nº 870, de 1º de janeiro de 2019, o que impactou severamente as famílias que vivem da agricultura familiar e todas as pessoas usuárias dos equipamentos e programas da SAN.

Outro programa que compõe o SISAN é a Cozinha Solidária, instituída pela Lei 14.628/2023 e regulamentada pelo Decreto nº 11.937/2024, citada anteriormente.

No programa Cozinhas Solidárias do MDS existem as cozinhas gestoras, formadas por organizações sem fins lucrativos formalizadas, que assumem um papel importante nos desdobramentos do programa. Além de oferecer refeições de forma direta, elas se tornam responsáveis pela gestão de outras cozinhas menores, ainda não documentadas. Elas são nomeadas como: entidades gestoras sem fins lucrativos atuam como uma espécie de guarda-chuva, mantendo sob a tutela outras cozinhas. As gestoras ficam responsáveis pela prestação de contas de todo o grupo de cozinhas que estão gerindo.

Atualmente, através do Programa Cozinhas Solidárias do MDS, são disponibilizadas três modalidades específicas de apoio:

- 1) Apoio à oferta de refeições via entidades gestoras, conforme o edital de seleção;
- 2) Fornecimento de alimentos *in natura* e minimamente processados e;
- 3) Formação de colaboradores e à implementação de projetos que abordem processos formativos, sendo que esta última ainda está em processo de regulamentação.

Assim, as cozinhas podem recorrer ao MDS, para obter complementação de alimentos *in natura* e minimamente processados, além de concorrer a editais que permitem pagamento monetário por refeição e a possibilidade de formação.

Consultando a legislação do programa cozinhas solidárias, identificamos que estes recursos podem ser usados para pagamento de profissionais envolvidos na operação das cozinhas, bem como para reformas ou aquisição de equipamentos para melhorar o espaço físico em que as cozinhas funcionam. Durante a audiência pública Segurança Alimentar, Solidariedade e Políticas nas favelas, realizada no dia 27 de maio de 2024, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), a deputada Marina do MST reafirmou a importância dos investimentos com os recursos destinados às cozinhas solidárias.

Os programas e equipamentos do SISAN foram estruturados para operar de forma articulada e integrativa, garantindo o acesso ao direito humano à alimentação adequada, do campo à cidade, com objetivo de beneficiar tanto pequenos produtores rurais quanto a população em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Fomento Rural é um programa que visa garantir o acesso à segurança alimentar e nutricional, integrando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Este programa oferece um repasse financeiro de R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais) para famílias rurais em situação de vulnerabilidade. Além do apoio financeiro, as famílias recebem acompanhamento social e produtivo, bem como assistência técnica para utilizar esse recurso na implementação de atividades produtivas no campo.

Os critérios para seleção das famílias participantes incluem estarem inscritas no Cadastro Único¹⁶, habitar em área rural e ter renda per capita de no máximo R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais), valor que, no ano de 2024, caracterizava a situação de extrema pobreza. De acordo com a página oficial do

¹⁶ O Cadastro Único para Programas Sociais identifica e caracteriza as famílias de baixa renda residentes em todo território nacional. Ele permite que o governo conheça melhor a realidade dessa população ao registrar informações como: endereço, características do domicílio, quem faz parte da família, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, deficiência, entre outras.

MDS (2025), em geral esse perfil de pessoas inclui populações tradicionais, indígenas, quilombolas, extrativistas e/ou pequenos produtores da agricultura familiar.

As atividades apoiadas são diversas e incluem criação de animais, hortas, produção de polpas, panificação, artesanato, dentre outras. Ao avaliarmos os aspectos essenciais do programa Fomento Rural, identificamos a relevância dele para o incentivo a uma agricultura sustentável, como proposto pela agenda 2030 de governança global:

Entre as áreas de atuação da nova governança global, há que se destacar a Agricultura Sustentável e a Fome Zero, proposta nos ODS 02, tendo em vista as peculiaridades brasileiras, vez que o país figura entre os maiores exportadores agropecuários do mundo e sofre, ambientalmente, com as implicações de uma agricultura não racionalizada e, socialmente, com a desvalorização histórica da agricultura familiar sustentável em detrimento da agricultura latifundiária de monocultura (Garcia et al., 2023, p. 2).

O Fomento Rural é um programa que busca transformar a realidade da agricultura no país, combatendo práticas prejudiciais como a agricultura latifundiária e o monocultivo. O programa apoia as famílias que dependem da agricultura familiar, promovendo uma produção mais saudável e sustentável.

Ao incentivar essas famílias a permanecerem no campo, o programa não só ajuda a garantir o sustento e a renda delas, como contribui para a preservação da terra e a manutenção de práticas agrícolas mais responsáveis. É uma iniciativa que busca um futuro mais equilibrado e justo para todos os envolvidos na produção rural.

Compreendemos, assim, como os programas desenvolvidos pela SISAN e apoiados pelo MDS se interligam e complementam. Cada programa apresentado até o momento tem importância, no sentido do preenchimento das lacunas que limitam o acesso à alimentação.

De acordo com a prerrogativa de Venegas (2024), a alimentação, além de ser uma necessidade biológica para sobrevivência, é também cultural, expressando-se de formas diversificadas na sociedade. Por isso, é necessário garantir que todos os povos possam acessar os programas da Política Nacional de Segurança Alimentar, possibilitando que encontrem meios de efetivar o direito a produzir e de se alimentar de acordo com a própria cultura.

Em setembro de 2023, a Presidência da República lançou o Decreto nº 11.700, que instituiu o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Embora recém-lançado, o programa é de extrema importância, pois legitima uma

necessidade real, sendo ela o investimento e a valorização dos pequenos produtores e criadores de animais das áreas urbanas e periurbanas. A execução será partilhada entre políticas públicas e ministérios, conforme texto do Decreto nº 11.700:

Art. 3º O Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana será executado no âmbito:

I - Da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional e assegurar o direito humano à alimentação adequada no País;

II - Do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de promover a gestão intersetorial, participativa e articulada para a sua implementação e execução; e

III - Da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, com o objetivo de promover o uso sustentável dos recursos naturais associado à oferta e ao consumo de alimentos saudáveis (Brasil, 2023).

Assim, identificamos que cada uma dessas políticas públicas, em conjunto com o MDS, desempenham um papel relevante no sucesso deste programa. Ele articula a essência da segurança alimentar e nutricional para um público que, ao longo da história, permaneceu à margem ou mesmo na periferia da agricultura.

Embora seja antiga a prática do plantio em áreas urbanas, o reconhecimento oficial no Brasil ocorreu em 2004, ou seja, há cerca de 20 anos e, em 2024, através da Lei nº 14.935, de 26 de julho de 2024, a agricultura urbana e periurbana foi instituída como uma política nacional, o que representou um grande avanço para as pessoas que vivem do plantio e da criação de animais nas áreas urbanas.

Há diversos requisitos essenciais que essa política deverá cumprir, dentre eles, consta no inciso IV do Decreto, nº 11.700: “IV - A conservação do meio ambiente e o manejo sustentável, de modo a garantir o apoio à transição agroecológica e à conservação das águas e do solo, e a restrição do uso de defensivos e insumos químicos de alta toxicidade em áreas urbanas e regiões periurbanas” (Brasil, 2023).

Propõe-se uma agricultura urbana não apenas sustentável como também agroecológica, que integre o equilíbrio entre a produção e a preservação ambiental. Além de agregar conhecimentos de áreas distintas, com objetivo comum, pensando em uma prática produtiva que não seja ofensiva à saúde e ao meio ambiente, por meio da produção sem uso de agrotóxicos.

Segundo a Lei nº 14.935, de 26 de julho de 2024, o Governo Federal fica responsável por gerar linhas de crédito e acompanhamento técnico especializado, para garantir que o agricultor urbano consiga desenvolver a atividade, com

recursos mínimos necessários para a boa gestão e manutenção da atividade agrícola ou de criação.

Observamos, assim, o quanto os programas que integram a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o SISAN, têm avançado na construção de novas garantias para o acesso ao direito humano à alimentação adequada.

O Programa Cisternas é uma excelente iniciativa, estabelecida como política pública pela Lei nº 12.873/2013 e pelo Decreto nº 9.606 /2018. Ele existe desde 2003, enquanto programa da área da Segurança Alimentar e Nutricional. Tem como objetivo garantir, por meio de tecnologias sociais de baixo custo, o acesso a água para famílias rurais e populações tradicionais. O acesso à água é um elemento essencial nos programas da PNSAN, pois, sem ela não se planta, não se colhe e não se vive.

Encerramos a apresentação dos programas que considero indispensáveis na execução e plena implementação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Esses sistemas, operando em conjunto e de forma plena, são capazes de viabilizar a garantia do direito humano à alimentação para um grande número de pessoas, que estejam em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade social.

Apenas para registro e consideração, ressaltamos que, durante a gestão de Bolsonaro (2019-2022), houve pouco investimento em segurança alimentar e nutricional. As políticas públicas nesta área foram reduzidas ao Alimenta Brasil, e, conforme matéria da UOL (2022), os gastos com esse plano foram mínimos mesmo diante de um cenário de fome alarmante, provocado pela pandemia (2020-2022).

Embora houvesse verba disponível, os recursos não foram utilizados na totalidade. Apesar da fome vivenciada pela população, emendas parlamentares fizeram com que os recursos, em 2020, fossem de 500 milhões, porém, menos de 300 milhões foram gastos. Mesmo com a continuidade da pandemia em 2021, o orçamento para esta agenda ficou em 58,9 milhões de reais apenas. Em 2022, as ações para essa área foram quase extintas e até maio deste mesmo ano o gasto com o Alimenta Brasil foi de 89 mil reais.

Nesta gestão, foi lançado o programa Comida no Prato, que teve por objetivo gerir e mobilizar doações de alimentos para organizações socioassistenciais, bancos de alimentos e diversos equipamentos que atendiam pessoas em situação de vulnerabilidade e pobreza. Ele permitia que empresas doassem gêneros alimentícios, desde que atendessem aos padrões de consumo exigidos pelos

órgãos competentes, tal como a Vigilância Sanitária. No entanto, as empresas doadoras podiam se beneficiar com a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)¹⁷, desde que estivessem dentro do perfil exigido.

Ambos, doadores e receptores, deveriam se cadastrar em uma plataforma digital, para demonstrar o interesse em aderir ao programa. Sendo assim, refletimos qual o real objetivo do programa, se de fato era garantir acesso à alimentação às pessoas em situação de insegurança alimentar ou responsabilizar as empresas por esta garantia de alimentos e isentar o governo do próprio papel? Tudo isto ainda com o grande estímulo de obter isenção no ICMS.

Sendo assim, percebemos como as políticas públicas em SAN se tornaram flexíveis e negociáveis ao longo de uma gestão, que pouco investiu em fortalecer as estratégias já existentes, como o PAA e propôs ações que caminhavam em sentido oposto aos princípios da alimentação saudável, da essência da segurança alimentar, do fortalecimento da agricultura familiar e, sobretudo, à oferta continuada e regular de alimentos para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, o que provocou o retorno do Brasil ao Mapa da Fome.

Atualmente, além dos programas que foram mencionados, existe a ação que integra o rol dos programas essenciais da SAN, que é a distribuição de alimentos, que acontece em caráter emergencial, em situações de calamidade pública. Esse programa é gerido pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do MDS.

É necessário compreender que a SAN é uma política pública, que requer a presença e a intervenção profissional multidisciplinar, para o enfrentamento da insegurança alimentar. Quanto mais categorias profissionais e disciplinas se envolverem na resolução dessa questão, mais força, consistência e espaço nas pautas de discussões das políticas públicas intersetoriais essa luta ganhará. Assim sendo, no próximo capítulo apresentaremos o diálogo de autores e profissionais assistentes sociais, no que tange a garantia da SAN para toda a população de forma igualitária.

¹⁷ O ICMS é um imposto de competência estadual que incide sobre a circulação de diversos produtos, inclusive alimentos, e a prestação de serviços. A Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, no entanto, permite a concessão da isenção deste tributo por meio de convênios quando estes são ratificados por unanimidade pelos Estados e Distrito Federal (Manual Operacional de Doações, 2021).

4

Assistentes Sociais em diálogo com a SAN

Com o exercício e a formação profissionais orientados por um projeto ético-político de luta e defesa intransigente dos direitos e baseados no enfrentamento com vistas ao fim de qualquer manifestação de desigualdade social, como a fome, o Assistente Social é um dos profissionais mais relevantes e contribuidores no contexto da política de Segurança Alimentar e Nutricional (Pereira; Souza, 2023, p. 20).

Refletir acerca das produções acadêmicas de pesquisadores com formação em Serviço Social, que estejam em diálogo com a SAN, configura-se como um desafio significativo, pois as produções de assistentes sociais referente ao tema ainda são poucas. As discussões e conteúdos acadêmicos que estão disponíveis apresentam contribuição ao tema, pois são amplamente explorados e notadamente demonstram rigor metodológico. Observa-se, ainda, a presença de consensos em algumas questões apresentadas, mas há também uma análise muito própria e peculiar, atravessada pelo olhar de quem de fato compreende a realidade das pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional, como a análise de assistentes sociais, participantes de movimentos sociais relacionados à questão da segurança alimentar e nutricional.

A produção dos autores apresenta, em particular, a discussão da relação dialética entre fome e alimento: “A premissa é a de que, dialeticamente, a fome se relaciona com o alimento em um par dialético, portanto, pensar no tema da fome é também pensar em seu par dialético, o alimento” (Teixeira, 2022, p. 450). Ou seja, não há como falar de fome sem abordar as questões que envolvem a produção, consumo, abastecimento e a venda de alimentos.

Sendo assim, ao abordarem a alimentação, os autores analisados, discutem a respeito da cesta básica, como a composição demonstra a exploração do trabalho, bem como as condições de renda necessárias à população para acessá-la, pois, conforme abordado por Teixeira (2022), a cesta é um bom indicador de como se dá o processo da relação entre capital e trabalho e os níveis de exploração, assim como nos possibilita compreender a questão da renda e do acesso aos alimentos pela população.

Além disso, a autora remete ao texto da Constituição Federal (1988), que prevê que o salário mínimo deve garantir aos trabalhadores e às famílias acesso a ampla gama de direitos: “alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência”. No entanto, segundo a pesquisa do DIESSE, realizada no Estado de São Paulo, em 2022, considerando todos os direitos constitucionais vinculados ao salário mínimo, este deveria estar fixado em

R\$5.997,14 – valor 4,95 vezes superior ao salário mínimo vigente naquele ano (Teixeira, 2022, p. 451).

Posto isto, compreendemos que, mesmo com o previsto na Constituição Federal de 1988 quanto ao salário-mínimo e as necessidades as quais deveriam ser supridas por ele, se comparado com o Índice de Custo de Vida (ICV), constata-se que as famílias que vivem com o salário mínimo vigente sequer conseguem acessar o essencial para sobreviver, pois somente com a alimentação tem um alto gasto.

Em São Paulo, por exemplo, conforme aponta a autora, aproximadamente 60% do salário mínimo seria consumido apenas com alimentação. Essa reflexão apresentada nos remete a olhar como as políticas públicas e as garantias de direitos são frágeis e negociáveis de acordo com o interesse do capitalismo.

O alimento inserido na lógica de produção de mercadorias e transformado ele mesmo em uma mercadoria, em uma commodity, perde toda a função de servir como alimento, de cumprir com seu valor de alimentar seres humanos e passa a servir, assim como as demais mercadorias, à valorização do capital (Teixeira, 2022, p. 451).

Um dos aspectos relevantes da elaboração teórica de pesquisadores com formação em Serviço Social, a respeito do tema fome, se dá ao tomar por base as características peculiares da formação sócio-histórica do Brasil, que descreve que (...) “na história do Brasil, sumariamente, a concentração de terra se inicia com a escravização e eliminação dos povos originários” (Leonardi, 2016).

Desde o Brasil Colônia e Império já víamos marcada a “estruturação latifundiária com uma economia agrária voltada para a exportação de produtos primários” (Teixeira, 2022, p. 452).

Assim, os autores reconhecem que a incidência da insegurança alimentar na atualidade possui nas raízes estruturais o processo de escravização e de extermínio dos povos originários. Na compreensão dos autores analisados, na atualidade, a produção de alimentos está direcionada a fortalecer os interesses do capital, tendo isto como prioridade.

Portanto, o grande volume de alimentos produzidos e exportados, dão-se às custas de um aumento drástico da fome da população brasileira. Sabe-se que o problema não é sobre a quantidade de alimentos produzidos, e sim com a finalidade para os quais eles são produzidos.

Apesar da responsabilidade do governo Bolsonaro pelos crescentes índices de insegurança alimentar, especialmente no período pandêmico, há que se buscar as raízes deste problema a partir de um olhar mais amplo, que leve em conta os

elementos estruturais da particularidade da formação sócio-histórica brasileira. A contradição entre a grande produção de commodities para exportação e o aumento exponencial da fome se explica na relação dialética entre os determinantes externos e internos do capitalismo de tipo dependente. A produção de alimentos no Brasil não é voltada para as reais necessidades do povo brasileiro, mas orientada de acordo com o ritmo de exportação (Luciano; Correa, 2022, p. 478).

Sendo assim, uma das primeiras análises que podemos verificar, sem dúvidas, está em como a produção de alimentos, em um país de capitalismo dependente, está impedida de atender aos critérios da Soberania Alimentar, pois a população não é priorizada sequer na produção de alimentos, que são destinados a atender os interesses da exportação. Portanto, como poderão ser soberanos quanto às decisões sobre as formas de distribuir e consumir os alimentos?

Percebemos a fome, tratada pelas autoras Luciano e Correa (2022), como um projeto político da classe burguesa, que é contra o crescimento da nação para todos os brasileiros.

Outra percepção apresentada pelas autoras é que a pandemia obteve um papel no aprofundamento da questão da fome. Porém, ela não foi a principal causa da situação grave de insegurança alimentar da população brasileira. As políticas de austeridade fiscal, que visam reduzir os gastos com as políticas públicas e, por vezes, aumentar a cobrança de imposto à população, são algumas das medidas responsáveis por esse cenário.

Embora a pandemia do novo coronavírus tenha contribuído para o agravamento desse cenário, a crise sanitária não pode ser considerada como seu principal fator. Entre as causas dessa condição, encontram-se as políticas de austeridade cunhadas desde 2014 que reduziram investimentos nas políticas públicas. O projeto neoliberal de políticas sociais e econômicas vem dismantando políticas como a de segurança alimentar e nutricional (Luciano; Correa, 2022, p. 479).

O debate apresentado aprofunda a compreensão de que, no Brasil, o alimento que é direito humano essencial é tratado apenas como mercadoria, sendo assim, os lucros oriundos dessa transação recebem total valorização. Por sua vez, a produção se devia por completo do propósito da soberania alimentar, pois os fatores conjunturais demonstram a complexidade desse fenômeno e a falta de vinculação da burguesia brasileira às preocupações como a fome. Assim, “na medida em que países produtores como Índia e Vietnã priorizaram a política de abastecimento interno para garantir comida à sua população a priorização da burguesia agrária brasileira é para a exportação” (Furno, 2021, p. 480). Tal

evidência reforça a problemática da inexistência de uma política efetiva de soberania alimentar no país.

A elaboração teórica também apresenta uma contribuição quanto ao impacto das escolhas políticas, que a população de uma nação realiza através do voto, ao apontar para algumas decisões tomadas pela Gestão do Governo Bolsonaro, que trouxeram retrocessos no tocante às políticas públicas, sobretudo a de segurança alimentar e nutricional:

Exemplo disso foi a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) no início da gestão do atual governo federal, em 2019, com a Medida Provisória 870, a desestruturação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos períodos da pandemia em que as escolas estavam fechadas, afetando estudantes de escolas públicas e os agricultores fornecedores. Assim como a extinção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com a Medida Provisória 1061/2021, a mesma que extinguiu o Programa Bolsa Família (PBF) (Luciano; Correa, 2022, p. 479).

Para os autores, o fortalecimento da agricultura familiar é prioritário, principalmente para tratar a questão da fome. Porém, a priorização do agronegócio, na gestão de Bolsonaro, foi a escolha assumida, característica de uma gestão aliada aos interesses econômicos, os quais se sobrepõe a qualquer garantia de direitos.

Conforme apresentado pelas autoras Luciano e Correa (2022), os números da fome têm se intensificado e estão vinculados à falta de acesso ao trabalho. O desemprego se apresenta como uma alternativa pensada pela burguesia, com vistas ao menor investimento em trabalho humano, levando ao uso exacerbado de agrotóxicos no campo, medida esta que, em longo prazo, traz impactos negativos na saúde da população.

Os dados crescentes da fome que estão diretamente relacionados às condições de trabalho e ao desemprego, de acordo com a Rede PENSSAN (2021), evidenciam que os interesses da burguesia não vão ao encontro das questões nacionais na medida em que se observou o crescimento de 5,35% do PIB do agronegócio no primeiro trimestre de 2021, após bater recorde no ano de 2020 (CNA; CPEA, 2021). Em contrapartida, no primeiro trimestre de 2021, foi registrada a maior taxa de desempregados (IBGE, 2021), 14,8 milhões de pessoas. Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2020), o agronegócio em 2020 deixou de empregar 949 mil pessoas se comparado ao ano de 2019. O uso exponencial de agrotóxicos na produção é uma das medidas investidas para garantir cada vez menos trabalho humano no campo (Luciano e Correa, 2022, p. 482).

Em diálogo com a SAN, dentre os autores que pesquisamos, amplia-se a compreensão dos aspectos das expressões da questão social, que estão

intimamente vinculadas ao tema da fome, particularizando as singularidades presentes nesse contexto, para aprofundar a análise em um cenário macrosocial.

Para os autores, o sistema agroindustrial é um dos produtores da fome, na medida em que transforma o alimento em mercadoria. O capital se apropria da alimentação, desde a “ocupação do solo, a propriedade da terra, que passa necessariamente pela expulsão das famílias camponesas” (Teixeira, 2022, p. 449).

Ainda que nesse modelo de produção haja alimentos sendo produzidos, a fome também é produzida na mesma proporção, pois é uma agricultura dos monopólios é a do monocultivo, resultando em produtos com baixo valor nutricional e elevado potencial de contaminação. Isso se deve ao uso intensivo de agrotóxicos, os quais podem causar diversas doenças e agravos à saúde humana (Teixeira, 2022).

Este grande aglomerado agroindustrial opera em favor do capitalismo, sem escrúpulos, mesmo conhecendo as consequências em longo prazo, tanto para a saúde da população, quanto para a sustentabilidade dos recursos naturais advindos do meio ambiente.

Segue com a produção de alimentos em modelo de monocultura, compreendido como vasta plantação de um mesmo tipo de alimento, com quantidades exageradas de uso de agrotóxicos, que se perpetuam pela lógica da agroindústria. Produz, portanto, alimentos de baixa concentração nutricional e com grande poder de desencadear doenças.

Dentre as concepções apresentadas pelo Serviço Social, que compõe a discussão do tema da segurança alimentar, está a questão do uso da terra. “Os ruralistas estão por trás do desmatamento da Amazônia legal para ampliar fazendas de criação de gado, madeireiras e mineradoras” (Teixeira, 2022, p. 452), o que é ratificado por um estudo realizado em 2012, que demonstra a concentração de terras nas mãos de governantes dos diversos níveis de poder o que, para Teixeira (2022, p. 452), explica a impunidade, no tocante à violência que existe no campo brasileiro.

Assim, não há como falar de fome sem relacioná-la ao alimento e não é possível avançar neste debate sem considerar a propriedade e o uso das terras. De acordo com Teixeira (2022), as terras seguem concentradas nas mãos da burguesia, pertencente à ordem política do país, que se favorece do uso dessas para uma produção que gere o próprio enriquecimento, ainda que pelo uso da força com as populações do campo.

A abordagem dos autores, em diálogo com SAN, também perpassa pelas condições da promoção da saúde, não só no aspecto de quem se alimenta, mas quanto aos trabalhadores que estão expostos ao uso de agrotóxicos na produção dos alimentos:

Antes de seguir o caminho que o alimento-mercadoria percorre até a mesa das pessoas, cabe uma nota sobre a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras que estão inseridos e inseridas no processo produtivo nestas fazendas industriais. A intensificação do uso de agrotóxicos, seguida pela não utilização de equipamentos de segurança, tem provocado intensos agravos à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras (Teixeira, 2022, p. 453).

Em suma, para as referidas autoras da área de Serviço Social, o diálogo com a Segurança Alimentar e Nutricional se estende por uma ampla compreensão da diversidade de aspectos, que são essenciais para o enfrentamento da fome:

A aparente contradição entre o cenário catastrófico de fome dos/as brasileiros/as e o aumento na produção do que o agronegócio anuncia como alimento faz parte de um modo de produção agroalimentar que tem como principal horizonte o aumento exponencial de seus lucros e a transferência nacional de valor para as corporações internacionais, característico de uma economia inserida na divisão internacional do trabalho como dependente. Tal condição condena o país à fome e as populações dos campos, das águas e da floresta à violência provocada pela disputa de terras. De igual modo, na medida em que se reduz a agrobiodiversidade com as monoculturas de grande extensão e o uso dos agrotóxicos, aumenta a devastação ambiental e as chances de novas pandemias (Luciano e Correa, p. 484).

As análises destes pesquisadores seguem o caminho da totalidade, pois não observa a questão da fome isoladamente, considerando-a inserida em um contexto amplo, no qual muitas são as questões e interesses que convergem para a manutenção da fome.

A relação do aumento da insegurança alimentar no Brasil, durante o período pandêmico, é abordada pelos autores pesquisados como apenas uma condição a mais que se somou ao agravamento da fome. O impacto mais profundo, segundo as análises, decorreu da condução política adotada por um governo de orientação ultraneoliberal, e não propriamente da pandemia em si.

O aumento da insegurança alimentar e da fome no país tem sido interpretado como uma das consequências da atual pandemia, um problema conjuntural. Visão reducionista, pois, mesmo considerando o cenário da avassaladora crise sanitária, agravada pelo negacionismo e o desemprego, ela não é o único determinante e tampouco central nessa questão (Nogueira; Pereira; Carrara, 2022, p. 508).

Uma das considerações realizadas pelos autores, em todos os artigos analisados, é o consenso de que o alimento é tratado como mercadoria no mundo

capitalista, portanto, em consequência disso, a fome não pode ser tratada como um fenômeno natural, sem culpados e sem determinantes. A partir do cultivo do alimento para a mercantilização, exportação e importação, não sendo voltado em atender as necessidades alimentares da população, a fome é produzida.

As condições de renda e salário para acesso aos alimentos também está presente como consenso nas elaborações teóricas do Serviço Social, acerca do tema da segurança alimentar e nutricional. Portanto, cabe avaliar como a elaboração das políticas públicas de ideologia neoliberal refletem essas questões e que tipo de respostas serão dadas a elas.

Com isso, “as políticas sociais fundamentadas em perspectivas teórico-metodológicas cobertas pelo véu ideológico do neoliberalismo naturalizam a pobreza, e seus corolários: culpabilização, criminalização, ameaça à ordem e à coesão social” (Nogueira, Pereira e Carrara, 2022, p. 510).

Refletir criticamente e propor estratégias para a transformação desta realidade está no bojo de ações que podem ser propostas pelo Serviço Social. As riquezas produzidas e detidas em mãos de poucos são parte integrante das considerações realizadas pelo Serviço Social, no tocante à continuidade e à perpetuação da fome, da pobreza e penúria de grande parcela da população, que vive em situação de pobreza extrema e miserabilidade. Mesmo diante deste cenário de incertezas, retrocessos e de descontinuidade dos direitos, o Serviço Social aponta alternativas:

Embora estejamos diante de uma conjuntura pessimista, o conjunto dos artigos ora publicados nos incitam a refletir sobre a realidade objetiva, cuja eversão clama pela organização e luta das classes subalternas, reiterando a clássica afirmativa marxiana de que os homens e as mulheres fazem história, mas sob condições e relações determinadas. Desse fazer história dependerá o enfrentamento político e público da desigualdade, da fome e da pobreza (Mota; Lara, 2022, p. 441).

Portanto, ao analisarmos a construção teórica e acadêmica destes pesquisadores, que possuem formação em Serviço Social, em diálogo com a Segurança Alimentar e Nutricional, encontraremos quase um consenso no tocante as causas e consequências da fome e como a presença dela demonstra uma violação do direito humano à alimentação adequada e saudável. “A fome é uma das manifestações da insegurança alimentar e nutricional, cujo complexo fenômeno é uma flagrante violação ao direito humano à alimentação adequada” (Azevedo, 2022, p. 488).

As elaborações também contribuem para uma análise da segurança alimentar, a partir dos conceitos de valor de uso e valor de troca, de Marx (2013),

que refletem como a lógica da valorização do capital está vinculada, intrinsecamente, ao valor de uso e de ao valor de troca. Esta se amplia em dois aspectos estruturantes, “a divisão social do trabalho e a propriedade privada”, o que implica até mesmo na forma como o produtor de alimentos gera não para si, mas para gerar valor de troca, ou seja, transformar o alimento em mercadoria (Azevedo, 2022, p. 489).

Realizar esta análise é essencial para não perdermos de vista a compreensão de que, quando se atribui valor ao alimento, estamos descaracterizando-o enquanto direito essencial para a vida. As convergências da abordagem do Serviço Social com a SAN seguem também no aspecto do entendimento de que o problema da fome, no Brasil, não está na escassez de alimentos; ao contrário disto, há um volume enorme de desperdício, enquanto há pessoas passando fome.

Assim, destacamos que as produções teóricas dos autores analisados, que possuem formação em Serviço Social, em diálogo com a Segurança Alimentar e Nutricional, apontam para como a valorização do capital afeta desde a produção de alimentos, como também as formas de distribuição e consumo destes. Perpassa pela questão da disponibilidade dos produtos, a qualidade nutricional e sanitária destes e os padrões alimentares incentivados pelo capitalismo, que implicam diretamente na questão do acesso, ou seja, a capacidade de aquisição de alimentos pelas pessoas (Azevedo, 2022, p. 145).

Para Azevedo (2022), “a fome tem sido alimentada”, através de ações do capitalismo que assumem, propositadamente, “o financiamento da fome”, ao permitir que as necessidades humanas sejam menores que as necessidades de mercado, ao naturalizar as consequências desse modelo de produção (Azevedo, 2022, p. 495).

Assim, observamos que os pesquisadores analisados oferecem contribuições abrangentes, com base no compromisso de lutar por minorar os impactos da produção de alimentos sobre as questões climáticas, na contribuição para olhar para produção e consumo na perspectiva do cuidado e da promoção da saúde para as pessoas com primazia.

É necessário fortalecer os povos do campo, os movimentos sociais que lutam pela causa agrária e a agricultura familiar como prioridade estratégica, com vistas à promoção de uma reforma agrária de base popular. Trata-se de uma proposta que articula agroecologia não apenas como um modelo de produção agrícola, agropecuária e mineral, mas como um projeto de transformação social, que valoriza relações étnicas, de gênero e raciais igualitárias. “[...] Uma reforma

agrária popular associada à agroecologia, compreendida para além de um modo de produção agrícola, agropecuária e mineral, mas de relações sociais étnicas, de gênero e raciais igualitárias” (Luciano; Correa, 2022, p. 484).

Por sua vez, contribui para a reflexão de como o capital é nocivo a todas as formas de socialização. Em diálogo com a SAN, o Serviço Social identifica a apropriação do capital sobre a alimentação, desde as terras para o plantio e produção de alimentos, até a valoração do alimento como mercadoria, e não como direito humano universal e essencial. A fome se materializa como mecanismo de manutenção da ordem capitalista.

Face ao exposto, em nosso estudo pretendemos realizar uma análise sobre como os conteúdos ministrados nas ações educativas, realizadas por assistentes sociais, da Rede Nacional de Bancos de alimentos do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro, contribui para a realização do exercício profissional de assistentes sociais atuantes em organizações socioassistenciais, atendidas pelo programa, no que tange a realização da SAN ao público assistido.

4.1

Bancos de Alimentos, Ações Educativas e Campo empírico

Com o objetivo de compreender de que forma as ações educativas, desenvolvidas pelas assistentes sociais, inseridas no Programa Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro, contribuem para o fortalecimento do trabalho profissional nas organizações socioassistenciais participantes do programa — especialmente no que se refere à efetivação da segurança alimentar e nutricional junto ao público usuário — este capítulo apresenta os resultados da investigação empírica realizada.

Para abordarmos a Segurança Alimentar e Nutricional, que é um assunto primário neste estudo, enquanto uma política pública a qual compreendemos, não apenas como política estatal, mas no sentido dado por Pereira (2008, p. 95):

[...] pública que sucede a palavra política, não tem identificação exclusiva com o Estado. Sua maior identificação é com o que em latim se denomina de *res publica*, isto é *res (coisa)*, *publica* (de todos), e, por isso, constitui algo que compromete tanto o Estado quanto à sociedade.

Deste modo, afirmamos que, embora haja a primazia do Estado em garantir que as políticas públicas existam e se efetivem, cabe a todos acompanhar, fiscalizar e participar ativamente da elaboração e do monitoramento das políticas públicas.

Os bancos de alimentos, que são base essencial da nossa pesquisa, enquanto equipamentos de segurança alimentar e nutricional, agregam na atuação a prática educativa, como essencial para o trabalho, indo além do repasse ou entrega de alimentos, garantindo que todos que acessam os serviços encontrem um espaço com potencial de formação e multiplicação de conteúdo, relacionado à garantia da SAN e ao direito humano à alimentação adequada. Essas ações não possuem um efeito imediato, porém, contribuem para uma construção gradativa de conhecimento a respeito do tema e de uma identidade coletiva, tanto a respeito das desigualdades enfrentadas pelo grupo, quanto para uma organização para luta.

Ao analisarmos o Inquérito Sobre Insegurança Alimentar no Rio de Janeiro, (2024), cidade que é fonte de nossa pesquisa, encontramos questões alarmantes no tocante à SAN, sobretudo ao tratar da questão do custo de vida, já que a cidade foi considerada como uma das capitais mais caras para se viver.

Reiteramos que os alimentos em uma sociedade capitalista são vistos como mercadoria. Por exemplo, a cesta básica no período de realização do inquérito, subiu 12,8%, o que impacta significativamente no acesso da população empobrecida aos alimentos. A questão do acesso à água também é apontada no Inquérito como um grave problema para a garantia de alimentos seguros e saudáveis para a população fluminense. O percentual de famílias sem acesso hídrico é de 27% que, consequentemente, também conviviam com a fome.

Esses dados demonstram a importância de refletirmos a respeito do tema da SAN, contribuindo para o acesso da população aos espaços de luta e de formulação das políticas públicas da área da Segurança Alimentar e Nutricional. Porém, apenas incentivar e discutir o tema não é suficiente. De acordo com o Inquérito de Insegurança Alimentar do Rio de Janeiro (2024, p. 67):

É necessário o planejamento municipal de ações estruturais que modifiquem a raiz das profundas desigualdades no município do Rio de Janeiro. Tal desafio requer um trabalho articulado e intersetorial, de forma contínua e permanente, que considere os determinantes da IA e as ações de PAAS para a população carioca.

Diante dos resultados obtidos, ao realizarmos a pesquisa, compreendemos a necessidade de articular ações, políticas e equipamentos existentes, que atuem na garantia e na defesa da Segurança Alimentar e Nutricional para todos, ao partir do pressuposto que a multidisciplinaridade, o planejamento e as ações do governo, associados ao acompanhamento e às tomadas de decisões com

paridade pela sociedade civil, entes relacionados e o governo, são partes essenciais para iniciar o processo de mudança.

Modificar as raízes das desigualdades, que seguem arraigadas em nosso país desde a colonização, não se mostra uma tarefa simples. No entanto, não é impossível, desde que a população esteja visceralmente imbuída da missão de fazê-las recuar, por meio da luta e da fiscalização das políticas públicas, como também por emancipação e igualdade para todos, por meio de um novo sistema político.

Diante do exposto, inicialmente foram organizadas e exploradas as duas legislações principais que conceituam, regulamentam e direcionam a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o SISAN, sendo elas a Lei nº 11.346, de 15 setembro de 2006 e a Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, que apresentam os critérios, equipamentos, conceitos e programas de SAN, além de bibliografias sobre o tema.

De acordo com Machado (2024), garantir que a população acesse uma alimentação adequada e saudável é uma prioridade, constatada no rol dos direitos humanos. Essa oferta alimentar é essencial e necessária para promoção da saúde.

A autora complementa reflexão ao abordar as desigualdades expressivas de recursos e de acesso de forma igualitária da população às políticas públicas, que resultam diretamente em condições precárias de vida. A decisão do campo a ser pesquisado foi intencional, por se tratar do espaço de atuação profissional da pesquisadora há mais de 12 anos, no entanto, ainda assim, um campo desafiador. O programa Sesc Mesa Brasil forma a maior rede privada de bancos de alimentos da América Latina e em dezembro de 2024 somava 100 unidades em todo o território nacional.

Igualmente, o campo se apresenta como uma área de pesquisa pouco explorada sob a perspectiva que abordamos. As ações educativas, em unidades de abastecimento e de combate à fome e ao desperdício de alimentos, mostraram-se como um importante instrumento, no sentido de contribuir para a formulação de um pensamento crítico, analítico e reflexivo, na construção da SAN que vislumbramos.

Neste íterim, pretendemos, com este estudo, refletir acerca da contribuição dos conteúdos das ações educativas desenvolvidas pelo Serviço Social do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro, para o exercício profissional de assistentes sociais em organizações socioassistenciais cadastradas no programa, no que tange a SAN ao público usuário.

Apresentamos a seguir um quadro com a descrição do estado, quantidade de unidades e a modalidade do programa em cada local. Conforme evidenciamos na introdução deste estudo, existem duas modalidades de atuação do programa, os bancos de alimentos e a colheita urbana, sendo que essas duas possuem singularidades e similaridades entre si.

Sendo assim, evidenciamos que, na modalidade banco de alimentos, todos os itens arrecadados são recolhidos por uma equipe treinada, composta por motoristas e ajudantes, que se encarregam de pré-selecionar os alimentos nas lojas parceiras. Logo após a coleta, eles encaminham os alimentos arrecadados a um estoque ou central de arrecadação, em que os itens são pesados, conferidos e selecionados pela equipe de manipuladores de alimentos, como citado anteriormente.

Parte dos alimentos recolhidos são oriundos de mercados e já perderam o poder de venda, mas estão próprios ao consumo humano e, por esse motivo, é necessária a realização da seleção dos itens. Após essa etapa, todos os alimentos que chegam ao estoque são lançados como entrada no sistema e logo após são liberados, para que seja realizada a distribuição dos alimentos pela equipe de nutrição.

Os alimentos distribuídos seguem uma criteriosa avaliação, sobretudo considerando o perfil do público das organizações que serão atendidas. Com base no tipo de alimentos, são emitidas notas de doação sem valor comercial para as organizações socioassistenciais, programadas previamente em um calendário mensal. Por fim, recolhimento, seleção, estocagem e distribuição de gêneros alimentícios são características finalísticas dos bancos de alimentos.

A colheita urbana, por sua vez, diferencia-se do banco de alimentos apenas pela entrega imediata, ou seja, não há estocagem. A equipe que recolhe a doação faz a seleção no próprio veículo de retirada, informa a quantidade e aguarda a distribuição, que é realizada pela nutrição, com a indicação das organizações socioassistenciais a serem atendidas.

No entanto, as duas modalidades se assemelham quanto a finalidade da entrega dos alimentos, tendo em vista que o objetivo é complementar refeições, de modo que elas se tornem mais nutritivas e saudáveis. É uma premissa do programa não ser o principal provedor da alimentação das organizações socioassistenciais, conforme descreve o Guia de Operações do Programa.

O quadro 5 é composto pelos estados e a quantidade de unidades do Sesc Mesa Brasil em cada região. Ressalta-se que, para elaboração do quadro, foram consultados os sites oficiais das unidades de referência.

Quadro 5 - Distribuição Geográfica das Unidades do Sesc Mesa Brasil por estados e número de unidades

Estado	Unidades
Acre	1
Alagoas	2
Amapá	1
Amazonas	1
Bahia	5
Ceará	4
Distrito Federal	1
Espírito Santo	1
Goiás	1
Maranhão	2
Mato Grosso	2
Mato Grosso do Sul	2
Minas Gerais	9
Pará	1
Paraíba	2
Paraná	7
Pernambuco	1
Piauí	1
Rio de Janeiro	1
Rio Grande do Norte	1
Rio Grande do Sul	7
Rondônia	1
Roraima	1
Santa Catarina	6
São Paulo	19
Sergipe	1
Tocantins	3

Fonte: A autora, 2025.

O número de unidades por Estado, são diferentes, pois estão correlacionados a modalidade de trabalho exercida por cada regional, colheita urbana ou bancos de alimentos. Apesar da ampla rede de unidades do Sesc Mesa

Brasil, o estudo empírico foi direcionado à unidade do Rio de Janeiro, cujo público participante foi composto por assistentes sociais que atuam nas organizações socioassistenciais cadastradas no programa, as quais são destinadas as ações educativas, realizadas pela equipe de Serviço Social do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro.

A realização de ações educativas, nas áreas de segurança alimentar e nutricional e assistência social, são partes importantes do eixo estruturante do programa (Guia MBS, 2016, p. 56). As ações educativas do Serviço Social têm por objetivo central fortalecer as organizações socioassistenciais atendidas.

Neste sentido, abordar o tema da segurança alimentar e nutricional, além de dialogar com outros correlatos, torna-se central, tendo em vista que o programa se distancia do assistencialismo e do clientelismo que acompanham as práticas de entrega de alimentos, na medida em que se diferencia através de uma ação que se traduz em incentivar a inserção e a participação das assistentes sociais nos espaços de controle social, além da tomada de decisões das políticas públicas relacionadas ao tema.

Fomentar a formação de redes entre as organizações do mesmo território e adjacentes, proporcionar um espaço de educação não formal, através do qual os indivíduos e grupos possam trocar experiências, formar uma identidade coletiva, identificar habilidades e potencialidades, desenvolvendo a autovalorização, é levá-lo a compreender de que é um agente com potencial para transformação da realidade onde vive e atua profissionalmente.

Assim nascem multiplicadores das iniciativas e propostas elencadas nas ações educativas do programa, que são ministradas através de múltiplos métodos, dentre os quais se destacam cursos, minicursos, oficinas, reuniões, rodas de conversas, palestras e orientação para difundir conhecimentos possíveis de propagação que resultem em mudanças, proposições ou melhorias para os territórios que são atendidos pelo programa, através das organizações cadastradas.

Neste sentido, após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da PUC-Rio, enviamos um convite ao grupo de assistentes sociais das organizações cadastradas no Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro e que participam das ações educativas promovidas pela instituição.

No convite, havia um texto explicativo sobre a proposta de estudo de forma resumida, indicando que, se houvesse interesse da/o profissional em participar, ela/e deveria entrar em contato, via aplicativo de mensagem, com a pesquisadora e, assim, receberia o link que continha o formulário para a participação. A seleção

das respostas enviadas, através do formulário, considerava apenas as que foram feitas por aquelas/es que preencheram declarando acordo em responder a pesquisa e pelo envio dentro do prazo estabelecido, que foi informado no link que cada participante recebeu.

Salientamos que toda a produção parte de um olhar, tempo e conjuntura específicas, ou seja, “[...] são produções sociais historicamente datadas, sempre elaboradas em contextos específicos” (Valladares, 2005, p. 20), portanto não temos a intenção de esgotar o debate acerca do tema. Todas as informações que apresentaremos a seguir foram obtidas através da análise de conteúdo do formulário de pesquisa, respondido pelas/os participantes, a partir dos dados empíricos do campo pesquisado.

4.2

Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa, de natureza qualitativa e quantitativa, tem caráter exploratório e descritivo, ancorando-se no método do materialismo histórico-dialético como referencial teórico e epistemológico. Esse enfoque permite compreender a realidade social na totalidade, captando as contradições que atravessam a produção e a reprodução da fome como expressão da questão social. Buscou-se analisar a atuação das assistentes sociais, vinculadas às organizações não governamentais, participantes do Programa Mesa Brasil do Sesc Rio de Janeiro, com ênfase nas práticas educativas e nas estratégias de enfrentamento da insegurança alimentar. A escolha da abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de captar, por meio da escuta sensível, os significados atribuídos pelas/os profissionais às práticas, bem como os desafios enfrentados no cotidiano institucional e a abordagem qualitativa, com objetivo de consolidar em dados numéricos e gráficos as informações obtidas do número total de participantes da pesquisa.

Compreendemos que a pesquisa qualitativa está imbricada em um processo de singularidades, reconhecidos como essenciais para uma análise que tome por base a realidade social. Considerar essas distinções é legítimo e necessário para uma análise que não se expressa a partir de uma abordagem numérica, estando antes imbricada nos significados e que se aplica à realidade vivida sob a ótica de cada indivíduo, sendo “[...] aquele que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões,

produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem” (Minayo, 2010, p. 57).

Como procedimento metodológico, foram utilizadas 49 entrevistas aplicadas por meio de formulário online via *Google Forms*, com perguntas abertas e fechadas, direcionadas exclusivamente às assistentes sociais atuantes em ONGs parceiras do Programa Mesa Brasil, que foi disponibilizado por meio tecnológico as participantes, método factível e utilizado na era digital. Observamos que há uma multiplicidade de métodos qualitativos, que têm sido utilizados e adaptados às pesquisas realizadas por meio da internet (Flick, 2009, p. 32).

A análise dos dados foi conduzida com base na técnica de análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2011), permitindo identificar categorias e eixos temáticos emergentes, a partir dos discursos das participantes. O processo interpretativo dialogou com os referenciais de Minayo (2007) e Gil (2008), buscando garantir a coerência interna da análise e o rigor metodológico necessário. Além das entrevistas, foram analisados documentos institucionais do programa, como relatórios técnicos, materiais de divulgação e registros de atividades educativas, a fim de triangular os dados e propiciar maior aprofundamento da leitura crítica da realidade pesquisada.

A utilização da análise de conteúdo nos possibilitou compreender, através das respostas obtidas por meio das questões do formulário, os aspectos similares e singulares presentes na atuação profissional das assistentes sociais atuantes em organizações socioassistenciais cadastradas e a relevância dos conteúdos ministrados nas ações educativas do Serviço Social, considerando a contribuição para o exercício profissional junto aos usuários, no que tange a SAN. De acordo com Cardoso (et al. 2021, p. 99):

Dentre esses métodos, a Análise de Conteúdo pode ser uma excelente opção quando o objetivo for analisar os dados provenientes das comunicações, buscando compreender os significados e os sentidos das mensagens, que vão além de uma leitura comum.

Ao utilizar a análise de conteúdo, conseguimos compreender os sentidos e significados das respostas obtidas, que vão além do entendimento comum e simples dos dados. A análise é essencial para apresentarmos os resultados alcançados. No uso desse método de investigação, Moraes (1999) assegura que ele é considerado como um único instrumento, no entanto, amplo, pois a abordagem tem a capacidade de se adaptar a todo tipo de comunicação.

A pesquisa não possuiu financiamento sendo realizada com recursos próprios da autora.

4.3

Análise dos dados empíricos

A análise empírica foi estruturada com base nas respostas de 49 assistentes sociais, atuantes em organizações não-governamentais parceiras do Programa Sesc Mesa Brasil do Sesc Rio de Janeiro. As entrevistas foram organizadas em três grandes eixos: (1) Perfil dos participantes; (2) Práticas profissionais no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); (3) Participação em espaços de controle social.

A leitura crítica dos dados empíricos permite identificar tendências, desafios e potencialidades na atuação profissional, bem como os efeitos das ações educativas promovidas pelo programa. A análise resulta da articulação entre os referenciais teóricos, discutidos nos capítulos anteriores e os dados empíricos produzidos a partir da pesquisa. Para ilustrar os dados e favorecer a compreensão das categorias analisadas, foram construídos gráficos e quadros que dialogam com os trechos selecionados, permitindo uma visualização mais clara dos resultados qualificando-os e quantificando-os.

Cabe destacar que, a partir deste ponto, será adotada uma linguagem que contempla o gênero feminino, em respeito à predominância de mulheres na categoria profissional do Serviço Social e à composição majoritariamente feminina do grupo respondente da pesquisa.

4.3.1

Perfil dos participantes

Ao longo das etapas descritas até aqui, evidenciamos quem são as principais protagonistas desta pesquisa: as assistentes sociais que, gentilmente, disponibilizaram parte do tempo para colaborar com o estudo, respondendo ao questionário aplicado.

Considerando que a investigação tem como foco as assistentes sociais, vinculadas à rede de organizações cadastradas no Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro, com objetivo de compreender como os temas ministrados nas ações educativas do programa contribuem para o exercício profissional no que tange a

SAN, apresentaremos, a seguir, as características do grupo participante, com base nas informações coletadas.

Iniciamos pela variável etária do grupo pesquisado, ao apresentarmos os dados obtidos somando os grupos que formam a maior porcentagem, observa-se uma predominância de profissionais com idades entre 35 e 59 anos, conforme demonstra o gráfico a seguir.

■ Entre 26 e 34 anos ■ Entre 35 e 42 anos ■ Entre 43 e 50 anos
■ Entre 51 e 59 anos ■ Acima de 60 anos

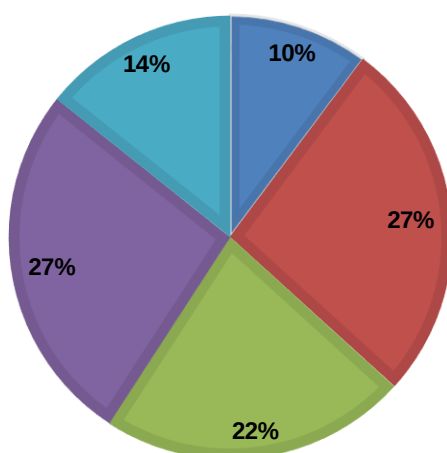


Gráfico1 - Faixa Etária das assistentes sociais
Fonte: A autora

Identificamos assim, que a faixa etária das assistentes sociais participantes da pesquisa é ampla e variável, com maior concentração entre 35 e 42 anos e 51 e 59 anos. Na faixa de 18 a 25 anos não houve nenhuma respondente, por esta razão esse grupo não está relacionado no gráfico 1.

Quanto à identidade de gênero do grupo pesquisado, 98% se identifica com o gênero feminino, conforme está apresentado no gráfico a seguir, um dado que compreende a realidade do perfil profissional do Serviço Social, de acordo com a pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2022, sobre o perfil de assistentes sociais no Brasil, a identificação majoritária das assistentes sociais é com o gênero feminino, constando 92,92% de assistentes sociais em todo território nacional. Destacamos que, no questionário deste estudo, contemplamos também a opção “Outra”, no entanto não houve resposta dentre as participantes.

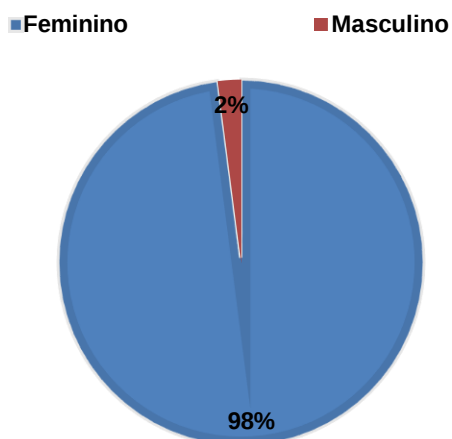


Gráfico 2 - Gênero das participantes da pesquisa
Fonte: A autora

No que se refere à autodeclaração racial, o questionário aplicado ofereceu as opções branca, preta, parda, indígena e amarela. Entre as respondentes, 24% se declararam pretas e 37% pardas, sendo assim, compreendemos, de acordo com a classificação do IBGE, que pretas e pardas pertencem ao mesmo grupo étnico racial. Desta forma 61% das assistentes sociais que responderam à pesquisa são negras.

Do grupo, 37% de participantes se declaram brancas e 2% se declararam indígenas. Ainda que esse último percentual seja reduzido, ele evidencia a ampliação do acesso à formação profissional por parte de grupos historicamente sub-representados.

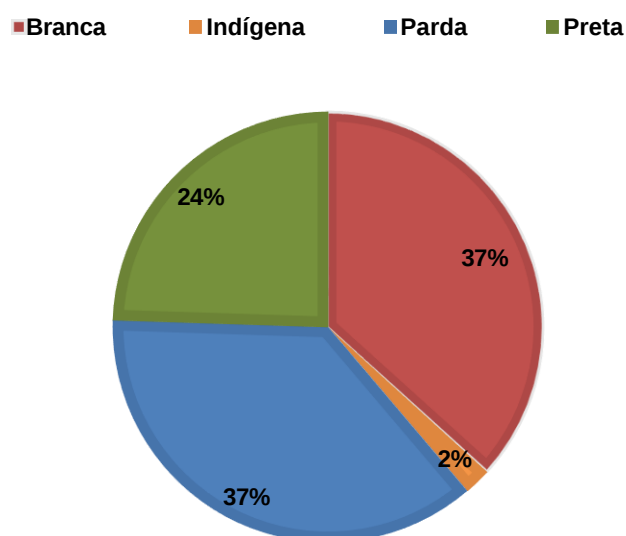


Gráfico 3 - Autoidentificação racial das participantes da pesquisa
Fonte: A autora

Quanto ao tempo de formação das profissionais participantes da pesquisa, a maioria está na faixa entre 8 anos até 15 anos de formação, com um total de 39%. Assim, identificamos que cerca de 51% das respondentes são profissionais experientes na área de atuação.

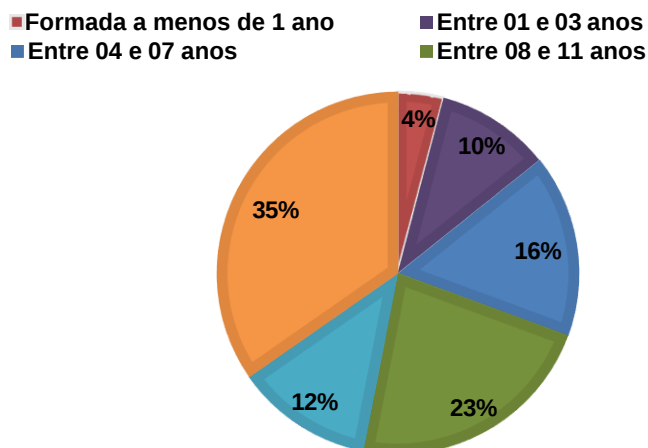


Gráfico 4 - Tempo de formação profissional das participantes da pesquisa
Fonte: A autora

No que se refere à localização da instituição em que as profissionais atuam, observa-se uma predominância de profissionais nas regiões da Zona Norte, Zona Oeste e Baixada Fluminense, áreas de abrangências que somadas totalizam 90% das respostas obtidas entre as participantes. No entanto, a Zona Oeste e Norte totalizam 66%, vale evidenciar que a Unidade do Sesc Mesa Brasil, no Rio de Janeiro, atualmente está localizada na Zona Norte, no bairro Campinho, o que certamente contribui para a predominância de profissionais atuantes nesta região.

Apesar da Unidade Rio de Janeiro atender a 82 dos municípios do Estado, dentre os 92 existentes, assim há uma concentração maior de organizações cadastradas nas regiões Norte e Oeste.

■ Baixada Fluminense ■ Região Central ■ Zona Norte
 ■ Zona Oeste ■ Zona Sul

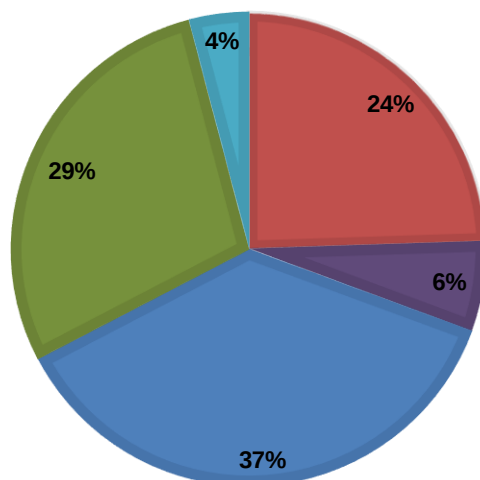


Gráfico 5 - Regiões das instituições em que atuam as profissionais
 Fonte: A autora

Em relação ao município de localização das organizações em que atuam as assistentes sociais, temos 76% de concentração no Rio de Janeiro. Porém, destacamos também a presença de 6 municípios da Baixada Fluminense que, de acordo com Silva (2024), trata-se de uma região considerada periférica e por vezes associada à pobreza e à violência. No entanto, há muito potencial na Baixada Fluminense, sobretudo no que se relaciona ao trabalho desenvolvido pelas organizações socioassistenciais que atuam neste território.

■ Rio de Janeiro ■ Belford Roxo ■ Duque de Caxias
 ■ Guapimirim ■ Nova Iguaçu ■ São Gonçalo
 ■ São João de Meriti ■ Seropédica

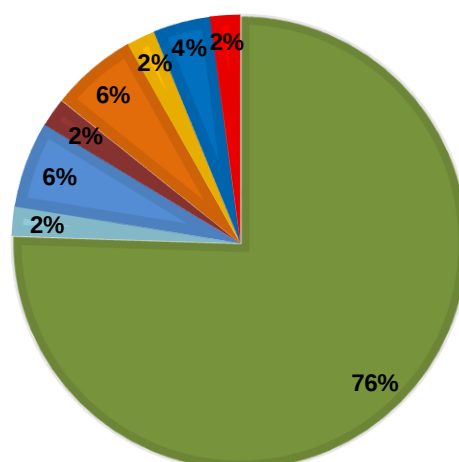


Gráfico 6 - Municípios das instituições em que atuam as profissionais
 Fonte: A autora

Quanto à formação complementar das assistentes sociais no universo da pesquisa, 57% de profissionais possuem pós-graduação em nível de especialização, um percentual expressivo. Em contraposição, há também 17% de respondentes que não possui nenhum tipo de formação complementar. Vale ressaltar a importância desta, seja ela em nível de especialização ou extensão, conforme observamos Silva (2022):

No entender dos alunos eles chegam à universidade sem o devido conhecimento e importância da extensão. E, apesar de no decorrer das atividades compreenderem, que enquanto atividade prática formativa, a extensão proporciona uma formação mais consciente, alunos mais convictos, críticos, indivíduos que saberão olhar para o outro como portador de direitos, conhecedor de uma realidade diferente da sua, na maioria das vezes iniciam suas experiências extensionistas mais tarde, e não no início do curso quando possuem mais oportunidade e maior disponibilidade (p. 117).

Apesar da compreensão da importância da formação complementar, por vezes, durante o período de graduação, os alunos não conseguem aderir às atividades extensionistas nos anos iniciais. Ademais, os profissionais que já estão em campo, certamente, encontram limites de tempo e recursos para aderir às atividades formativas extras. Destarte, em articulação do Código de Ética da profissão (1993), constitui-se direito do assistente social o aprimoramento profissional. Não houve marcação na opção de formação complementar – especialização / Doutorado, por isso esse dado não consta no gráfico.

■ Não possui
 ■ Sim, Cursos de Extensão
 ■ Sim, Pós Graduação (Especialização)

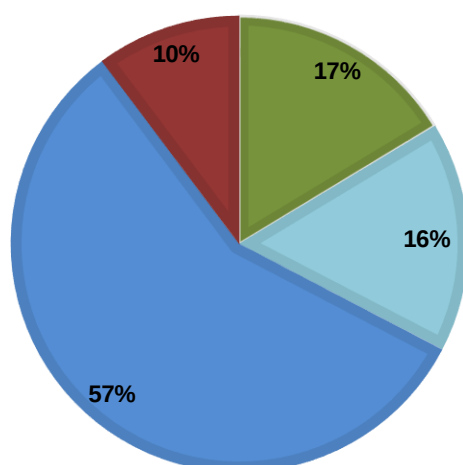


Gráfico 7 - Formação complementar das profissionais
 Fonte: A autora

Em relação ao cargo atualmente exercido nas organizações, 84% das profissionais participantes atuam diretamente na função de assistente social. Há também 12% em cargos de coordenação, no entanto, mesmo em função de gestão, são essas profissionais que participam das ações educativas do programa. As assistentes sociais, no desenvolvimento das atribuições, podem exercer cargos de coordenação, gestão, treinamento, avaliação, perito, assessoria, consultoria, dentre outras classificações, desde que estejam relacionados a matéria do Serviço Social, de acordo com o Código de Ética vigente.

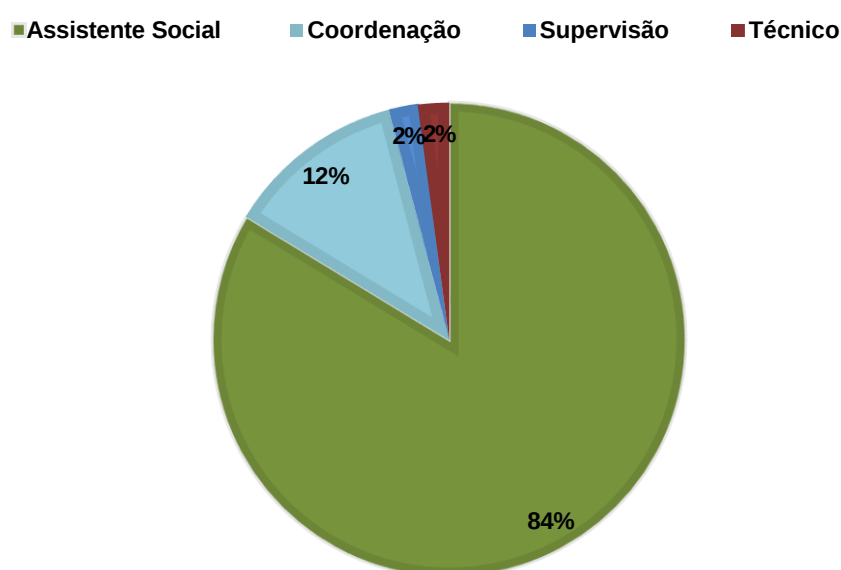


Gráfico 8 - Cargo exercido na instituição
Fonte: A autora

A partir dos dados levantados neste primeiro bloco, que trata do perfil das assistentes sociais respondentes, é possível delinear o seguinte panorama: as participantes estão distribuídas em uma faixa etária ampla, variando entre 26 e 59 anos; o grupo é majoritariamente feminino, com expressiva presença de mulheres que se autodeclararam pretas e pardas, conforme os dados de autodeclaração racial. Quanto ao tempo de formação, observa-se que a maioria das profissionais possui trajetória consolidada na área, e, nesse grupo citado, todas têm mais de oito anos de formação e 35% já acumulam mais de 15 anos de exercício profissional, o que permite caracterizar o grupo como experiente e com ampla vivência na prática do Serviço Social.

Todas seguem atuantes em organizações da sociedade civil, com maior concentração nas Zonas Norte e Oeste. Cerca de 83% das assistentes sociais possuem algum nível de formação complementar, através de cursos de extensão, pós-graduação a nível de especialização e mestrado, atuando como assistentes sociais em organizações cadastradas no Sesc Mesa Brasil.

Neste sentido, no próximo tópico, buscaremos aprofundar o conhecimento acerca da atuação das profissionais respondentes da pesquisa, nas organizações socioassistenciais cadastradas no Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro, no sentido de compreendermos quanto tempo estão atuantes nela, qual o perfil dessas organizações em que atuam, bem como sobre a participação delas nas ações educativas do Sesc Mesa Brasil.

4.3.2

Práticas profissionais no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional

Para abordarmos este tópico da pesquisa, precisamos destacar o papel que as organizações socioassistenciais de base comunitária assumem na sociedade, como espaços sócio-ocupacionais para atuação das assistentes sociais que, de acordo com Nunes (2023), com o avanço do ultraneoliberalismo que aflige o Brasil, caracterizado pelo desmonte das políticas sociais, novos desafios são impostos, exigindo novas habilidades das profissionais para atender às necessidades sociais que se evidenciam a partir deste cenário. Nestas organizações encontramos:

Organizações de Base Comunitária majoritariamente liderados por mulheres, reconhecidas dentro e fora das favelas por seu ativismo social e político se fazem presentes nos locais de vida e de luta, cuja história desses lugares se entrelaça com suas trajetórias, numa atuação individual e coletiva. São essas mulheres que protagonizam a maior parte dessas organizações comunitárias — seja como criadoras, seja como gestoras. E aí também estão muitas assistentes sociais no exercício do seu trabalho profissional (Nunes et al, 2023, p. 167).

Assim, passaremos para a primeira questão do bloco dois de nossa pesquisa, quanto ao tempo de atuação nas organizações socioassistenciais, na qual obtivemos o resultado de 53% ao considerar as assistentes sociais que atuam entre 07 anos e acima de 10 anos nestas organizações, enquanto 47% estão em atuação entre 06 meses e 03 anos nas organizações, portanto temos um universo de respondentes equilibrado, entre um período recente e outro mais longo de atuação nas organizações socioassistenciais.

Um aspecto não explorado na pesquisa e que pode ser parte deste universo, são as assistentes sociais que assumem a responsabilidade de serem as profissionais de organizações que foram fundadas por elas, ou seja, elas são as representantes legais ou presidentas das organizações que fundaram, em função de uma necessidade do território em que vivem, tendo em vista da ineficiência do Estado e de ações públicas.

■ Apenas 06 meses ■ Entre 01 e 03 anos ■ Entre 07 e 10 anos ■ Acima de 10 anos

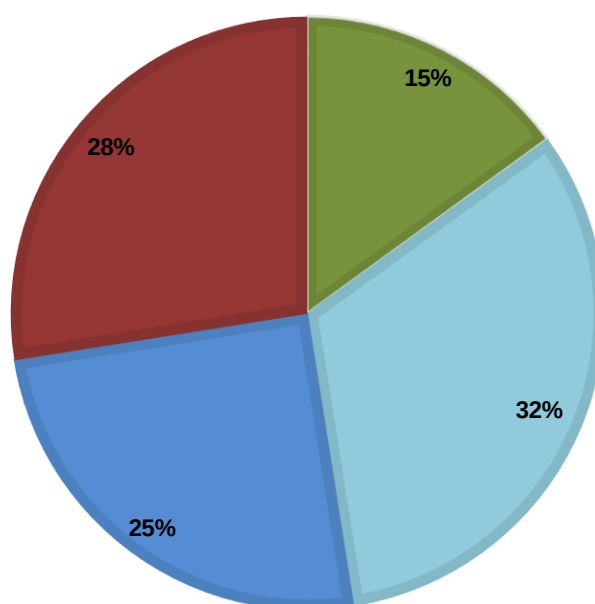


Gráfico 9 - Tempo de atuação nas organizações
Fonte: A autora

Quanto ao perfil das organizações em que atuam as assistentes sociais respondentes do estudo, apresentaremos, no quadro a seguir, para que possamos ter uma visualização mais adequada às múltiplas respostas.

Quadro 6 - Perfil das instituições em que atuam as assistentes sociais respondentes com percentual

Perfil das Instituições	Percentual de Respostas
Acolhimento Institucional – Casa de Passagens	4%

Acolhimento Institucional – Casas Terapêuticas	15%
Acolhimento Institucional – ILPI – Instituição de Longa Permanência para Pessoa Idosa	10%
Acolhimento Institucional - República	2%
Acolhimento para famílias	2%
Associação Civil de Cunho Filosófico, Religioso, Social sem fins lucrativos	2%
Creche	10%
Creche e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	4%
Organização Não Governamental	4%
Programa de Qualificação Profissional para Jovens Aprendizizes	2%
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	43%
Serviço Especial de Média Complexidade para Pessoas com Deficiência e suas Famílias	2%

Fonte: A autora

O universo de atuação das profissionais respondentes da pesquisa se mostra diversificado. A maior concentração de profissionais está nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que totalizam 43% ao considerar os espaços que são creches e SCFV simultaneamente, em consequente, temos os acolhimentos institucionais com 31%, seguidos das creches com 10%.

Vale ressaltar, que as organizações cadastradas no Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro são socioassistenciais não municipalizadas. Em alguns casos, essas organizações conseguem convênio com o município ou estado, mas em geral se mantêm com recursos próprios dos idealizadores e organizadores, contam com apoio de doações e ações solidárias, como campanhas de arrecadação (“vaquinhas”), sorteios, bazares e eventos festivos, organizados com o objetivo de garantir a continuidade das atividades desenvolvidas. Estas informações, partem do conhecimento empírico da pesquisadora, em atuação e atendimento a estas organizações no cotidiano profissional. Conforme destaca Nunes (2023):

[...] estas organizações são espaços de participação comunitária, de acolhimento e desenvolvimento de projetos que contribuem com a dinâmica da vida comunitária, em especial de crianças, adolescentes, jovens e mulheres. A pouca presença das políticas públicas cede lugar a outras presenças que fazem com que o território fale de si e para si. No entanto, reconhecemos que a garantia de direitos sociais é função do Estado e que estas práticas são mediadoras de necessidades e mudanças estruturais.

Portanto, apesar da primazia das políticas públicas e ações para atender a população ser do Estado, reconhecemos que as organizações socioassistenciais de base comunitária têm um papel essencial nesta conjuntura, devido à ausência dos setores públicos de todos os segmentos, nas áreas em que estão localizadas as organizações, por se tratarem de regiões com múltiplas mazelas. Destaca-se as que possuem assistentes sociais no quadro de profissionais, que devem atuar com foco na redução das desigualdades e pela garantia dos direitos.

A próxima questão abordada na pesquisa se refere sobre a participação das ações educativas desenvolvidas pela equipe de Serviço Social do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro, que aponta para a participação assídua de 86% das assistentes sociais respondentes, conforme o gráfico abaixo.

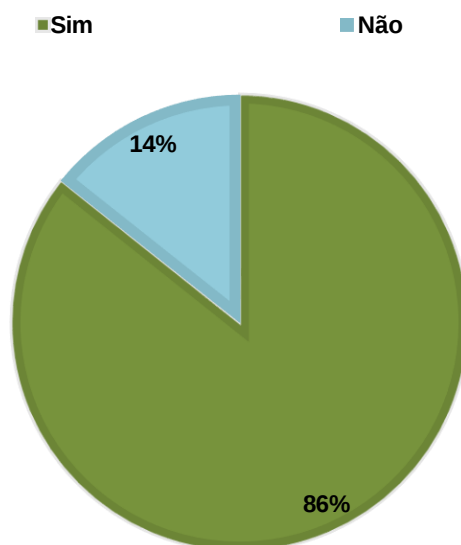


Gráfico 10 - Participa assiduamente das Ações Educativas

Fonte: A autora

A oferta das ações educativas tem um papel fundamental e são desenvolvidas pelas áreas de Serviço Social e Nutrição. As ações do Serviço Social possuem como público-alvo tanto representantes legais quanto assistentes sociais, integrantes das organizações socioassistenciais cadastradas. Os encontros, além de evidenciarem questões da operacionalização das atividades do programa no cotidiano, focam em discutir temas relevantes e atuais, que sejam

de interesse do grupo, bem como estimula a formação de redes locais com as organizações de uma mesma região, com vistas em fortalecer as ações e projetos desenvolvidos por elas em seus territórios.

As ações de nutrição são voltadas para o treinamento das cozinheiras das organizações cadastradas, com foco no aproveitamento integral dos alimentos, além de inserir conteúdos sobre práticas alimentares saudáveis que evitem o adoecimento. As ações do Serviço Social são voltadas a potencializar as organizações socioassistenciais atendidas e os profissionais que atuam nelas.

O trabalho do Mesa Brasil Sesc vai além da distribuição de alimentos. O programa desenvolve ações educativas nas áreas de Nutrição e Serviço Social, com o objetivo de promover a alimentação adequada, a reeducação alimentar e fortalecer a gestão das entidades sociais assistidas. A dimensão educativa é um diferencial, uma vez que procura potencializar o seu trabalho por meio da formação de agentes multiplicadores. Para isso, o Mesa Brasil promove atividades como cursos, oficinas e palestras para difusão de conhecimentos, troca de informações e experiências junto aos profissionais, voluntários e beneficiários das entidades sociais, bem como às empresas doadoras (Sesc, 2024).

Dentre as propostas das ações educativas realizadas está a realização de Seminários, que apesar de abordarem temas gerais, possuem como centralidade a discussão da Segurança Alimentar e Nutricional como direito humano fundamental. Portanto, a próxima questão abordada na pesquisa é sobre a participação nos seminários que, conforme o gráfico 11 a seguir demonstra, 82% das profissionais já participaram em ao menos uma das edições realizadas.

- Participei apenas em um
- Participei em dois seminários
- Participei em três seminários
- Participei das quatro edições dos seminários

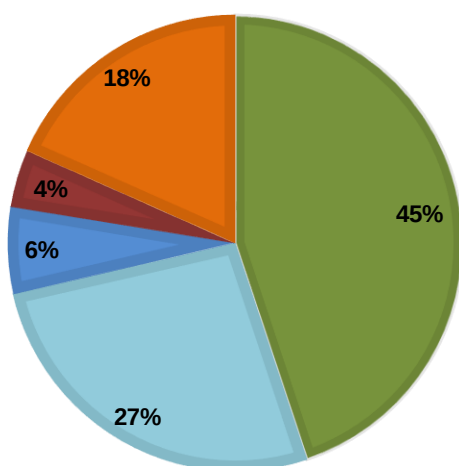


Gráfico 11 - Participação em alguma das edições dos seminários do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro que discutiu o tema fome
Fonte: A autora

Cabe destacar que a construção do primeiro seminário se deu na coletividade, com a contribuição dos profissionais da equipe do Sesc e das profissionais assistentes sociais das organizações, com a formação de uma comissão mista que elaborou, acompanhou e executou o seminário. “Coordenar seminários, encontros congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social” (Código de Ética, 1993, p. 47) é descrito como umas das atribuições privativas de assistentes sociais.

No entanto, as outras edições foram geridas pelas assistentes sociais do Sesc Mesa Brasil, envolveram outras áreas de conhecimento do próprio programa, todavia, sem a participação das organizações. Enquanto pesquisadora e profissional considero uma perda, pois a coletividade ampla, advinda de vários territórios, traz riquezas metodológicas e de pensamento para a experiência plena da ação e as assistentes sociais que atuam diretamente com esses usuários, simbolizando potenciais multiplicadores da educação para os direitos, de acordo com Sunsyaray, (2019):

[...] a aproximação direta e constante estabelecida pelo (a) assistente social com os (as) usuários (as) dos serviços favorece uma maior oportunidade de educar para os direitos, para o acesso à informação e para articulações em redes, associações, movimentos sociais e demais programas. [...] observa-se que as possibilidades citadas de ação não só dizem respeito aos assistentes sociais que trabalham diretamente nas frentes e organizações de movimentos sociais, mas à presença do profissional de Serviço Social nos mais diversos espaços de atuação (p. 9).

As assistentes sociais desempenham um papel fundamental nos campos de atuação profissional, no sentido de contribuir para a formação de uma sociedade com senso de coletividade, consciente dos direitos e que se envolve na luta pela garantia destes. Portanto, é um diferencial quando temos a participação de assistentes sociais que atuem diretamente com os usuários nas organizações e que acompanhem o cotidiano do público, para que a proposta teórica tenha finalidade prática para o exercício profissional no cotidiano.

Com objetivo de permitir o acesso à formação continuada para as assistentes sociais da rede, há dois anos a equipe propôs, dentre o planejamento das ações educativas a realização de um minicurso com temas de aplicação prática no mês de maio, quando se comemora o Dia da/o Assistente Social. Assim, busca contribuir para trabalho profissional das assistentes sociais que atuem nas organizações socioassistenciais cadastradas.

Sendo assim, perguntamos ao grupo respondente quantas participaram desta atividade proposta e obtivemos os seguintes resultados: 51% das respondentes não participou em nenhuma das edições; em contrapartida, 37% participaram em uma e 12% participaram das duas edições do minicurso. Vale ressaltar que, para os minicursos, são realizadas inscrições e há um número restrito de vagas, tendo por objetivo possibilitar o engajamento e a participação das profissionais inscritas. As atividades ministradas foram propostas com o uso da metodologia dos grupos focais e as rodas de conversa, que pressupõem grupos menores, para melhor desenvolvimento das atividades, o que pode ter impactado no número de respondentes que respondeu não ter participado em nenhuma das edições.

Os temas desenvolvidos no minicurso partiram das contribuições das assistentes sociais, em respostas ao formulário de pesquisa aplicado nas duas primeiras edições dos Seminários do Sesc Mesa Brasil, sendo o primeiro minicurso com tema O uso de metodologias participativas na prática profissional e o segundo minicurso intitulado como Ética profissional, uma análise do Código de Ética.

■ Sim, em uma das edições ■ Sim, nas duas edições ■ Não participei

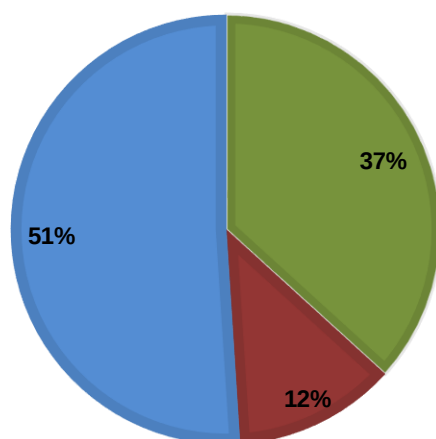


Gráfico 12 - Participação em alguma das edições do minicurso do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro que discutiu o tema fome
Fonte: A autora

Quanto aos temas desenvolvidos nas ações educativas, verificamos se as profissionais consideram que o conteúdo, abordado pela equipe de Serviço Social do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro, traz contribuições significativas para o exercício profissional nas organizações, questão que foi respondida com sim, por 100% do universo pesquisado.

Ao longo dos anos, os temas desenvolvidos são amplos e contam com a contribuição de todos os envolvidos, tanto dos representantes legais e assistentes sociais que participam dos encontros, quanto da equipe de Serviço Social do programa. Um dos temas centrais que move as ações educativas é a garantia da SAN para todos, tendo em vista que o Sesc Mesa Brasil é um programa de combate à fome e ao desperdício de alimentos e de segurança alimentar e nutricional.

Abordar essa questão com centralidade corrobora com os objetivos de educar para o direito humano à alimentação adequada e saudável, fomentando a ideia do não desperdício de alimentos, contribuindo para formar multiplicadores em prol da causa, estimulando a criação e fortalecendo redes locais das organizações que pensem e articulem ações de combate à fome e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional para o público.

No que se refere ao conhecimento sobre SAN, antes da participação nas ações educativas, ao observarmos o quadro 7, identificamos que 33% do público respondente considera ter pouco conhecimento sobre o tema, 57% consideram ter conhecimento médio e 10% conhecimento amplo sobre o tema.

Quadro 7 - Conhecimento sobre SAN, antes das ações educativas

Pouco	Médio	Amplo
33%	57%	10%

Fonte: A autora, 2025.

Destacamos que a SAN é um tema amplo, com vários níveis de complexidade e que não esgotaremos o entendimento sobre ele em nenhum momento da história, pois ela depende de múltiplos aspectos transversais que a atravessam, como regionalização, cultura alimentar, fator econômico, acesso regular e permanente, ou seja, pautas que precisam ser discutidas em todo o território nacional, pois não podemos discutir a SAN a partir de uma única perspectiva e olhar.

Conforme Neves e Ribeiro (2024), é necessário fomentar a criação de projetos que tenham no escopo a realização da soberania alimentar, desde o incentivo ao plantio sem agrotóxicos, que respeite o solo, a fauna e a flora, bem como o incentivo aos movimentos sociais anticapitalistas, em prol da terra e do território.

A SAN é compreendida como central em nosso estudo. Aprofundar e incentivar as discussões que perpassam por ela é indispensável, principalmente como forma de fazê-la cada vez mais conhecida e compreendida por todos como direito, como política pública e assim, como essencial para a vida e subsistência. Portanto, ressalto a indeclinável responsabilidade de todas as equipes das unidades Sesc Mesa Brasil em território nacional abordarem a SAN, que defendemos e almejamos para toda a população brasileira.

Em continuidade a pesquisa, verificamos se as profissionais consideram que houve ampliação do nível de conhecimento sobre a SAN, após a participação nas ações educativas do Serviço Social que, conforme o quadro 8, apresentou 88% de respondentes que consideram ter ampliado em algum nível o conhecimento sobre SAN.

Quadro 8 - Considera que houve ampliação do conhecimento sobre SAN, após a participação nas ações educativas

Sim, pouco	Sim, foi ampliado	Não houve alteração
8%	88%	4%

Fonte: A autora, 2025.

Ampliar o debate da SAN dentro da categoria profissional do Serviço Social, contribui para construção de um pensamento coletivo, cuja análise não é consenso, no entanto majoritária a respeito do tema, retrata o cenário da insegurança alimentar como um produto do sistema capitalista em um país de capitalismo dependente, que exporta e não prioriza a sua população para consumo dos alimentos produzidos, e apesar da primazia dada exportação o país ainda ocupa um lugar periférico no sistema capitalista mundial (Neves e Ribeiro, 2024, p. 4) Assim, destacamos a relevância de fomentar a discussão sobre a segurança alimentar e nutricional no interior da categoria, bem como apresentá-la aos usuários, haja vista o potencial de transformação que emana da coletividade.

Outra questão que buscamos compreender, a partir do estudo, está vinculada à reaplicação dos conteúdos que foram ministrados nas ações nas organizações em que atuam. Os resultados obtidos apontam que 88% das assistentes sociais já replicaram os conteúdos ministrados nas ações educativas do Serviço Social nas organizações em que desenvolvem o exercício profissional, conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro 9 - Replicou conteúdo das Ações Educativas do Serviço Social na Instituição

Sim	Não
88%	12%

Fonte: A autora, 2025.

Enquanto pesquisadora, partia da hipótese de que existiriam limites institucionais, em relação à reaplicação dos conteúdos abordados nas ações educativas, no interior das organizações. No entanto, os dados obtidos por meio das respostas das assistentes sociais revelaram uma receptividade significativa por parte das lideranças institucionais.

Esse cenário pode ser atribuído, em parte, à relativa autonomia que a assistente social possui no exercício da prática profissional, a qual deve ser orientada por uma perspectiva contra-hegemônica – ainda que esteja inserida em uma lógica de venda da força de trabalho, como analisa Iamamoto (2008):

Historicamente, o Serviço Social tem se constituído como uma profissão liberal, regulamentada pela Lei 8662/93 e norteada por princípios contidos em seu código de Ética, o que lhe confere uma dimensão ético política dada a sua vinculação a um projeto profissional. Neste sentido, o Assistente Social passou a atuar em diversos espaços sócio-ocupacionais, sendo a ele requisitado o desenvolvimento de pesquisas e práticas interventivas que contribuam não apenas com as formulações e execuções de políticas, mas que também ofereçam subsídios para delinear elementos críticos necessários ao desenvolvimento de uma prática profissional contra hegemônica (Oliveira, 2018, p. 4).

É neste sentido, na realização do exercício profissional, que a assistente social precisa se comprometer plenamente com o seu Código de Ética e Projeto Ético-Político da profissão, em qualquer espaço sócio-ocupacional que esteja atuando. Assim, deve estar disponível a desenvolver e propor pesquisas, operando com os instrumentos técnico-operativos, com o intuito de contribuir para formulação e para a execução plena das políticas públicas. Apesar de todas as circunstâncias do cotidiano e do ambiente sócio-ocupacional, é preciso caminhar em um exercício profissional pautado na concepção da contra hegemônica.

Neste sentido, propomos entender quanto à realização de projetos que conectem SAN e Serviço Social, se as profissionais respondentes já realizaram projetos com este objetivo. Identificamos os seguintes resultados: 73% nunca realizou projetos com essa proposta, no entanto, 27% executou algumas ações e projetos relacionados.

Quadro 10 - Realizou projetos que conectem SAN e Serviço Social na instituição onde atua

Sim	Não
27%	73%

Fonte: A autora, 2025.

Com objetivo de dar continuidade à questão anterior elencada na pesquisa, relacionaremos a lista de projetos que foram realizados ou articulados pelas assistentes sociais nos espaços de atuação profissional. Conforme apresentado no quadro 11.

Quadro 11 - Projetos realizados ou articulados por assistentes sociais que conectem SAN e Serviço Social

Projetos
Desenvolveu um projeto de alimentação saudável;
Criou o projeto de combate à Fome ABAAC; E propôs o projeto nutricionista presente;
Criou um projeto com objetivo de esclarecer acerca da insegurança alimentar enquanto problema social e realizou parceria institucional com o projeto "Favela Orgânica" para esclarecer à equipe, alunos e responsáveis acerca do reaproveitamento dos alimentos;
Criou o projeto: "Alimentação Básica" um projeto que prevê o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social que são acompanhadas com apoio alimentar por 06 meses que pode ser prorrogado por mais 06, de acordo com a avaliação do Assistente Social;
Criou o projeto: Mão na Massa que se configurou em uma horta institucional, para fortalecimento de produção própria;
Criou o projeto: Alimentação saudável na educação infantil;
Articulou o projeto: Alimentação Saudável - Com campanhas de doações de alimentos conforme a recomendação da nutricionista da ILPI. Desde a gestão até a produção dos alimentos, e incentivo à valorização de hábitos alimentares mais saudáveis.

Não criou um projeto, mas articulou a realização do Pequeno Gourmet, projeto da área de nutrição do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro, para execução na instituição.
Articulou uma ação em SAN, convidou uma nutricionista para fazer uma ação educativa com os adolescentes, ela ensinou a receita de um bolo e pão integral que demora menos de 5 minutos para fazer. Desmistificando que toda alimentação saudável demora muito tempo para fazer e ficar pronta, e que também pode ser feito com poucos ingredientes.
Articulou: atividades com as crianças e adolescentes, palestras sobre aproveitamento integral dos alimentos com as famílias. Com apoio da equipe de Nutrição/cozinha da instituição.
Criou o Projeto Família: juntamente com a Nutrição - através das Oficinas temáticas, rodas de conversa sobre aproveitamento de alimentos, importância nutricional, qualidade dos alimentos.
Realizou parceria com a secretaria de trabalho e renda no curso de gastronomia

Fonte: A autora, 2025.

A partir da descrição que os profissionais deram aos projetos idealizados pelas assistentes sociais, que correspondem aos 27% das respondentes, que informaram já ter realizado um projeto que conecte SAN e Serviço Social, temos uma breve compreensão sobre o perfil das atividades relacionadas à SAN, que são desenvolvidas nas organizações cadastradas pelas assistentes sociais. Notamos que as ações contam com a articulação, organização e planejamento do Serviço Social e a execução direta envolve a equipe multidisciplinar da instituição, sobretudo as cozinheiras e nutricionistas.

Vale ressaltar que, dentre as atividades descritas pelas profissionais, identificamos algumas que não se configuram como projetos e sim em ações de caráter pontual. Ainda assim, representam um movimento no sentido de trazer a SAN para o universo das ações profissionais, mesmo que não seja em um lugar de centralidade. É importante considerar que as organizações, nas quais as assistentes sociais participantes atuam, não são unidades que desenvolvem papéis primários em relação à SAN.

Embora ofertem alimentação ao público, elas desempenham outras funções principais, conforme apresentamos no quadro 6 deste estudo. Faz-se necessário lembrarmos que nenhum governo poderá concluir a tarefa de garantir a realização da segurança alimentar a todas as pessoas, sem o apoio e a articulação da sociedade e dos atores envolvidos. Neste sentido, Valente (2003) descreveu:

Nenhum governo, sem o apoio efetivo da maioria da sociedade brasileira, será capaz de atingir esta meta. São imensos os desafios nacionais e internacionais que terão que ser ultrapassados para que consigamos efetivamente reduzir as brutais desigualdades que maculam a humanidade e cidadania de todos nós. O Brasil precisa mais do que um projeto de combate à fome. Precisamos de uma política nacional de promoção de alimentação, nutrição e modos de vida saudáveis, enquanto parte integrante de um processo de desenvolvimento humano sustentável, com a meta central de promover a dignidade humana e a redução da discriminação e das desigualdades (p. 59).

As assistentes sociais, enquanto uma categoria comprometida com a garantia dos direitos, em cujo Código de Ética Profissional constam, dentre os princípios fundamentais, buscar a ampliação e a consolidação da cidadania, com objetivo de garantir acesso aos direitos sociais, civis e políticos das classes trabalhadoras (CFESS, 1993), devem ser parte integrante e fundamental nesta luta pelo fortalecimento das políticas e ações, que visem combater e erradicar a fome.

Portanto, neste segundo bloco identificamos quanto ao período de atuação das assistentes sociais nas organizações onde atuam. Neste sentido, a pesquisa demonstrou um equilíbrio entre profissionais que recém chegaram às estas, que somam 47% das respondentes e as assistentes sociais com longo período de atuação, um grupo de 53%. Quanto ao perfil das organizações, foram verificadas 11 categorias de atividades distintas desenvolvidas por elas, sendo a margem de concentração maior dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que somam 43%.

No que se refere à participação nas ações educativas, seminários e minicursos, encontramos percentuais expressivos de participação, embora com menos de adesão aos minicursos. Quanto à contribuição significativa dos conteúdos desenvolvidos nas ações educativas para o exercício profissional, todas respondentes consideram que há.

Sobre o nível de conhecimento em SAN ter sido ampliado após a participação nas ações educativas e a reaplicação dos conteúdos desenvolvidos ao seu público atendido, obtivemos o índice de 88%. Em relação ao desenvolvimento de projetos que conectem SAN e Serviço Social, verificamos

27% de respondentes que indicaram ter realizado algum projeto específico em SAN e 73% das profissionais não desenvolveram nenhum projeto relacionado.

Sendo assim, consideramos pertinente abordar, no último bloco da pesquisa, como está a participação das assistentes sociais nos espaços de controle social e, assim, compreendermos como as assistentes sociais participantes da pesquisa estão envolvidas nestes espaços de tomada de decisão, capazes de definir os rumos das políticas públicas em SAN e outras políticas que integram o conjunto de medidas para atender a população nas necessidades essenciais.

4.3.3

Assistentes Sociais e a participação nos espaços de controle social

Ao iniciarmos o bloco três da pesquisa, precisamos conceituar de que controle social se fala, no sentido de indicar sob qual perspectiva iremos abordá-lo, tendo em vista que, historicamente, ele encontra múltiplos sentidos e pode ser abordado ambigualmente, a depender se pelo Estado ou pela sociedade civil, portanto, consideramos, de acordo com Correia (2005):

O controle social na perspectiva das classes subalternas visa a atuação de setores organizados na sociedade civil que as representam, na gestão das políticas públicas no sentido de controlá-las para que atendam, cada vez mais, às demandas e aos interesses dessas classes. Neste sentido, o controle social envolve a capacidade que as classes subalternas, em luta na sociedade civil, têm para interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos interesses destas classes, tendo em vista a construção de sua hegemonia (p. 68).

Portanto, o controle social é um instrumento importante que compõe os espaços de luta para as classes subalternas, as quais precisam ocupá-los, para que possam influenciar nas decisões e direcionar as políticas públicas, para que atendam aos interesses destas classes, com a projeção de uma hegemonia. Sendo assim, a inserção das profissionais de Serviço Social, nesses espaços, deve representar o interesse dessas classes, a que eles representam, conforme Iamamoto (2014):

Como a sociedade é atravessada por projetos sociais distintos — projeto de classes para a sociedade — tem-se um terreno sócio-histórico aberto à construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. É essa presença de forças sociais e políticas reais — e não mera ilusão — que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais (p. 610 - 611).

Assim, a primeira questão do bloco três consistiu em verificar quanto a participação das profissionais respondentes nas Conferências e Pré-Conferências relacionadas ao tema da Segurança Alimentar e Nutricional, questão na qual identificamos que 71% das assistentes sociais respondentes não participam da conferência e pré-conferências realizadas referentes à SAN.

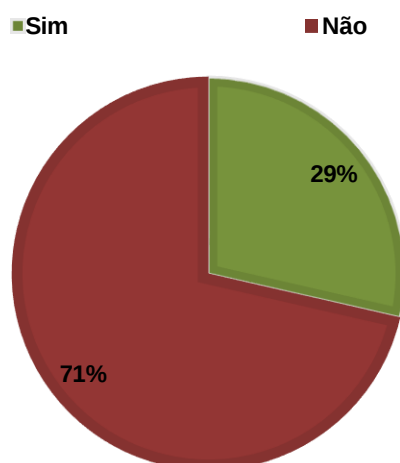


Gráfico 13 - Participação na Conferência e Pré-Conferências em SAN
Fonte: A autora, 2025.

Do percentual de 29% das respondentes que participam da conferência e pré-conferências, decidimos investigar se essa participação se deu anterior ou posterior à inserção nas ações educativas, para as quais obtivemos o seguinte resultado: 57% iniciou a participação nas conferências e pré-conferências, a partir da inserção nas ações educativas.

■ Anterior, a participação nas Ações Educativas
■ Posterior, a participação nas Ações Educativas

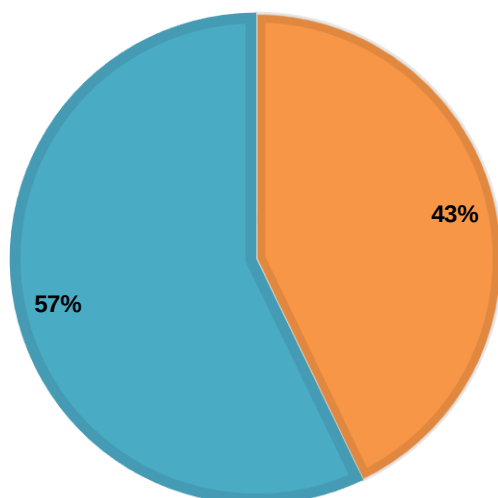


Gráfico 14 - Se respondeu sim, a questão anterior, responda se sua participação na Conferência e nas Pré-conferências é anterior a participação nas ações educativas ou posterior

Fonte: A autora, 2025.

Portanto, ressaltamos duas questões que consideramos relevantes. A primeira é a necessidade de trabalhar o sentimento de pertença, junto à categoria profissional, quanto ao tema da segurança alimentar e nutricional, uma questão que urge pela atuação do Serviço Social, tendo em vista que identificamos que ainda há um grande número de profissionais que não participam da conferência e das pré-conferências em SAN. A segunda questão se refere às ações educativas, no sentido da percepção de que elas têm contribuído para uma crescente adesão ao tema, conforme o gráfico 14.

Ao considerarmos o universo da pesquisa, que figura de múltiplos perfis das organizações nas quais atuam as assistentes sociais, optamos por identificar a participação das profissionais em outros conselhos de direitos. Assim, quanto a essa participação, obtivemos o seguinte resultado: 75% das assistentes sociais participam prioritariamente de dois Conselhos, o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social.

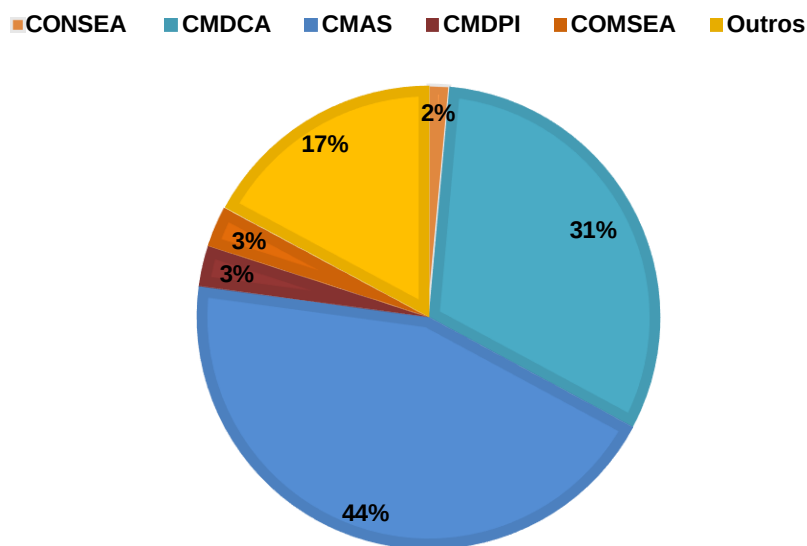


Gráfico 15 - Participação em Conselhos de Direitos

Fonte: A autora, 2025.

Portanto, reconhecemos que as profissionais estão envolvidas nos espaços de controle social, no entanto, em conselhos que atuam transversal ao tema da SAN e não diretamente com ele. Mesmo assim, vale ressaltar que o CMAS, no sentido de um órgão que reúne representantes da sociedade civil e do governo, com vistas a estabelecer as regras e fiscalizar todos os serviços socioassistenciais, sejam do Estado ou de organizações de bases comunitárias conveniadas, é essencial para a formação da rede de proteção social, sendo a segurança alimentar e nutricional um dos direitos previstos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O CMAS foi estabelecido na Lei Orgânica de Assistência Social – Lei nº 8.742/1993.

Embora não tenha sido diretamente investigado nesta pesquisa, um aspecto, que pode influenciar a participação das assistentes sociais em conselhos específicos, tem relação com os interesses que as organizações onde atuam têm de ocuparem espaços de participação social específicos, contudo, conforme Iamamoto (2014):

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação as forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional (p. 611).

Sendo assim, compete às profissionais, no exercício das atribuições, entender plenamente as necessidades do campo de trabalho, para além dos aspectos que interessam apenas as organizações que representam, de modo que possam articular os projetos de trabalho a partir da realidade viva e não meramente pelos interesses do empregador.

A próxima questão abordada no estudo se refere à participação nos conselhos, se as profissionais já participavam dos referidos conselhos antes de participar das ações educativas. Identificamos que 67% já participavam e, no entanto 33% só iniciou a participação após a inserção nas ações educativas.

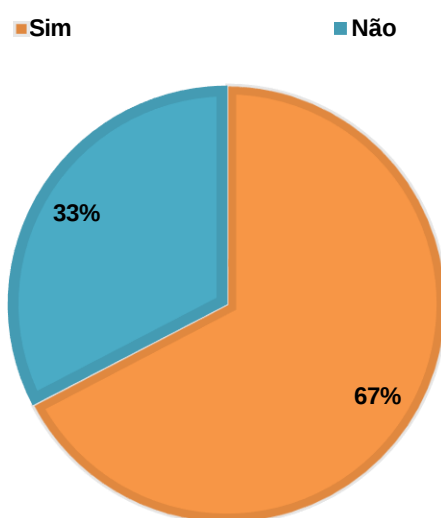


Gráfico 16 - Participava de algum Conselho antes das Ações Educativas?

Fonte: A autora, 2025.

Tendo em vista que as profissionais demonstram uma expressiva participação nos conselhos, mesmo que anterior à ação educativa. Buscamos, com a próxima questão de pesquisa, identificar se, dentre as profissionais, houve a inserção em mais algum conselho de direitos a partir desta participação. Verificamos que 2% das respondentes aderiu a mais um conselho de direitos, sendo ele, o CONSEA. Apesar de um percentual pequeno, notamos a importância de um trabalho continuado para perpetuar as sementes da responsabilidade coletiva, no sentido de trabalhar pela garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, ou seja, a SAN que almejamos para todos.

A próxima questão abordada na pesquisa se referia à percepção dos profissionais sobre as ações educativas, se eles consideravam que as ações educativas desenvolvidas pelo Serviço Social, do Sesc Mesa Brasil Rio de

Janeiro, estimulam o diálogo com a SAN, questão para qual todo o universo de respondentes optou pelo sim.

Assim, passamos à questão que consistiu em verificar se as profissionais consideram que as ações educativas, desenvolvidas pela equipe de Serviço Social do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro, estimulam a inserção nos espaços de controle social. Neste sentido, 94% do universo respondente considera que as ações estimulam essa inserção.

Quadro 12 - Considera que as ações educativas desenvolvidas pela equipe de Serviço Social do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro estimulam sua inserção nos espaços de controle social?

Sim	Não
94%	6%

Fonte: A autora, 2025.

Há que se considerar que a participação social é essencial para promover a garantia dos direitos para a população pois, face ao histórico ditatorial que o Brasil vivenciou e a recente aproximação com modelos de gestão presidencial autoritários, faz-se necessário reconhecer que o estímulo a essa participação em todos os espaços educativos é essencial, pois em meio ao autoritarismo o controle social ganha outro sentido que, de acordo com Correia (2005):

Durante o período da ditadura militar, o 'controle social' da classe dominante foi exercido através do Estado autoritário sobre o conjunto da sociedade, por meio de decretos secretos, atos institucionais e repressão. Nesse período, a ausência de interlocução com os setores organizados da sociedade, ou mesmo a proibição da organização ou expressão dos mesmos foi a forma que a classe dominante encontrou para exercer o seu domínio promovendo o fortalecimento do capitalismo na sua forma monopolista (p. 68 - 69).

Assim, afirmamos a necessidade da categoria profissional do Serviço Social utilizar dos espaços de participação que, em tempos de governo democrático seguem em pleno funcionamento, de modo que possamos contribuir para a condução dos processos de tomada de decisão, em relação às políticas públicas em SAN e nas múltiplas frentes da garantia de direitos.

Outra questão, elencada no estudo, foi sobre a produção de artigos relacionados à SAN, revelando que 10% das profissionais respondentes já elaboraram artigos sobre Segurança Alimentar e Nutricional. Apesar das assistentes sociais participantes da pesquisa não atuarem em organizações de

realização direta da SAN, percebemos uma aproximação com a temática, que pode ser atribuída à abordagem sistêmica do tema, nas ações educativas do Serviço Social realizadas para o grupo de profissionais participantes.

Quadro 2 - Produz artigos sobre SAN?

Sim	Não
10%	90%

Fonte: A autora, 2025.

Por fim, a última questão da pesquisa está relacionada se as profissionais consideram que, as ações educativas, desenvolvidas pelo Serviço Social do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro, contribuem para a prática profissional das assistentes sociais nas organizações cadastradas. O resultado obtido é que 100% das respondentes consideram que os temas desenvolvidos contribuem para a prática profissional das assistentes sociais.

Dessa forma, é possível afirmar que existe aproximação das profissionais assistentes sociais, que atuam nas organizações cadastradas na rede do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro, com a segurança alimentar e nutricional, a partir da participação nas ações educativas, tanto na produção de artigos, quanto na execução de projetos e ações que relacionem SAN e Serviço Social.

A pesquisa evidenciou que as profissionais são mais atuantes nos espaços de controle social, relacionados à garantia dos direitos da criança e dos adolescentes e na Assistência Social, apesar de um pequeno crescimento no ingresso nos Conselhos Nacional e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Neste íterim, o protagonismo da categoria na participação social em espaços mais categóricos fica evidenciado, no entanto, em relação à SAN, nota-se que há um longo percurso a ser trilhado.

5

Considerações finais

“Nomear a fome não somente como conceito, mas experiência, nos parece ser um dos caminhos de resistência para os conceitos técnicos, as teorias conformistas ou as produções colonialistas daqueles que comem” (Frutuoso; Viana, 2021, p. 2).

É necessário pensar a fome ou a insegurança alimentar a partir da vivência. É partindo dessa premissa que nasceu o objetivo deste estudo, que rompe com a visão das produções conformistas e colonialistas, de quem fala de fome sem ter a experienciado, bem como não propõe caminhos para vencê-la.

Essa dissertação está fundamentada em vertentes da teoria crítica, tendo por objetivo realizar uma investigação a respeito da segurança alimentar e nutricional, correlacionando com a atuação profissional do Serviço Social, a partir da inserção profissional em ações educativas ligadas ao tema. O Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro e as práticas educativas desenvolvidas pela equipe de Serviço Social da unidade compuseram o contexto da pesquisa.

Inicialmente, realizamos um levantamento histórico sobre a fome e o conceito construído a partir de Josué de Castro e outros pensadores do tema, como Carolina Maria de Jesus, de modo a contextualizar o cenário do país mediante ao “fenômeno da fome”. Esse fenômeno que se desfez ao apresentarmos à luz das reflexões teóricas, a fome não como algo natural e sim socialmente produzida, a partir do modelo de sistema econômico capitalista vigente.

A fome foi abordada a partir da perspectiva da questão social, neste sentido, a compreendemos como “[...] a subversão do humano, própria da sociedade capitalista contemporânea, que se materializa na naturalização das desigualdades sociais e na submissão das necessidades humanas ao poder das coisas sociais [...]” (IAMAMOTO, 2008, p. 125), assim, a questão social se estabelece generalizada, como algo comum à vida em sociedade, no entanto, há a necessidade de trazermos ao debate as implicações e os fatores que a determinam.

O Brasil nasceu tendo por base as desigualdades, cujos determinantes se encontram enraizados nos resquícios históricos do processo de escravização e colonização, bem como, na concentração de riquezas nas mãos de poucos, que impactam diretamente em gerar a ausência de alimentação, a violência, a pobreza extrema, o desemprego, dentre outras questões que são consequências deste

legado naturalizado das desigualdades. Ao consultarmos o índice de Gini (2023), identificamos uma diminuição nestas diferenças, em comparação ao índice do ano anterior. No entanto, elas ainda persistem e estão longe de atingir o resultado desejado, que se fará ao alcançarmos a inexistência das desigualdades na forma multidimensional.

Apresentar os programas e ações construídas ao longo dos anos, os equipamentos e programas, foi parte essencial do estudo, para que pudéssemos compreender como foi estruturada a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com vistas a atingir o objetivo principal de assegurar alimentação saudável para toda a população.

É importante destacar que é sobre comida de verdade que estamos renunciando, ou seja, é sobre iniciar com o aleitamento materno e seguir com a alimentação baseada na produção da agricultura familiar, de bases agroecológicas, sem uso de agrotóxicos e transgênicos, com o fomento e a garantia da soberania alimentar, a respeito das escolhas dos povos, com consideração à memória, aos saberes e sabores. Esta é a alimentação que a política pública em SAN visa fomentar e garantir e que defendemos.

Neste íterim, cabe destacar a questão central de pesquisa, sobre as ações educativas desenvolvidas pela equipe de Serviço Social do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro e o exercício profissional das assistentes sociais das organizações socioassistenciais participantes do programa, no que se refere a realização da SAN ao público usuário.

Portanto, ao elaborarmos esse estudo, propusemos como questão central: Compreender como as ações educativas desenvolvidas pelo Serviço Social do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro contribuem com o trabalho profissional das assistentes sociais que atuam nas organizações socioassistenciais participantes do programa no que tange a realização da SAN aos usuários atendidos.

Como objetivos específicos: Mapear o perfil dos assistentes sociais atuantes nas organizações socioassistenciais cadastradas no programa; Verificar o envolvimento da categoria profissional de Serviço Social atuante nas organizações socioassistenciais cadastradas no programa Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro em espaços de participação social que dialogam com a temática a Segurança alimentar e Nutricional; Identificar estratégias e desafios postos aos profissionais de Serviço Social atuantes nas organizações socioassistenciais cadastradas no enfrentamento a IAN e rumo a construção da Segurança Alimentar e Nutricional.

Neste sentido, para desenvolver o estudo, optamos pelo caminho metodológico da pesquisa qualitativa, associada ao questionário semiestruturado que foi aplicado via plataforma *online*, *Google Forms*. O questionário atingiu o número de 49 participantes, sendo este universo composto por assistentes sociais atuantes nas organizações socioassistenciais cadastradas no Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro. Desde março de 2024 a fevereiro de 2025, realizamos a revisão bibliográfica do tema em questão, na qual foram considerados artigos, livros, textos acadêmicos, legislações, tanto da categoria profissional do Serviço Social, quanto as que se referem ao tema em estudo.

Quanto às categorias Segurança Alimentar, Serviço Social, Organizações Socioassistenciais, Ações Educativas e Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro, através da análise de conteúdo, realizada nas respostas obtidas através do formulário aplicado, identificamos que a abordagem dos temas discutidos com relação à Segurança Alimentar, estão presentes no cotidiano do profissional de Serviço Social que atua nas organizações, de formas singulares, no entanto, não ocupam um lugar de protagonismo.

Quanto ao Serviço Social, que em hipótese levantada, tem as profissionais envolvidas nos espaços de controle democrático, a partir da inserção nas ações educativas, identificamos que muitas profissionais já participavam em espaços de controle social democrático, mas que, ainda assim, um percentual relevante de profissionais considera que as ações educativas estimulam essa participação. Houve também um aumento na procura dos conselhos de direitos que discutem SAN, a partir da participação nas ações educativas.

Na abordagem sobre as organizações socioassistenciais, que em hipótese elencada pensávamos ser um espaço tensionado que limitaria a reprodução de ações educativas temáticas ao público, obtivemos uma resposta distinta, pois houve uma grande aceitação das lideranças das organizações em permitir aos profissionais de Serviço Social reaplicarem as ações ministradas a que tiveram acesso no Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro.

As ações educativas foram consideradas pelo total de respondentes como atividades que promovem o diálogo dos profissionais com a SAN, bem como consideram que os temas desenvolvidos trazem contribuições significativas para a prática profissional das assistentes sociais, nas organizações socioassistenciais cadastradas.

Identificamos, assim, que as ações educativas ocupam um lugar de importância no incentivo às discussões sobre SAN e outros direitos, além de contribuir para o estímulo dos profissionais aos espaços de controle social

democrático. Ainda assim, há necessidade de se pensar em estratégias que levem à compreensão dos profissionais quanto à relevância de sua atuação como protagonistas, quanto à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional ao público usuário, pois essa política pública não é bandeira de luta de apenas uma categoria profissional, deve ser amplamente levantada, envolvendo a multidisciplinaridade.

Com isso, considero que as equipes profissionais do Sesc Mesa Brasil, a nível nacional, precisam propor, de forma integrada, um movimento de mobilização nacional, em busca da Segurança Alimentar e Nutricional que almejamos, sendo plena, real e experienciada por todas as pessoas, com soberania alimentar e respeito às diversidades culturais e regionais.

A realização de um seminário nacional, idealizado e realizado pelas mãos dos profissionais que possuem conhecimento técnico, mas também empírico, a partir das experiências cotidianas, na maior rede de bancos de alimentos privados da América Latina, pode ser um instrumento que levante a bandeira do tema e gere propostas de referência.

Pois, conforme dialogamos com Guerra (2022), os discursos políticos sobre estabilização econômica, de modo a contingenciar os recursos que deveriam ser direcionados para saúde, alimentação e assistência social, têm sido eficientes para enviar garantias que são essenciais ao desenvolvimento humano no país. Apesar das lutas conduzidas por movimentos sociais nas três últimas décadas pelo DHAA, ainda temos pouca aderência coletiva, que pode ser reflexo da construção histórica baseada na escravização e dependência - o que implica na efetivação dos direitos no Brasil.

Portanto, faz-se necessário realizar um processo de mudança, através da formação da população, com informação e garantia de acesso à educação não formal, sobre política e participação, para propor mudanças no poder legislativo e executivo, bem como serem capazes de se posicionar para influenciar o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas em SAN.

Contribuirmos para fortalecer os movimentos sociais já existentes e, enquanto categoria, ocupar os espaços de decisão sobre SAN se faz imperativo. Enquanto categoria profissional, é preciso incentivar a formação de seres comprometidos e com responsabilidade com a pauta da Segurança Alimentar e Nutricional, que mobilizem transformações em todos os aspectos que perpassem a garantia da alimentação como direito humano essencial.

Ressaltamos que nossa pesquisa demonstrou os resultados de apenas um grupo do universo de profissionais, que atuam nas organizações

socioassistenciais no Rio de Janeiro, dentre uma rede ampla de bancos de alimentos. No entanto, não tínhamos a pretensão de esgotar o debate acerca do tema. Salientamos a importância da pesquisa continuada e da análise de outros territórios, com vistas a acrescentar contribuições e elencar novas proposições de intervenção profissional multidisciplinar, buscando assegurar o direito humano à alimentação adequada e saudável para todas as pessoas.

6

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Pobreza e extrema pobreza recuam no Brasil em 2023.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-04/pobreza-e-extrema-pobreza-recuam-no-brasil-em-2023#:~:text=J%C3%A1%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20extrema,econ%C3%B4mico%20e%20social%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 11 nov. de 2024.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

AZEVEDO, Darana Carvalho de., **Vamos, sim, falar de fome!** R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 3, p. 488-497, set.-dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/Gnzm5RSPRZRsnCypdhCxsNF/> Acesso em: 20 fev. 2023.

BOSCHETTI, Ivanete. **Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n.128, p.54-71, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/LPjQQGPrjNGJ6ZnCsKmn3wx/?format=pdf>. Acesso em: 21 jan. 2023.

BOVOLENTA, Gisele A. **Cesta básica e Assistência Social:** notas de uma antiga relação. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 130, p. 507-525, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/7f5DsXpKXHW4GkVFt4jKxh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm#:~:text=Lei%20n%C2%BA%2011.346&text=LEI%20%C2%BA%2011.346%2C%20DE%2015%20DE%20SETEMBRO%20DE%2006.&text=Cria%20o%20Sistema%20Nacional%20de,adequada%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). **Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN.** Brasília, CAISAN, 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/caderno1_sisan.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos.** Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-aco-es-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 11 nov. 2024.

BRASIL. **O que é o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional#:~:text=%E2%9E%A2%20Plano%20Nacional%20de%20Seguran%C>

3%A7a,de%20Seguran%C3%A7a%20Alimentar%20e%20Nutricional. Acesso em: 11 nov. 2024.

BRASIL. **O que são os bancos de alimentos.** Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/equipamentos-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/banco-de-alimentos>. Acesso em: 03 jan. 2025.

BRASIL. **O que são as cozinhas comunitárias.** Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/equipamentos-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/cozinha-comunitaria>. Acesso em: 03 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. **Decreto nº11.802, de 28 de novembro de 2023.** Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pela Lei nº14.628, de 20 de julho de 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.696/2003, de 02 de julho de 2023.** Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº14.628, de 20 de julho de 2023.** Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021.

BRASIL DE FATO. **Volta do PAA, lembre o que é o programa e como ele impacta famílias brasileiras.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/31/volta-do-paa-relembre-o-que-e-o-programa-e-como-ele-impacta-familias-brasileiras>. Acesso: 10 jan. 2025.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** Campinas, 1975. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

CARDOSO, M. R. G.; OLIVEIRA, G. S.; GHELLI, K. G. M. **Análise de Conteúdo: Uma Metodologia de Pesquisa Qualitativa.** Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 43, p.98-111, 2021.

CASTRO, Josué de. (1908-1973) **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** São Paulo: Todavia, 2022.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional.** Brasília (DF): CFESS, 2022.

CORREIA, Maria Valéria Costa. **Desafios para do Controle Social: subsídios para a capacitação de conselheiros de saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

CORSI, Francisco Luiz. **O capitalismo dependente na visão de Florestan Fernandes**. In: TOTTI, Marcelo Augusto (org.). 100 anos de Florestan Fernandes: legado de ciência e militância. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 229-246. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p229-246>.

_____. **Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro**. Organização: Tereza Campelo, Ana Paula Bortoletto. – São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora: Elefante, 2022.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. São Paulo, Brasiliense, 2005. Coleção Primeiros Passos.

FAHEL, M. TELES, L. R. CAMINHAS, D.A. **Para Além da renda uma análise da pobreza multidimensional no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.31, nº 92, outubro/2016.

FAO, **Fome Zero: O Programa que tirou o Brasil do Mapa da Fome**. Disponível em: <https://pactocontrafome.org/fome-zero-o-programa-que-tirou-o-brasil-do-mapa-da-fome>. Acesso em: 09 fev. 2025.

_____. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Organizadora: Adriana Veiga Aranha. - Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v.1, 2010.

_____. **Fome Zero: A experiência brasileira** /José Graziano da Silva; Mauro Eduardo Del Grossi; Caio Galvão de França (orgs.); - Brasília: MDA, 2010.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRUTUOSO, MFP. VIANA, CVA. **Quem inventou a fome são os que comem: Da invisibilidade à enunciação – uma discussão necessária em tempos de pandemia**. Interface (Botucatu). 2021; 25: e200256.

GARCIA, D. S. S.; PSCHIEDT, E. L. S. **O Título Verde e os objetivos do desenvolvimento sustentável: um meio viável para o fomento à agricultura familiar sustentável no Brasil**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 20, e202390, 2023. Disponível em: <https://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/2390>. Acesso em: 22 fev. 2025.

GOMES, Eduardo G. M. **Conselhos gestores de políticas públicas: aspectos teóricos sobre o potencial de controle social democrático e eficiente**. Cad. EBAPE.BR, v. 13, nº 4, Artigo 12, Rio de Janeiro, out./dez. 2015.

GUEDES, Maria J. de Lima. VITAL, Tales W. MENELAU, Almir S. COSTA, José M. **Programa Banco de Alimentos do Serviço Social do Comércio em Pernambuco: Uma abordagem sistêmica**. Demetra, nº 13 (4), p. 1005-1022, 2018.

GUERRA, L.D. da S. **ComiDHAA de verdade para todos: desafios para efetivação do direito humano à alimentação adequada no cenário de crises no Brasil**. Saúde e Sociedade. São Paulo, v. 31, n 2, e210370pt, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2022.v31n2/e210370pt/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

GURGEL, A. M. et al. **Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fKJKgrTtT7rg6xGHdCQtyC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jan. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais.** Ser Social, Brasília, v.15, n.33, p. 261-384, jul./dez. 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 3 Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação acadêmico profissional no Serviço Social brasileiro.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, nº120, p.609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2024.

IANNI, Octavio. **A questão social.** Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 3, p. 145–154, 1989.

IBGE. **Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021.** Rio de Janeiro. Estatísticas Sociais. IBGE, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcançar-36-7-em-2021>. Acesso em: 11 mar. 2024.

ISTO É. **Quase metade da riqueza do Brasil está concentrada na mão de 1% da população.** Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/riqueza-no-brasil-1-mais-ricos-global-wealth/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** São Paulo: Ática, 1ª Ed. 2020.

LEME, Adriana Salay. **Josué de Castro e as metamorfoses da fome no Brasil, 1932-1946.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.28, n.4, out.-dez. 2021, p.1115-1135. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/PqpXgJyrCf4PbsgnFGL7zQf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2025.

LESSA, Sérgio. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 2: Reprodução social, trabalho e serviço social.** Brasília: CEAD, 1999.

L.S.C., Teixeira. **A fome na reprodução do capital: uma análise do alimento-mercadoria.** R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 3, p. 449-458, set.-dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/rTfGRmwL68MVBxss3JR98RN/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

L.S.C., Teixeira. **O valor da fome no Brasil: Entre as necessidades humanas e a reprodução do capital.** 2015. f.253 (Tese) Doutorado em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

LUCIANO, C. S. R.; CORREA, Pâmela Barreto. **A fome como projeto da burguesia antinacional brasileira.** Katál., Florianópolis, v.25, n. 3, p. 478-487,

set.-dez. 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/Fj4dmMWrgfhfSn3DxBvctSLM/> Acesso em: 10 mar. 2023.

MACHADO, B.O.B.; OLIVEIRA, A. de R.; MATIELO, E.; **Promoção da Alimentação Adequada e Saudável no campo**: caminhos para reflexão e práxis com Agentes Comunitários de Saúde. Saúde Debate, Rio de Janeiro, v.48, N. Especial 1, e8717, ago. de 2024. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/8dcWCpkp4gb4v5y3smZt5jt/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MDS, **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em:
<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/aceso-a-alimentos-e-a-agua/programa-de-aquisicao-de-alimentos#:~:text=Criado%20em%202003%2C%20o%20Programa,a%20produ%C3%A7%C3%A3o%20da%20Agricultura%20Familiar>. Acesso em: 12 fev. 2025.

Minayo, MCS. **O desafio do conhecimento**. 12^a ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

MOTA, Ana Elizabeth., LARA, Ricardo. **Desigualdade, fome e produção de alimentos**. R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 3, p. 437-442, set.-dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/qQJvzwffCkGPZGY4vtHmZZz/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

NOGUEIRA, M. B. H.; PEREIRA, Simone Cardoso Lisboa; CARRARA, Virgínia Alves. **Política de Segurança Alimentar e Nutricional no enfrentamento da fome produzida pelos impérios alimentares**. R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 3, p. 507-516, set.-dez. 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/p8ddgJtZPCnqt5jDZMpPvrP/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. Temporalis, Brasília, DF, ano 2, n.3, p.41-49, jan./jul. 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2005.

NEVES, B. RIBEIRO, L. **O trabalho do Serviço Social com movimentos camponeses**: sistemas de abastecimento e soberania alimentar. Serv. Soc. e Soc., São Paulo, v. 147(1), e-6628412, 2024. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Vr5NPBDrfn88yjXvMMnVK8D/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024

NUNES, Nilza Rogéria de A. ARAUJO, L.M.C. O Trabalho profissional nas organizações de base comunitária: desafios do nosso tempo. In **Tempos e contratempos** [recurso eletrônico]: o trabalho de assistentes sociais no Brasil recente / organização Tatiane Valeria Cardoso dos Santos, Inez Stampa. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2023. Disponível em: https://morula.com.br/wp-content/uploads/2023/09/TemposEContratempoe_BOOK_12SET23.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

OLIVEIRA, F. **Triangulação metodológica e abordagem multimétodo na pesquisa qualitativa sociológica**: vantagens e desafios. Ciências Sociais Unisimos, 2015, 51(2).

OLIVEIRA, Shirleny de Souza. **A autonomia relativa do trabalho do assistente social: subsídios para uma análise acerca da inserção do assistente social na prisão**. ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018, p-1-15.

PEREIRA, P. A. **Discussões Conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. São Paulo, Cortez, 2008.

PEREIRA, L.S., SOUZA, R.J. de. **O Serviço Social e a Segurança Alimentar e Nutricional**: Uma Análise Bibliográfica da Atuação do Assistente Social no Programa Banco de Alimentos para Garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2023/04/o-servico-social-e-a-seguranca-alimentar-e-nutricional.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.

PNAD, **Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023**. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023#:~:text=O%20pa%C3%ADs%20tinha%2027%2C6,milh%C3%B5es\)%20co m%20inseguran%C3%A7a%20alimentar%20grave](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023#:~:text=O%20pa%C3%ADs%20tinha%2027%2C6,milh%C3%B5es)%20co m%20inseguran%C3%A7a%20alimentar%20grave). Acesso: 12 out. 2024.

PRADO, Jr. Caio, **A história econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 41ªed., 1994.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. São Paulo, Ed. Martins, 1973.

SANTOS, K. H. **Josué de Castro**: desenvolvimentismo e fome no Brasil. Rev. Ciências Humanas, v14, Ed. 25, 2021.

SANTOS, L. da F. **A questão da fome no Brasil sob o neoliberalismo entre 1994 e 2022**. Brasília, 2023.

SILVA, I. M. F. da. **Questão Social e Serviço Social na Formação Sócio-Histórica Brasileira**. Temporalis, 13(25), 261–278. Disponível em: <<https://doi.org/10.22422/2238-1856.2013v13n25p261-278>> Acesso em: 20 de setembro de 2020.

SILVA, A. O. da. **Extensão Universitária como práxis dialógica**: o olhar das instituições comunitárias de educação superior brasileiras. 2022. f.174 (Dissertação) Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC. Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, L.H.P. da. **Planejamento na periferia**: ação estatal na Baixada Fluminense ao longo do tempo (1942/1979). Revista Política e Planejamento Regional. Vol. 11, nº1, janeiro-abril de 2024, p-58 -72.

SUNSYARAY, Iris. **Serviço Social e movimentos sociais**: recortes e problematização dessa relação na atualidade. ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2019, p. 1-17.

UFOP. **Políticas Públicas para Segurança Alimentar.** Disponível em: <https://ufop.br/noticias/em-discussao/politicas-publicas-para-seguranca-alimentar>. Acesso em: 22 jan. 2025.

VALLADARES, L. P. **A invenção da Favela:** do mito de origem da favela.com – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VALENTE, F.L.S. **Fome, desnutrição e cidadania:** inclusão social e direitos humanos. Saúde e Sociedade. V.12, nº1, p-51-60, jan.-jun., 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/GXfv6d4vzZxvwTRrh8pFyzD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2025.

VENEGAS, E. C.; CARDOSO, E. A. O.; SANTOS, M. A.; **Insegurança alimentar, saúde e produção da vida: uma aproximação às práticas alimentares de mulheres de camadas populares à luz da antropologia da alimentação.** Saúde Soc. V.33, n.1, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/VXvTm83W99WZ8NBnmqCqX8f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2025.

WEISS, Veruska Prado A., NUNES, Nilza Rogéria de A. e MARQUES, Luciana A. **Visão sobre a fome nos jornais digitais no Brasil.** O Social em Questão - Ano XXVI - nº 57 - Set a Dez /2023, p. 169-188. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/63655/63655.PDF>. Acesso em: 20 fev. 2024.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social, questão social e políticas sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro.** Serv.Soc.Rev., Londrina, v.21, nº1, p.183-194, jul./dez.2018.

YAZBEK, M.C. **O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras.** São Paulo em Perspectiva, 18(2): 104-112, 2004.

7 Apêndices

7.1 Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Pesquisa: Segurança Alimentar e Nutricional e Serviço Social: diálogo a partir da experiência de assistentes sociais em organizações socioassistenciais do Estado do Rio de Janeiro

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante,

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: “**Segurança Alimentar e Nutricional e Serviço Social: diálogo a partir da experiência de assistentes sociais em organizações socioassistenciais do Estado do Rio de Janeiro**” que tem como **Objetivo Geral**: Compreender como as ações educativas desenvolvidas pelo Serviço Social do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro contribuem com o trabalho profissional das assistentes sociais que atuam nas instituições socioassistenciais participantes do programa no que tange a realização da SAN aos usuários atendidos. **Objetivos Específicos**: Mapear o perfil dos assistentes sociais atuantes nas instituições socioassistenciais cadastradas no programa; Verificar o envolvimento da categoria profissional de Serviço Social atuante nas instituições socioassistenciais cadastradas no programa Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro em espaços de participação social que dialogam com a temática a Segurança alimentar e Nutricional; Identificar estratégias e desafios postos aos profissionais de Serviço Social atuantes nas instituições socioassistenciais cadastradas no enfrentamento a IAN e rumo a construção da Segurança Alimentar e Nutricional;

A sua participação será sigilosa e confidencial nesta pesquisa e consistirá em responder um questionário de forma remota, que será encaminhado por e-mail, com perguntas semiestruturadas, após a produção dos dados seguiremos a análise destes. As suas respostas serão tratadas de forma anônima, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que utilizaremos a referência da região, sem identificar o

Estado do entrevistado, em caso necessário do uso do nome do entrevistado, ele será substituído por um fictício. Os dados produzidos a partir do questionário e analisados serão mantidos em arquivos digitais, e somente a pesquisadora e a orientadora terão acesso, conforme as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde N.º 466/12 e N.º 510/16, que respaldam os procedimentos éticos em pesquisa com seres humanos e na área de ciências sociais e humanas.

Os dados das entrevistas ficarão guardados sob a responsabilidade da proponente da pesquisa por um período de cinco anos. A sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora, ou com a instituição para qual forneceu os seus dados. Você não terá ônus nem quaisquer compensações financeiras por esta participação.

Se houver algum constrangimento, desgaste mental ou emocional no decorrer do preenchimento do questionário você poderá interromper imediatamente sua participação, pois não há obrigatoriedade em responder as perguntas que não desejar, ou que lhe cause algum incômodo, lembrando que você não será identificado em nenhum momento deste estudo.

A pesquisadora responsável Ana Paula Ferreira dos Santos Olivera, Mestranda em Serviço Social na PUC-Rio, cel.(21) 97650-2145 e-mail: anapaula_1225@hotmail.com; e a orientadora do estudo – Drª Nilza Rogéria de Andrade Nunes, professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, cel: (21) 981860253 e-mail: nr.nunes@puc-rio.br, colocam-se à disposição para sanar dúvidas e esclarecimentos que se façam necessários. Da mesma forma você poderá se manter atualizado sobre o andamento da pesquisa, podendo esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, situada na Rua Marquês de São Vicente, 225, Edifício Kennedy, 2º andar, Gávea, Rio de Janeiro. CEP 22453-900. Fone (21) 35271618. Sua função é garantir a ética nas pesquisas realizadas pela PUC-Rio, assegurando o participante da pesquisa.

Termo de Aceite de Participação na pesquisa:

Eu, _____, portador (a) do documento de identidade nº _____, convidado (a) a participar da pesquisa **Segurança Alimentar e Nutricional e Serviço Social: diálogo a partir da experiência de organizações socioassistenciais do Estado do Rio de Janeiro** DECLARO ter sido suficientemente informado (a) a respeito dos objetivos do estudo, dos procedimentos, possíveis desconfortos e riscos, além das garantias de confidencialidade e de esclarecimentos contínuos.

Declaro ainda, que ficou claro que minha participação será realizada de forma anônima, sigilosa, confidencial e isenta de despesa e/ou recompensa financeira. Assim, concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízos.

Fui esclarecido (a) também de que o uso das informações por mim apresentadas estão submetidas às normas éticas destinadas a pesquisa envolvendo seres humanos, da Câmara de ética em Pesquisa da PUC-Rio, instância da

Universidade que, quando solicitada, avalia do ponto de vista ético os projetos de pesquisa de seus professores, pesquisadores e discentes.

Fui ainda informado (a) que este documento (TCLE) foi elaborado em duas vias, sendo uma via para mim e outra para a pesquisadora responsável.

Entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

_____	_____
(Assinatura do participante)	(local/data)
_____	_____
(Nome da pesquisadora)	(local/data)

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2024.

7.2 Apêndice 2 – Questionário (formulário virtual)

Bloco1: Perfil dos participantes

Identificação dos entrevistados:

Idade atual:

Gênero:

Autoidentificação Racial:

Município de atuação profissional:

Possui formação complementar: () Sim () Não

Nível: Pós-graduação () Especialização () Pós-Graduação Mestrado ()

Pós- Graduação Doutorado ()

Qual a sua função na Instituição () Assistente social () Analista () Outra:

_____Carga Horária:_____

Bloco 2 – Práticas profissionais no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional

1-Há quanto tempo trabalha nesta instituição: _____

2-Qual o Perfil da instituição onde atua: () Creche () Serviço e Convivência e Fortalecimento de Vínculos () Acolhimento Institucional (ILPI) ()

Casas Terapêuticas () Casas de passagem () Outros:

3-Participa assiduamente das ações educativas desenvolvidas pela equipe de Serviço Social do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro? () Sim () Não

4-Participou de alguma das edições dos Seminários do Sesc Mesa Brasil, que discutiram o tema fome?() Participei de apenas um () Participei de dois seminários () Participei de três Seminários () Participei de todas as quatro edições.

5- Participou de alguma das edições do minicurso comemorativo pelo dia do assistente social? () Sim, em uma. () Sim, nas duas. () Não, participei.

6- Considera que o conteúdo desenvolvido ao longo das ações educativas traz contribuições significativas para o seu exercício profissional na instituição? () Sim () Não Exemplifique:_____

7- No que tange a SAN – Segurança Alimentar e Nutricional, você considera que o seu conhecimento sobre o tema antes de participar efetivamente nas ações educativas desenvolvidas pela equipe de Serviço Social do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro era:

() Pouco () Médio () Amplo

8- Após a sua participação nas ações educativas desenvolvidas pela equipe de Serviço Social do Sesc Mesa Brasil Rio de Janeiro você considera que houve alteração no seu nível de conhecimento sobre SAN- Segurança Alimentar e Nutricional? () Sim () Não Porque: _____

9-No decorrer de sua atuação profissional na instituição socioassistencial cadastrada no programa você já reaplicou os conteúdos apreendidos nas ações educativas do Serviço Social em seu espaço sócio-ocupacional? () Sim () Não. Porque_____

10- Articulou/realizou algum projeto específico em sua instituição, que conecte Serviço Social e Segurança Alimentar e Nutricional: () Sim () Não

Se sim, qual o nome? _____

Qual o objetivo do projeto? _____

Bloco 3 – Assistentes Sociais e a participação nos espaços de controle social

1- Participa de Conferências e Pré-Conferências relacionadas ao tema da Segurança Alimentar e Nutricional? () Sim () Não

2- Se respondeu sim, a questão anterior, informe se sua participação é: ()
Anterior a participação nas ações educativas () Posterior a participação nas
ações educativas.

3- Desenvolve ações educativas temáticas para o público da instituição sobre
Segurança Alimentar e Nutricional como Direito Humano?() Sim () Não

4-Participa das reuniões de Conselhos de Direitos? () Sim () Não, se sim de
qual ou quais: _____

5-Já participava dos conselhos antes das ações educativas? () Sim () Não

6-Considera que as ações educativas estimulam a sua inserção nos espaços
controle social? () Sim () Não

7-Produz artigos sobre o tema da Segurança Alimentar e Nutricional? () Sim ()
Não

8- Considera que as ações educativas desenvolvidas pelo Serviço Social do Sesc
Mesa Brasil contribuem para a prática profissional nas instituições cadastradas? ()
() Sim () Não () Porque:
